



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA



**MULHERES, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS LUTAS POR JUSTIÇA
AMBIENTAL NA BAIXADA FLUMINENSE (RJ)**

Leila Salles da Costa

Rio Grande, março de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



**MULHERES, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS LUTAS POR JUSTIÇA
AMBIENTAL NA BAIXADA FLUMINENSE (RJ)**

Leila Salles da Costa

Dissertação de Mestrado submetida para avaliação ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande, como parte das exigências para obtenção do diploma de Mestre em Educação Ambiental.

Orientador: Carlos R. S. Machado

Rio Grande, março de 2017.

Ficha catalográfica

C837m Costa, Leila Salles da.
Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental na
Baixada Fluminense (RJ) / Leila Salles da Costa. – 2017.
141 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio
Grande/RS, 2017.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

1. Injustiça Ambiental 2. Mulheres 3. Educação Ambiental
4. Duque de Caxias (RJ) 5. Desastre ambiental I. Machado, Carlos
Roberto da Silva II. Título.

CDU 504:37

DEDICATÓRIA

À única filha DESIRÉE SALLES (minha sabiá). Que este trabalho continue sendo uma motivação às lutas contra o racismo ambiental em todas as suas nuances, que seja um sentido para você perceber que não há um único caminho e que é possível transpor obstáculos sem soberba e sem ganância. Respeito é a palavra mágica.

À todas as mulheres que sofrem, que são oprimidas e violentadas neste mundo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha filha, Desirée Salles, fonte de inspiração e incentivo ao me dizer quando da decisão de me inscrever à vaga de Mestrado em Educação Ambiental: “*Mãe, onde você for, irei contigo!*”.

À minha mãe (in memoriam) e às minhas irmãs que em todos os momentos estiveram ao meu lado.

À minha inesquecível amiga, Lucia Helena Andrade Nunes, por pagar a minha matrícula na graduação e por continuar me incentivando a estudar mesmo longe da cidade onde nasci.

Ao Observatório de Conflitos Urbanos do Extremo Sul do Brasil, grupo de pesquisa que trouxe grande aprendizado e me presenteou com pessoas incríveis, as quais eu deixo meus agradecimentos através do nome do amigo Caio Floriano dos Santos.

À banca avaliadora da qualificação: Susana Molon, pela disponibilidade e por contribuir na direção deste trabalho.

- Ao orientador Carlos Machado que, como bom revolucionário, é apaixonado pelo que faz. Carlos é um exemplo pelo seu profissionalismo (acadêmico) e, principalmente, pela singeleza de lutar junto. Por meio de seu nome, agradeço, também, a todos e a todas docentes do PPGEA, sobretudo, aqueles/as em que tive a oportunidade de partilhar os pensamentos no período em que tive aulas.

À Banca Examinadora: Suzana Molon, Raquel Giffoni e Caio Floriano.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA-FURG, que carinhosamente me receberam neste Programa.

Aos professores do Instituto de Educação, através do Programa de Pós-Graduação em Educação- IE/PPGEDU/FURG.

Aos meus compadres Alexandre Macedo e Thaíssa Pinheiro por me acolher em seu lar e aquecer o meu coração.

Aos colegas das turmas de Mestrado e de Doutorado do PPGEA/FURG, em especial, à turma 2015-2017 que de maneiras diversificadas me ajudaram na construção de saberes,

no acolhimento nas terras geladas do Extremo Sul, com a doação de casacos, cobertores e botinas de inverno.

À amada amiga Marcela Mascarello que também me acolheu em seu lar no período em que participei da seleção para ingresso no mestrado, e que, continua me cuidando.

À Tia Angélica, que aos 74 anos e com toda a alegria aceitou o convite para ser pesquisadora local, encarando esta empreitada.

À Edilene Estevam, que no mesmo instante que convidei para ser pesquisadora local, disse sim e enfrentou a tarefa com sapiência.

Aos companheiros do Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara – FAPP-BG pela participação e disponibilidade nos seus espaços políticos, familiar e de educação, para que eu pudesse realizar a pesquisa, em especial, aos oficinairos nesta pesquisa: Bianca Dieile e José Miguel da Silva.

Às entrevistadas nesta pesquisa, Cidra, Celina, América, Adailce, Lilian e Elisa.

À participação da professora Tânia Curvelo nas oficinas formativas a convite da Tia Angélica.

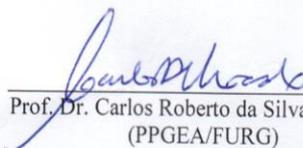
Finalizando, agradeço a todas as pessoas que passaram por mim durante o percurso de minha vida e que despertaram algumas inquietações, que me levaram a querer estudar as injustiças socioambientais como forma de contribuição na luta por uma sociedade menos desigual à luz de uma educação ambiental para a justiça.

**MULHERES, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS LUTAS POR JUSTIÇA
AMBIENTAL NA BAIXADA FLUMINENSE CAXIAS (RJ)**

Leila Salles da Costa

*“Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental no
município de Duque de Caxias (RJ)”*

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:


Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)

Prof.ª Dr.ª Susana Inês Molon
(PPGEA/FURG)


Dr. Caio Floriano dos Santos
(FURG/Observatório dos Conflitos Ambientais do Extremo Sul do Brasil)

Prof.ª Dr.ª Raquel Giffoni Pinto
(IFRJ)

Rio Grande, março de 2017.

RESUMO

O município de Duque de Caxias é marcado por injustiças ambientais que decorrem da maneira como as sociedades capitalistas “destinam a maior parte dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, às populações marginalizadas e vulneráveis” (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2001, p.01). Dessa forma, a indústria de petróleo através da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) que, sob a égide da obtenção de lucros, alija dos seus benefícios a classe trabalhadora e as populações das cercanias da Baía de Guanabara, jogando sobre os moradores da região os impactos negativos de suas atividades produtivas, bem como a contaminação dos mananciais. Por isso, o tema da nossa pesquisa é Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental na Baixada Fluminense (RJ). Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é contribuir com a organização e formação política junto às mulheres do GT- Mulheres do Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara – FAPP-BG, a partir da pesquisa realizada com elas. Essa dissertação constitui-se como uma contribuição à organização e preparação da promoção de debates sobre o enfrentamento político aos impactos negativos gerados pela REDUC, relacionados à temática de contaminação das águas e da educação ambiental que promovem. Nessa perspectiva, a pesquisa foi pensada e realizada nos bairros de Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial, onde as mulheres do GT-Mulheres do Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica das cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG residem e atuam na perspectiva da Educação Ambiental Crítica e Emancipatória. Para a realização desse trabalho, a metodologia utilizada foi baseada na pesquisa-ação, valendo-se de metodologias qualitativas como levantamentos bibliográficos, oficinas de cunho formativo, entrevistas com mulheres residentes nos bairros pesquisados, dados coletados e apontados no caderno de campo, pesquisas documentais no sítio eletrônico, no Relatório de Sustentabilidade e no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC-REDUC). Com isso, apresentamos o discurso da Petrobras disponibilizado no site e, também, em outros documentos, averiguando como a empresa afirma estar preocupada com a sustentabilidade, com o meio ambiente e com os riscos de suas atividades, identificando, ainda, as contradições entre o dito da REDUC/Petrobras com as consequências geradoras dos impactos relatados por parte das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, a partir das suas próprias falas ao participarem desta pesquisa-ação. Para referendar esta pesquisa, trabalhei com as perspectivas teóricas da Justiça Ambiental e Desigualdade Ambiental, a partir da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, dos Conflitos Ambientais, da Educação Ambiental Crítica e Emancipatória e, ainda, me apoiando na abordagem crítica feminista do ponto de vista das mulheres que moram em periferias urbanas. Por fim, colocamos em confronto as falas/discursos da REDUC sobre a questão ambiental e de suas ações e atividades de Educação Ambiental com o discurso das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, a partir da apresentação dos relatos antagônicos destas mulheres, que realizam atividades através de práticas pedagógicas à luz da educação ambiental para a justiça.

Palavras-chave: In/Justiça Ambiental, Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica das cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG, Mulheres, Educação Ambiental.

RESUMEN

El municipio de Duque de Caxias está marcado por injusticias ambientales que se derivan de la manera en que las sociedades capitalistas "destinan la mayor parte de los daños ambientales del desarrollo a las poblaciones de bajos ingresos, a los grupos raciales discriminados, a las poblaciones marginadas y vulnerables" (RED BRASILEÑA DE JUSTICIA AMBIENTAL, 2001, P.01), representado en esta investigación por la industria del petróleo a través de la Refinería de Duque de Caxias (REDUC), que bajo la excusa de la obtención de beneficios, excluye de sus beneficios a la clase obrera y las poblaciones de las cercanías Bahía de Guanabara dejando sobre los moradores de la región, los impactos negativos de sus actividades productivas, así como la contaminación de los manantiales. Por eso, el tema de nuestra investigación es Mujeres, Educación Ambiental y las luchas por la justicia ambiental en la Baixada Fluminense (RJ). En ese contexto el objetivo general de la investigación fue contribuir con la organización y formación política junto a las mujeres del GT- Mujeres del Foro de los Afectados por la Industria del Petróleo y Petroquímica en las cercanías de la Bahía de Guanabara - FAPP-BG, a partir de la investigación realizada con ellas y teniendo la disertación de maestría como fin el de contribución a la organización y preparación de la promoción de debates de enfrentamiento político sobre los impactos negativos generados por la REDUC en lo relacionado al asunto de contaminación de las aguas y de la educación ambiental que promueven. En esta perspectiva, la investigación fue pensada y realizada en los barrios de Campos Elíseos, Parque Paulista y Parque Colonial, en donde las mujeres del GT-Mujeres - FAPP-BG residen y actúan en la perspectiva de una Educación Ambiental Crítica y Emancipatoria, teniendo aún el propósito de, a través de esta investigación, contribuir en la formación y en la organización de las mismas, y también de la mía como participante de este grupo. Para la realización de esta investigación la metodología utilizada fue basada en la investigación-acción, valiéndose de metodologías cualitativas como levantamientos bibliográficos, taller de cuño formativo, entrevista con mujeres residentes de los barrios encuestados, datos recolectados en el cuaderno de campo, investigaciones documentales en el cuaderno de campo, pesquisas documentales en la página web, en el Informe de Sostenibilidad y en los Términos de Ajuste de la Conducta (TAC-REDUC). Con eso presentamos el discurso de Petrobras, tanto del sitio web como de otros documentos, y cómo los mismos afirman estar preocupados por la sostenibilidad, con el medio ambiente y con los riesgos de sus actividades, identificando así las contradicciones entre lo dicho por la REDUC / Petrobras y las consecuencias generadoras de los documentos por ella relatados. A demás, presentamos las acciones y actividades de Educación Ambiental por parte de las mujeres del GT-Mujeres del FAPP-BG a partir de sus propias conversaciones al participar de esta investigación-acción. Para refrendar esta investigación hemos trabajado con las perspectivas teóricas de la Justicia Ambiental y Desigualdad Ambiental a partir de la Red Brasileña de Justicia Ambiental, de los Conflictos Ambientales, de la Educación Ambiental Crítica y Emancipatoria y aún apoyándonos en el enfoque crítico feminista desde el punto de vista de la Mujer a la contribución de las mujeres que viven en periferias urbanas. Y por último ponemos en

confrontación los discursos de la REDUC sobre la cuestión ambiental y de sus acciones y actividades de Educación Ambiental con el de las mujeres del GT-Mujeres del FAPP-BG, a partir de la presentación de los relatos antagónicos de estas mujeres que realizan actividades a través de prácticas pedagógicas a la luz de la educación ambiental para la justicia.

Palabras clave: (In)Justicia Ambiental, Foro de los Afectados por la Industria del Petróleo y Petroquímica de las cercanías de la Bahía de Guanabara - FAPP-BG, Mujeres, Educación Ambiental.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Me constituindo mulher numa história: da formação humana a necessidade da pesquisa.....	1
1.2 A pesquisa e seus elementos fundamentais	7
1.3 Como foi realizada a pesquisa	8
CAPÍTULO 1: CAMINHOS TRILHADOS DURANTE O PROCESSO DE PESQUISA	13
1.1 Os caminhos da pesquisa-ação: as etapas, as oficinas, os desafios e imprevistos	13
1.1.1 As etapas do processo formativo e informativo com as mulheres	15
1.2 Justiça Ambiental.....	18
1.3 Desigualdade Ambiental.....	22
1.4 Conflitos e problemas ambientais	24
1.5 Educação Ambiental: a busca de um caminhar junto a justiça ambiental	26
1.6 Epistemologia Feminista.....	28
CAPÍTULO II: DUQUE DE CAXIAS - UMA HISTÓRIA DE INJUSTIÇAS	33
2.1 Uma breve caracterização do município	34
2.2 Memória histórica: Recordar para entender.....	36
2.3 REDUC: O início da consolidação de uma zona de sacrifício	44
2.3.1 Consolidação da zona de sacrifício	46
2.4 Acidentes ou crimes ambientais? Provas de uma história de injustiça ambiental	48
2.4.1 1972: O maior e mais trágico acidente da REDUC	48
2.4.2 Explosão da Caldeira de CO na REDUC (1990).	49
2.3.4 ANO 2000: O maior acidente com vazamento de óleo em duto de petróleo na Baía de Guanabara.	50
CAPÍTULO 3. JUSTIÇA AMBIENTAL E INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: VIVÊNCIAS DE ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS NAS CERCANIAS DA BAÍA DE GUANABARA.....	52
3.1 Baía de Guanabara: Locus de resistência.....	52
3.1.1 AHOMAR: O símbolo da luta na Baía de Guanabara	53
3.2 Construindo um espaço coletivo de luta	55
3.2.1 O grupo de trabalho-mulheres do FAPP-BG	59
3.2.1.1 O enfrentamento, as lutas e ações do GT-Mulheres do FAPP-BG	62

3.2.1.2 Formação, participação política e a militância das mulheres do GT Mulheres do FAPP-BG.....	65
3.2.1.3 Mulheres, Água e os conflitos relacionados ao acesso desigual entre os que vivem no município de Duque de Caxias e as indústrias ligadas à cadeia produtiva do petróleo na Região da Baixada Fluminense.	67
CAPÍTULO IV - As mulheres contra as injustiças na Baixada Fluminense: a pesquisa de campo, as oficinas e a Educação ambiental em conflito.....	70
4.1 As oficinas temáticas como processo de formação.....	71
4.1.1 Águas contaminadas e falta de água: Para quem?.....	73
4.1.2 Duque de Caxias: contaminações das águas, do solo e dos lençóis freáticos	77
4.1.3 Contaminantes: Quem polui? Como polui? Quem é poluído?.....	80
4.2 Termo de Ajuste de Conduta: Para que e Para quem, serve?	84
4.2.1 Os questionamentos das mulheres ao TAC-REDUC	86
4.3 A educação ambiental e as injustiças: Contradições do discurso da REDUC/ PETROBRAS com o das mulheres.....	89
4.3.1 O discurso da REDUC/PETROBRAS - Desenvolvimento Sustentável e o cuidado ambiental	89
4.3.1.1 As ações ao desenvolvimento sustentável	91
4.3.1.2 O Relatório de Sustentabilidade da Petrobras	93
4.3.1.3 O TAC-REDUC: impactos e danos da REDUC/PETROBRAS no solo, nas águas e no ar no município de Duque de Caxias.....	95
4.4 A educação ambiental das mulheres do GT-mulheres do FAPP-BG: Saberes, ações e as falas das mulheres de Parque Paulista e Parque Colonial sobre as águas..	97
4.4.1.1 As mulheres e a Educação Ambiental	101
4.4.1.2 A Educação Ambiental do GT-Mulheres do FAPP-BG.....	103
4.4.1.3 Educação Ambiental: O confronto das falas do GT-Mulheres do FAPP- BG e o discurso da REDUC/Petrobras	105
4.4.1.4 Considerações da pesquisa no campo.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115
ANEXO 1. Declaração de lançamento do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica das cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG)	120
ANEXO 2. Carta síntese do seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos.	124
ANEXO 3. Deliberação CECA/CLF N° 5.809, de 21/10/2014.	129

ANEXO 4	130
ANEXO 5	131

1 INTRODUÇÃO

Pensar, planejar e desenvolver esta pesquisa de mestrado me exigiu que refletisse sobre minha própria trajetória e as perspectivas políticas que me orientam enquanto pesquisadora e participante ativa das lutas das mulheres da Baixada Fluminense (RJ), bem como do GT-Mulheres do Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica das cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG. Neste sentido, nesta introdução apresento como fui me constituindo como mulher em luta, seja na minha própria vida e família, ou, também, na busca da melhoria das condições de vida no território de Duque de Caxias. As lutas e as vivências com essas mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, assim como a experiência como educadora popular no Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS (2007-2011) e depois como professora de Sociologia na rede pública estadual (2011-2014) me levaram a ampliar a minha formação. Nesta introdução, então, apresento esta trajetória, a chegada ao Mestrado em Educação Ambiental e os aspectos fundamentais que orientaram a elaboração desta pesquisa e seu relatório.

1.1 Constituindo-me mulher numa história: da formação humana a necessidade da pesquisa

Descrever um pouco da trajetória da minha história de vida neste trabalho é relevante à compreensão de minha inserção no mestrado em Educação Ambiental para a realização desta pesquisa. Ao descrever sobre a minha história, estarei também narrando a história de muitas mulheres que vivem em periferias urbanas.

Anterior à minha inserção na graduação em Ciências Sociais no ano de 2007, a minha visão sobre o município de Duque de Caxias era de uma menina que nascera em 22 de março de 1967 e crescera em um lugar de silêncio, repressões, pobreza e violência. Eu não tinha a percepção de quanto era grave a produção e reprodução dos males ali instalados.

Da minha casa podia-se ver o clarão dos *flare*¹ da Refinaria Duque de Caxias (REDUC). Em 1972, com cinco anos de idade, me recordo que estava muito escuro...

¹ Maçaricos permanentemente acesos nas chaminés das petrolíferas para o ‘flaring’ – queima do excesso de gás para reduzir o risco de explosões. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/28005-flaring-pratica-das-petroleiras-que-polui-e-desperdica>. Acesso em: 25/04/16.

Eu, minha mãe e minhas irmãs corríamos pelas ruas escuras do bairro Pantanal sem saber para onde ir. Foi um barulho muito grande, naquele momento eu não entendia que havia uma refinaria de petróleo ali, bem perto do bairro em que nasci. Presenciava, nesse momento, o primeiro grande acidente de sua história.

Após este acontecimento, o medo e a insegurança se instalaram em nossas vidas de maneira alarmante. Ficamos totalmente abaladas pelo ocorrido e, ao amanhecer, voltamos às nossas casas com a preocupação que não era só de nossa família, mas de todos do bairro: “O que vamos fazer agora?” “Outros acidentes podem ocorrer!” Não sabíamos o que fazer e nem como agir em defesa da nossa gente! Passamos a compreender que aquela refinaria não era representada apenas pelo clarão que víamos no céu, mas pela possibilidade de, a qualquer momento, passar por algo pior.

A Baixada Fluminense, e o município de Duque de Caxias – RJ, é considerada periferia, mas o bairro em que nasci era e ainda é mais periferia. Na minha infância, tinha um coronel comumente chamado de “o homem da capa preta²”, Tenório Cavalcanti (no decorrer do segundo capítulo descrevo o detalhamento e a importância deste fato como uma das características da violência instaurada neste município). Em 1974 meu pai ficou duas madrugadas na fila da única escola daquela região – que era privada –, para conseguir uma vaga para mim e outra para minha irmã. Minha irmã é um ano e um mês mais velha do que eu, mas, naquele momento, para facilitar a logística familiar, minha mãe esperou que eu chegasse a idade escolar para enviar as duas filhas juntas à escola. O Educandário Maria Tenório onde começamos nossos estudos pertencia ao “homem da capa preta”. A escola levava o nome da sua mãe, e o regime era de palmatória e cinto de “peão” com uma fivela enorme que a professora tirava da cintura e colocava sobre a mesa todos os dias pela manhã quando entrava na sala de aula.

Na escola eu sofria muito preconceito de raça por ter uma irmã branca, eu era vista como adotada ou filha de outro pai, já que era a nossa mãe que nos levava até a escola e ela era negra. Sou filha de mãe mestiça e de pai branco. Meus avós paternos eram de Portugal e Turquia. Já minha mãe é filha de pai negro, nascido em 1907. Lembro que ela contava que meu avô ainda havia levado chibatadas nas terras da Fazenda União, em Cachoeiro de Itapemirim-ES. Minha avó materna era indígena, também daquelas terras do Espírito Santo. Meus pais tiveram quatro filhas com traços

² Tenório Cavalcanti era assim chamado pelos moradores por usar uma capa preta sobre seus ombros.

bastante diferentes: uma, loira de olhos verdes e cabelos louros acinzentados; outra, com traços indígenas e, ainda, uma outra, branca com olhos verdes e cabelos louros crespos e, eu, considerada “a negrinha” da família ou a “mulata assanhada”, como alguns vizinhos me estereotipavam, já que era atrevida e tinha resposta para tudo. Eu também era comparada com um menino por gostar de soltar pipas, jogar bola de gude e futebol. Com o passar do tempo, debaixo do sol forte no caminho para a escola, cerca de trinta minutos a pé, fui me tornando ainda mais negra na pele. Estudei nesta escola até o término do Ensino Médio.

No ano de 1981, vivíamos uma década de muita pobreza, inflação e instabilidade econômica, gerada pela elevação dos preços do petróleo, promovida pela Organização dos Países produtores do Petróleo - OPEP ao decidir reorganizar o mercado internacional do combustível³. Ouvíamos muito falar na frase “a Década Maldita”, com altos índices de desemprego. Por outro lado, foi, também, o momento em que se acendeu a chama das participações nas lutas populares com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em que eu participei do Grupo Jovem na Igreja Católica Nossa Senhora do Carmo; foi também a década da fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e do Movimento Sem Terra, logo em 1984.

Quando terminei o ensino médio, aos dezessete anos, no ano de 1984 resolvi entrar na faculdade. Por duas vezes fiz o vestibular na UERJ, perfazendo uma pontuação de 92 e 98 pontos. Ainda vivíamos a Ditadura Militar. Não fui “classificada”, segundo a instituição. Neste período, precisei reorganizar a vida, desisti de ingressar no tão sonhado Ensino Superior e comecei a trabalhar dando aulas para o pré-escolar e mesmo com o diploma de conclusão, era sem vínculo empregatício e ganhando metade de um salário mínimo. Tive que abandonar a amada profissão de professora e encarar “a vida lá fora”, como dizia minha mãe. Em janeiro de 1988, aos 21 anos passei nas provas do Jornal do Brasil e fui trabalhar como Assistente Administrativa. Aos 25 anos, me casei e, aos 32 anos, fui mãe de uma menina que, hoje, está com 17 anos e matriculada na Universidade Federal de Pelotas onde iniciará a Licenciatura Plena em Música.

Aos 35 anos, saí da Baixada Fluminense e comecei a trabalhar numa instituição financeira em Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro. Neste momento, percebi a possibilidade de pagar a então desejada Faculdade de Ciências Sociais. Reorganizei

³ http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23

toda minha vida, como aluguel de moradia, creche e faculdade para facilitar o meu acesso à mesma. Em janeiro de 2004, fiz o vestibular e passei.

O imprevisto aconteceu... Um grave acidente acontece com a minha filha que estava com 04 anos de idade e ela precisou amputar os cinco dedinhos do pé esquerdo... O sonho acabou? Não. Acompanhei todo o tratamento ficando por seis meses consecutivos dormindo no hospital com ela, saindo as 07h da manhã para trabalhar e retornando às 18 horas.

Em 2005, finalmente consegui uma órtese para ela possibilitando-a se locomover sem a ajuda de outras pessoas. Tornei a fazer o vestibular e me classifiquei em 9º lugar para a graduação e ingresso em uma faculdade privada, forma que encontrei para dar conta de sustentar a casa e realizar “o sonho”. No ano de 2006, cursando o 4º período da graduação, fui convidada a participar do curso *Mulheres e Economia* realizada pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS⁴. Neste curso, discutíamos temas como Sociedade, Política, Economia Política, Economia Feminista, e os Impactos Ambientais, numa perspectiva da Educação Popular, para mulheres da classe trabalhadora das periferias da zona oeste do Rio de Janeiro e mulheres da Baixada Fluminense. O curso *Mulheres e Economia* foi um divisor de águas para entender de fato como se dera minha inserção enquanto Mulher na sociedade atual.

Neste mesmo período comecei a ser pressionada pelo companheiro a desistir do curso de Ciências Sociais, já que eu tinha um emprego numa instituição financeira que garantia o sustento da casa. Senti-me oprimida e violentada psicologicamente quando ouvia falas do tipo: *Para quê fazer Ciências Sociais? Pensa que vai mudar o mundo?* Com a clareza da opressão vivida senti a necessidade de me divorciar para continuar meus estudos. A partir da graduação em Licenciatura em Ciências Sociais e a participação no Curso Mulheres e Economia, foi ficando cada vez mais evidente a importância de eu assumir minha identidade de Mulher Negra, mesmo vivendo numa família considerada branca. Percebi naquele momento que tinha uma identidade própria!

No ano de 2007 comecei minha militância no movimento de mulheres. Entendo o Feminismo como resistência aos enfrentamentos heterossexuais, patriarcais, machistas e étnico-raciais, participando de conferências de políticas para as mulheres, Marchas Feministas, além de ser convidada a fazer parte do quadro de funcionárias do Programa

⁴ Ver: www.pacs.org.br, (Acesso em maio 2016).

Mulheres e a Socioeconomia do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul-PACS, atuando como educadora no período de fevereiro de 2008 até fevereiro de 2011, no mesmo curso em que um dia estudei.

Assumir a identidade de Mulher Negra foi uma decisão e uma escolha política pessoal dentre todos os processos vividos e vivenciados por mim desde a localidade da pobreza onde nasci no município de Duque de Caxias até a pressão para não fazer a graduação que fosse de minha escolha, mesmo sendo paga com a venda da minha força de trabalho. Portanto, uma questão que tanto me incomoda é a opressão sexista, seja na esfera pessoal, privada do espaço doméstico e familiar ou na esfera pública dos espaços institucionais como Escola, Igreja e Empresas.

Com a militância no campo do feminismo e retornando a morar no mesmo bairro onde nasci fui convidada em 2012 para participar de uma reunião para a fundação de um fórum político de enfrentamento aos impactos negativos da Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias na vida da população do município. Dessa forma, passei a fazer parte do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara – FAPP-BG, atuando como secretária num colegiado junto com o Professor Sebastião Raulino Fernandes⁵.

A criação deste fórum teve como instrumento a Declaração de lançamento do Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG, afirmando que:

Os representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos dos trabalhadores, ONG's, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense, consideram que: - A população das cercanias da Baía de Guanabara, especialmente a mais próxima das unidades industriais de petróleo e petroquímica, está exposta a situações de injustiça ambiental e de vulnerabilidade [...], resolvemos constituir o Fórum [...] com vistas a garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região (FAPP-BG, 2013).

Essa pesquisa de mestrado foi pensada para que possamos coletivamente construir esses processos, ou seja, que as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG possam, através de minha pesquisa, contribuir na formação e na organização das mesmas, e também minha como participante deste grupo. Processos esses organizados por/para as mulheres como as oficinas de reconhecimento do território, apresentação e visitação dos pontos mais críticos sobre o tema da água nas comunidades de Campos

⁵ Doutor em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ.

Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial onde reunimos as mulheres que vivem nesses bairros; participação na organização do II, III e IV Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação, organizado pela Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores – UERJ/FFP; Organização do Toxic-Tour (visitas as áreas atingidas por contaminações e poluições por petrolíferas e petroquímicas) no evento do Rio + 20, e ainda, no acompanhamento a visitação das relatoras Cristiane Faustino e Fabrina Furtado da Plataforma DHESCA para o Desenvolvimento Humano, Econômico, Social e Ambiental⁶.

Duque de Caxias é o lugar onde me constituí professora e, também, onde comecei a vender a minha força de trabalho. No entanto, foi também o lugar onde construí uma identidade de luta e resistência para sustentar o enfrentamento às injustiças ambientais vividas neste município. O município do Rio de Janeiro foi o lugar de participação e interação com grupos sociais e culturas diversificadas, um lugar de militância política. Assim, trago como embasamento de meu pensamento nessa pesquisa o sentido do lugar. O lugar é, conforme cita Marandola “[...] enquanto essência da experiência e da existência respectivamente. [...] enquanto circunstancialidade.” (MARANDOLA, 2014, p.229-230), mas também limita nossa ação no sentido de aproximação com o ambiente. Limita-nos à percepção do contexto social cotidiano. Passar por contextos sociais próximos a nossa realidade estando distanciada dela, nos faz refletir sobre esta e nos conscientizarmos da mesma. Permite-nos repensar como o autor acima ao argumentar “[...] à reflexão ontológica sobre a sociedade: Que é o homem? Que é sociedade?” (MARANDOLA, 2014, p.238).

Reflico, então, a ontologia da minha existência com olhares feministas sobre a economia política do município de Duque de Caxias: Que é a mulher? De fato, foi necessário um ‘desencaixe’! “O deslocamento das relações sociais dos contextos locais” (Marandola, 2014, p.240), para refletir a sociedade de meu pertencimento. Enfrento o cotidiano heterossexual, classista e racista da sociedade étnica-racial do município de Duque de Caxias. Mudar a minha maneira de ser é olhar para sociedade capitalista na qual estou inserida e não me reconhecer enquanto Mulher com direitos nesta sociedade patriarcal!

⁶ Sobre o FAPP-BG e as ações do GT-Mulheres, apresentarei no capítulo III o processo formativo de maneira detalhada.

1.2 A pesquisa e seus elementos fundamentais

A grande motivação para realizar esta pesquisa parte da luta pela justiça ambiental, por compreender que os impactos da Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias - REDUC na minha condição de vida e de toda a população que reside nesse local é uma injustiça ambiental e, portanto, há uma questão de compromisso e de enfrentamento político de minha parte, pela minha identificação pessoal, enquanto educadora ambiental popular e militante feminista contra a desigualdade e injustiça ambiental. Este compromisso vem se consolidando em lutas contra seus propositores, entendendo que esta luta também é produzida junto com as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG ao realizarem uma Educação Ambiental que tem denunciado esses impactos.

Disso, após a qualificação do projeto em 2016, nos apoiamos no seguinte **problema de pesquisa**: Quais e de que maneira se dão as contribuições das mulheres do GT- Mulheres do FAPP-BG e qual a perspectiva de Educação Ambiental que elas consideram realizar para a melhoria das condições de suas vidas frente ao impacto negativo da refinaria de petróleo - REDUC e da contaminação dos mananciais na região onde elas residem?

Para justificá-la, o fio condutor da pesquisa foi a problemática da água que faz parte da histórica política de exploração e caracterização da pobreza e desigualdades sociais do município de Duque de Caxias, até por que o mesmo está situado às margens da Baía de Guanabara com sua extensa área hidrográfica através dos rios Sarapuí, Iguaçú e Pilar que desembocam dentro dela.

Sendo assim, o objetivo geral é Contribuir com a organização e formação política junto às mulheres do GT- Mulheres do FAPP-BG a partir da pesquisa realizada com as mesmas, e apresentando essa dissertação de mestrado como contribuição à organização e à preparação da promoção de debates do enfrentamento político aos impactos negativos gerados pela REDUC relacionados ao tema contaminação das águas e da educação ambiental que promovem. Os objetivos específicos foram:

- Caracterizar a região da baixada como de desigualdade ambiental e de injustiça ambiental na qual a REDUC é uma das principais responsáveis por tal situação;
- Apresentar as ações de enfrentamento das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG como resistência aos impactos negativos da REDUC;

-Confrontar as falas/discursos da REDUC sobre a questão ambiental e de suas ações e atividades de EA com o das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, a partir da apresentação dos relatos antagônicos destas mulheres que realizam atividades através de práticas pedagógicas à luz da educação ambiental crítica;

O relatório e seus capítulos apresentarão sistematizações e reflexões sobre estes elementos e, a partir disso, ao final, nossas conclusões sobre a pesquisa realizada.

1.3 Como foi realizada a pesquisa

Esta pesquisa foi realizada a partir da ação que desenvolvo junto e com as mulheres do GT – Mulheres do FAPP-BG, e, portanto, caracterizada como pesquisa-ação. A opção pela pesquisa-ação se deu por compreender o sentido da pesquisa já que envolvia a própria participação das mulheres.

Com o desenvolvimento da pesquisa, das leituras no mestrado e sugestões na qualificação ficou evidenciado a importância da participação das próprias mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG na pesquisa de campo. Ou seja, a pesquisa-ação deveria ser realizada pelo próprio grupo que sente o problema e/ou impacto em suas condições de vida. No caso desta pesquisa, apesar de eu ter definido os objetivos e o problema, muitas das orientações para que isso ocorresse contou com as sugestões das participantes do GT- Mulheres do FAPP-BG onde apresentei as linhas gerais do projeto qualificado.

Neste sentido, o pensamento de Thiollent, 1996, contribuiu para embasar teoricamente a natureza desta pesquisa conforme citação destacada:

Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. [...]. [...], uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. (THIOLLENT, 1996, p.14).

Então, no decorrer desta dissertação, as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG estão diretamente implicadas em sua realização, bem como, na solução ao problema da investigação. Assim, a pesquisa realizada e que este relatório apresenta sua trajetória e conclusões seguiram as seguintes etapas:

A primeira etapa da pesquisa foi o levantamento documental através de leituras das atas do FAPP-BG; dos relatórios do FAPP-BG; do relatório do Direito Humano ao Meio Ambiente; do TAC-REDUC e do site PETROBRAS-REDUC. Consegui fazer parte do levantamento documental no 1º semestre de 2016 e só terminei no 1º semestre de 2017 por haver necessidade de pesquisar outros documentos inerentes à pesquisa, como o Relatório de Sustentabilidade 2015 da PETROBRAS/REDUC; o relatório dos impactos da saúde e o site do IBGE, entre outros citados na pesquisa.

A segunda etapa consistiu no meu processo formativo através de leituras de textos sobre a temática dos Conflitos Ambientais. Dei conta desta etapa no 2º semestre de 2015 e no 1º semestre de 2016, porém senti a necessidade de participar da disciplina Gênero, Sexualidade e a Produção da Diferença, no 1º semestre de 2016, que contribuiu para um pensar a respeito da Epistemologia Feminista do Ponto de Vista, corroborando no desenvolvimento da pesquisa-ação com as mulheres do Gt-Mulheres do FAPP-BG.

A terceira etapa foi a pesquisa de campo no município de Duque de Caxias, especificamente nos bairros de Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial. Esta etapa foi realizada em quatro momentos, o primeiro foi a apresentação do projeto qualificado para as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, que participaram da pesquisa; o segundo momento da pesquisa de campo constituiu-se pela realização de três oficinas de cunho formativo; o terceiro momento abrangeu as visitas e entrevistas nos bairros pesquisados e o quarto momento, a apresentação resumida da pesquisa-ação para os participantes do FAPP-BG. Com referencia às oficinas de cunho formativo, do segundo momento da pesquisa de campo, pode-se dizer que se organizaram da seguinte maneira: a primeira oficina ocorreu no bairro de Campos Elíseos ,com o tema Mulheres Educação Ambiental e a Legislação de Recursos Hídricos, a segunda oficina realizou-se no Parque Paulista cujo tema debatido foi Mulheres, Educação Ambiental e a contaminação dos mananciais, e a terceira oficina aconteceu no Parque Colonial sob o tema Mulheres, Educação Ambiental e o TAC-REDUC.

Após cada uma das oficinas realizadas definíamos o bairro em que eu ficaria instalada pelo período de 15 dias para dar prosseguimento à pesquisa de campo e à realização do terceiro momento com as visitas de reconhecimento do bairro pesquisado, as visitas nas residências de mulheres previamente escolhidas por Tia Angélica e Edilene do GT-Mulheres do FAPP-BG, que participaram da pesquisa. No dia das visitas às residências e após horas de escutas sobre a constituição do bairro, convidávamos as entrevistadas para realizar a entrevista gravada.

Nesta etapa, não foi possível desempenhar a pesquisa de campo no bairro de Campos Elíseos pelo fato de estar sendo realizada uma pesquisa sobre Acesso a qualidade da água em Campos Elíseos, pela professora Dr^a Ana Brito do Laboratório de Águas Urbanas PROURB/IPPUR/UFRJ em convênio com a ENSP-FIOCRUZ. Nesta pesquisa Edilene Estevam integrante do GT-Mulheres do FAPP-BG foi convidada a participar da etapa de aplicação de questionário nos domicílios. No diálogo entre a Sr^a Wanda moradora de Campos Elíseos e Edilene ficou definido que não realizaríamos uma segunda pesquisa concomitante com a que já estava em andamento.

No período de 09 de julho a 13/08 (segunda oficina de formação) – Participei de reuniões do FAPP-BG, de duas reuniões em Campos Elíseos a convite da Prof^a Dr^a Ana Britto sobre a pesquisa que estava realizando; seminário com mulheres, tutoria para apresentação da pesquisa-ação; organização do evento I ECOVIVÊNCIAS: rios da baixada; lançamento da Lei de Economia Solidária de Belford Roxo.

A **quarta parte** é o espaço para as apresentações dos discursos da PETROBRAS/REDUC, dos relatos das falas das mulheres, das reflexões e diálogos da pesquisadora com a problemática investigada. Compreendendo que todas as etapas desta pesquisa são parte do olhar da mulher pesquisadora da periferia da Baixada Fluminense e olhares do ponto de vista, das interpretações, das reflexões e dos diálogos entre a pesquisadora e o problema de pesquisa. Trago um pouco de cada parte dos capítulos anteriores, das ações, das experiências concretas junto com as mulheres atingidas pelas degradações e impactos da REDUC.

No primeiro capítulo, apresento os caminhos trilhados durante o processo de pesquisa através das bases conceituais que delinearão esta pesquisa. Partindo do debate da justiça ambiental, desigualdade ambiental, conflitos e problemas ambientais, Educação Ambiental e Epistemologia Feminista.

No segundo capítulo, apresento uma abordagem sócio histórica da constituição da população do município de Duque de Caxias e da caracterização das bases sociais da região, indicando as percepções do racismo e das desigualdades ambientais em sua formação e consolidação, desde o século XVI com a chegada da Família Real no Brasil. Demonstro, também, como ao longo dos séculos estas percepções se potencializam e dialogam a respeito da ocupação do espaço geográfico como um produto histórico que passa por processos produtivos de acordo com as determinações de indivíduos específicos da sociedade capitalista. Destaco, ainda, os acidentes mais graves cometidos

pela Refinaria Duque de Caxias - REDUC como provas de uma história de injustiças ambientais.

No terceiro capítulo, apresento o cenário de enfrentamentos e resistências na Baía de Guanabara que levam a construção do FAPP/BG, apresentando as ações e posicionamentos políticos de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento econômico atual, as causas e as consequências com a instalação da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, na década de 1960, no município de Duque de Caxias e, ainda, os efeitos e riscos aos quais estão expostas a população, apresentando, também, o contexto da criação e da constituição do GT-Mulheres do FAPP-BG frente aos impactos negativos gerados pela indústria do petróleo.

No quarto capítulo apresento os caminhos percorridos, as etapas, as oficinas, os desafios e os imprevistos da pesquisa. Dialogo a respeito das oficinas de cunho formativo realizados nos bairros de Parque Paulista, Campos Elíseos e Parque Colonial, discutindo sobre/a partir da legislação dos recursos hídricos, das contaminações dos mananciais e do Termo de Ajustamento de Conduta. Apresento como se dão as práticas de relacionamento da REDUC/Petrobras em seu discurso com relação à restrição ao acesso à água em quantidade e qualidade adequadas pelas comunidades e o quanto está comprometida a gestão das águas que não levam em consideração o ponto de vista das pessoas que realmente são atingidas pelos vários problemas de distribuição e qualidade de água na Baixada Fluminense. Nesta pesquisa nos bairros Parque Paulista, Campos Elíseos e Parque Colonial, destaco, ainda, que esta questão é um gerador de conflito, seja pela concorrência ao recurso, seja pela sua contaminação.

Por fim, apresento algumas considerações referentes a esta investigação como o Discurso Ambiental e a Educação Ambiental da REDUC/Petrobras em contradição com a realidade vivida pelas mulheres atingidas pelos impactos e degradações causadas pela mesma. Nessas considerações trazemos, também, outros questionamentos e possíveis desdobramentos da pesquisa.

Para dar conta da pesquisa realizada no campo tentei coadunar a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, dialogando com o contexto em que as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG vivenciam no cotidiano para que fosse possível alcançara leitura da realidade vivida por elas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas abertas, ou seja, se explicava a pesquisa para as entrevistadas e se solicitava que elas falassem abertamente sobre o tema e a partir de suas falas iam surgindo novas questões. As entrevistas foram registradas com o uso do gravador de áudio do celular,

garantindo a veracidade das falas depositas pelas mulheres entrevistadas e transcritas com o consentimento das mesmas.

CAPÍTULO 1: CAMINHOS TRILHADOS DURANTE O PROCESSO DE PESQUISA

A Educação Ambiental que mobiliza esta pesquisa visa os enfrentamentos e as resistências ao modelo de desenvolvimento capitalista, representado aqui pela indústria de Petróleo REDUC – Refinaria de Duque de Caxias/RJ, que sob a égide da obtenção de lucros alija a classe trabalhadora e as populações do entorno dos seus benefícios, jogando sobre os moradores da região os impactos negativos da atividade produtiva, bem como a contaminação dos mananciais. No entanto, para a realização da pesquisa e a reflexão decorrente, neste capítulo, serão expostos conceitos e definições que contribuíram e inspiraram a reflexão do contexto atual da realidade do município de Duque de Caxias e do impacto da REDUC sobre a Baixada Fluminense e das lutas do GT-Mulheres do FAPP-BG (Grupo de Mulheres do Fórum dos Atingidos pela indústria do Petróleo e Petroquímica das cercanias da Baía de Guanabara), aqui representadas pelas mulheres *Tia Angélica* - com 73 anos, nascida na localidade denominada Mina do Onha, no município de Santo Antônio de Jesus, localizado no Recôncavo Sul do Estado da Bahia, vindo para Duque de Caxias no ano de 1968 - tornando-se uma liderança feminista em sua comunidade desde a década de 1960 e fundadora do Grupo Tia Angélica, criado para contribuir na melhoria da qualidade de vida da população de Parque Paulista, principalmente, na questão de falta de água tratada para o consumo no bairro; e pela *Edilene Estevam* – com 39 anos, nascida no bairro de Parque Colonial, no município de Belford Roxo, localizado na região da Baixada Fluminense nas cercanias da Baía de Guanabara – tornando-se militante do FAPP-BG e do Comitê Popular de Mulheres do RJ desde 2013 nas lutas ambientais e da violência contra a mulher no aspecto da saúde ambiental e violência sexista, tendo a Educação Ambiental como fio articulador da pesquisa a partir das “falas das mulheres” e das atividades/ações realizadas em conjunto com as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG.

1.1 Os caminhos da pesquisa-ação: as etapas, as oficinas, os desafios e os imprevistos

O limite geográfico na pesquisa-ação, quando da defesa do projeto, seriam os bairros Parque Paulista, Parque Colonial e, também, o bairro de Campos Elíseos, neste

último está instalada a Refinaria de Petróleo (REDUC) e o Polo Petroquímico que, desde a sua implantação em 1961, vem poluindo e contaminando o ar, o solo e as águas no município de Duque de Caxias. No entanto, não foi possível a realização da pesquisa-ação neste bairro, pois já estava sendo realizada uma pesquisa pelo Laboratório de Águas (LAU), do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em convênio com a FIOCRUZ. Nesta pesquisa, porém, uma integrante do GT-Mulheres do FAPP-BG, Edilene Estevam, foi convidada a contribuir na etapa de aplicação de questionário nos domicílios do bairro Campos Elíseos, e nos ajudou nesta pesquisa local, bem como na fase das oficinas temáticas que realizamos. Outros motivos que afetaram a aplicabilidade da pesquisa-ação no Campos Elisios foram acontecimentos com intensa violência urbana no momento da pesquisa, como, por exemplo, tiroteios entre traficantes de facções rivais e também da milícia local. Neste sentido, a senhora Wanda, moradora da comunidade, que também participou da pesquisa de Acesso à qualidade da Água pela UFRJ, alegou: “Melhor não expor seguidamente as mulheres transitando na comunidade em mesmo período”.

A escolha do bairro do Parque Colonial no município de Belford Roxo decorreu da relação de proximidade com a Refinaria de Duque de Caxias - REDUC, estando localizado entre o bairro de Lote XV, limítrofe ao município, onde ocorre na região a queda de chuva ácida com a liberação do Gás H₂S (sulfeto de hidrogênio), um elemento químico altamente poluente, ‘um dos mais temidos agentes de riscos existente’. (Fala de um dos diretores do SINDIPETRO – Caxias em encontro com integrantes do FAPP-BG no mês de julho 2013) e, também pelo fato da agente da pesquisa-ação do GT-Mulheres do FAPP-BG, Edilene Estevam, moradora da região, ser diretamente atingida por este impacto causado pela poluição do ar proveniente da REDUC.

A escolha do bairro Parque Paulista foi devido ao aumento das doenças na década de 2000 e que, de acordo com os relatos das mulheres moradoras da região, as causas mortes acometidas por cânceres, principalmente de pele, intestino, fígado, pâncreas, entre outros, vem aumentando na última década. Conforme Tia Angélica, Dona Maria Aparecida, Dona Celina, Adailce, Solange e Cidra, participantes do Grupo Tia Angélica - GTA, estas causas estão relacionadas com a falta e a contaminação da água do Rio Saracuruna, que passa por dentro do bairro.

Buscamos dissertar sobre a maneira que se dão as contribuições das mulheres do GT do FAPP-BG, numa perspectiva de Educação Ambiental Crítica, para a melhoria das condições de suas vidas frente ao impacto negativo da Refinaria de Petróleo – REDUC, relacionados à contaminação das águas na região onde elas residem, confrontando as falas das mulheres sobre as desigualdades e as injustiças ambientais e os discursos da PETROBRAS/REDUC.

1.1.1 As etapas do processo formativo e informativo com as mulheres

As definições das etapas da pesquisa-ação se deram com a realização das oficinas temáticas, visitas de campo; visitas nos domicílios; entrevistas, vídeos, fotografias e apresentação da devolutiva da pesquisa-ação para os membros do FAPP-BG. As oficinas temáticas foram realizadas nas datas e locais definidos em conjunto com as integrantes do GT-Mulheres do FAPP-BG, Edilene Estevam e Maria Angélica de Jesus (Tia Angélica), agentes da pesquisa, de forma que atendessem as diversas atividades de cada uma delas devido às sobrecargas de trabalho que realizam.

A primeira oficina aconteceria em Campos Elíseos, no dia 09 de julho de 2016, às 09 horas; a segunda em Parque Paulista, em 13 de agosto de 2016, às 09 horas e a terceira em Parque Colonial, no dia 11 de setembro de 2016, às 10 horas. Este último horário foi definido para as 10 horas a pedido da professora Raquel, mediadora escolhida para ministrar esta oficina, que viria de Volta Redonda, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Decidimos também que ficaríamos nas residências das agentes, no bairro definido para a realização de cada oficina. O motivo desta decisão se deu pela falta de recurso financeiro, pois o custo com alimentação e transporte não compensaria as “idas e vindas”, e nem possibilitaria o pagamento de uma hospedagem à parte. Com estas condições, combinamos a forma de contribuição pela hospedagem através da compra de alguns itens alimentícios para manutenção durante o período definido previamente de 15 dias.

Definimos, também, em conjunto que, a pesquisa no campo se realizaria em três etapas. Na primeira etapa, realizaram-se as visitas de campo no bairro Parque Paulista onde aconteceu a primeira oficina de formação e posteriormente à oficina, com o intuito de reconhecimento e familiarização das condições ambientais locais, Tia Angélica, conhecedora da maioria da população local, nos apresentaria aos moradores locais que

passavam pelas ruas por onde transitávamos. Esta ação de familiarização se faz necessária a todos os novos transeuntes pelo fato da região ser dominada por milicianos e traficantes. As pessoas de outras regiões que chegam ao bairro são consideradas “estranhas” pela população que reside no mesmo. Nesta etapa, pude fotografar as precariedades do bairro como esgoto a céu aberto, valas sem canalização de esgoto sanitário, buracos abertos nas ruas com encanamentos de água expostos e com passagem por dentro de esgotamento sanitários, demonstrando a ausência dos serviços básicos e prioritários a uma vida digna.

A segunda etapa constituiu-se pelas visitas realizadas aos domicílios. As definições a cerca das residências e das mulheres que seriam entrevistadas foram decididas pelas próprias agentes da pesquisa, considerando a autonomia do processo formativo de cada uma delas e compreendendo que as prioridades da apresentação dos problemas que as atingem estão instauradas no bairro onde residem e fazem sentido se por elas forem expostos. Neste caso, no bairro Parque Paulista, Tia Angélica e, no bairro Parque Colonial, Edilene Estevam nos conduziam às residências das mulheres que definiam serem importantes para a pesquisa e para as entrevistas. Nessas visitas, as mesmas faziam a apresentação a respeito da pesquisa e do motivo pelo qual estava sendo realizada juntamente com elas. Na sequência, foram solicitadas as autorizações das futuras entrevistadas, já que as entrevistas foram gravadas em áudio. Por fim, então, marcamos as datas.

Esse processo, conforme o ponto de vista das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, Tia Angélica e Edilene, foi bastante formativo, pois elas se ‘sentiam de fato pesquisadoras’. A todo o momento comentavam que era muito importante o que estava acontecendo na região e que as moradoras estavam muito interessadas em darem as entrevistas, sabendo da relevância da problemática da pesquisa e diziam que ninguém havia realizado alguma pesquisa desse tipo ali nos bairros.

A escolha dos nomes para as moderações dos debates nas oficinas foi decidida em comum em reunião organizada por Leila Salles, Edilene Estevam e Maria Angélica (Tia Angélica) do GT-Mulheres do FAPP-BG, como parte da metodologia da pesquisa-ação já prevista no projeto de qualificação do PPGEA/FURG. Os moderadores também são participantes do FAPP-BG, a saber, Bianca Dieile, professora de Políticas Públicas da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Osvaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), Raquel Giffoni, professora do Instituto Federal de Volta Redonda (RJ) e José Miguel da

Silva, professor de geografia graduado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e membro do Conselho de Meio Ambiente de Duque de Caxias.

Relataremos as falas das mulheres entrevistadas durante as visitas que realizamos no período de construção da pesquisa-ação com as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG. No período da pesquisa de campo fiquei instalada por 15 dias nos bairros de Parque Paulista, na casa da Tia Angélica e 15 dias no Parque Colonial, na casa de Edilene Estevam e Lilian Salles que residiam bem próximas às áreas dos rios onde as águas estão contaminadas. Nesta estadia nos bairros referenciados tivemos a oportunidade de realizar visitas nas ruas dos bairros citados e nas residências de algumas mulheres que são lideranças comunitárias e religiosas desses bairros, participar de várias rodas de conversa com as moradoras, realizando a escuta das informações do ponto de vista das mulheres sobre a problemática da contaminação das águas, a falta de abastecimento de água por rede pública e a relação dos impactos e dos danos causados pela REDUC.

Apresentaremos as entrevistas, os relatos e as fotografias a respeito do modo como as mulheres realizam suas práticas de Educação Ambiental para demonstrar a maneira como elas mantêm suas relações com o meio ambiente em suas comunidades.

Definimos esta etapa para demonstrar e referenciar os mesmos três itens utilizados na pesquisa da PETROBRAS/REDUC para um melhor entendimento do processo das práticas da Educação Ambiental, relacionando as falas das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG e as falas das demais mulheres que residem nos bairros pesquisados, sobre, o discurso, as ações e os impactos da PETROBRAS-REDUC para a sociedade, o meio ambiente e as comunidades. A metodologia utilizada foi através das informações das falas das mulheres que foram gravadas, anotadas e fotografadas nas oficinas temáticas, nas visitas dos bairros e nas entrevistas com as mulheres dos bairros pesquisados. O primeiro momento foi identificar o discurso das mulheres e descrevê-los; o segundo foi apresentar as ações realizadas pelas mulheres com relação aos impactos ambientais no meio ambiente e o terceiro foi apresentar os impactos ditos/percebidos por elas no meio ambiente. A intenção era relatar a maneira como elas compreendem que são ou estão sendo atingidas pela contaminação das águas.

1.2 Justiça Ambiental.

O primeiro item, a justiça ambiental, advém da afirmação da existência de injustiça ambiental na região da Baixada Fluminense (RJ), dentre as quais, um dos principais responsáveis tem sido, e, é a REDUC/PETROBRAS.

O surgimento do debate sobre justiça ambiental se inicia nos Estados Unidos da América - EUA na década de 1960, através de organizações que lutavam pela garantia dos seus direitos civis. Pelas referências das leituras é possível afirmar que a noção de justiça ambiental surge na década de 1980, como descrevem Acselrad et al. (2009). Ao afirmarem tratar-se de uma "articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis" [...]; que acabou por se consolidar em 'uma rede multicultural e multirracial [...], no enfrentamento do racismo ambiental. (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009, p. 17-23).

Neste sentido, vale destacar a contribuição de Bullard (2004) sobre o surgimento do debate sobre racismo ambiental que também está acometida a população duquecaxiense:

[...] refere-se a políticas públicas ambientais, práticas ou diretivas que afetam de modo diferente ou prejudicam (de modo intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades de cor ou raça. O racismo ambiental é reforçado pelo governo, assim como pelas instituições legais, econômicas, políticas e militares. Ele encontra-se combinado com políticas públicas e práticas industriais que, ao mesmo tempo [em] que garantem benefícios aos países do Norte, direcionam os custos para os países do Sul [...]. (BULLARD, 2004, p. 42).

Quando ocorrem desastres ambientais, que atingem a população local, a câmara municipal, através dos vereadores, é acionada pela pressão dos movimentos sociais e de ações públicas coletivas, impostas pelo Ministério Público para que haja a devida indenização aos atingidos pelo desastre, bem como a tentativa de recuperação das áreas degradadas. Verifica-se que o processo é demorado, perdurando por anos nos tribunais, fazendo com que a recuperação ambiental se esgote pela demora das ações punitivas, e, ainda, as famílias atingidas sejam prejudicadas permanentemente pela lentidão das decisões judiciais.

O racismo ambiental, o descaso com os direitos assegurados pela Constituição Federal Brasileira, como o direito à igualdade, à dignidade humana, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde e à autonomia, e ao serem administrados pelos governos, geralmente contrariam as normas escritas e em suas

práticas modificam o poder da Legislação Federal de 1988, impedindo a população o acesso do exercício democrático.

Neste sentido, para Acsehrad (2010) houve um processo de transferências das formas das lutas como forma de bloquear as lutas por justiça ambiental:

É sabido que, entre analistas e atores sociais, desenvolveu-se, ao longo dos anos 1990, a impressão de que teria havido um processo de “substituição” do ambientalismo contestatário por um “ecologismo de resultados”, pragmático e tecnicista. No entanto, essa impressão não foi generalizada, dado que alguns atores – e autores – sustentam ter ocorrido, isso sim, um movimento de neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos, esforço esse que teria sido bem-sucedido apenas junto ao que chamam de “ecologismo desenraizado”, desprovido de maiores vínculos com movimentos sociais. (p.106).

Importante lembrar a respeito do “Memorando Summers” nesta pesquisa, cujo discurso apresenta as práticas perversas contra as nações pobres e/ou países periféricos tomados como destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente. Por tal motivo o referencio aqui por entender como essencial, específico e emblemático, conforme vem acontecendo, o aumento das degradações ambientais, da contaminação das águas e da calamidade de doenças causadas pela emissão e despejo de poluentes tanto na atmosfera, quanto no solo e nas águas dos rios do município de Duque de Caxias, na região da Baixada Fluminense, desembocando na Baía de Guanabara, região Metropolitana do Rio de Janeiro. O memorando elaborado na véspera da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) propõe que as indústrias poluidoras sejam deslocadas para os países pobres.

Este Memorando foi elaborado pelo economista chefe do Banco Mundial *Lawrence Summers* para um debate interno, mas que acabou vazando para a imprensa na véspera da Rio-92. Citam-se aqui os três trechos por saber enfaticamente que, de maneira planejada, o Banco Mundial atinge sobremaneira a região da pesquisa em Duque de Caxias, com observação rotineira desde o ano de 1967. Além disso, todos os dias percebe-se o aumento da degradação da vida e da humanidade neste município, portanto, é relevante rememorar e apresentar os três argumentos de *Summers, os quais* justifica sua proposta:

1-O meio ambiente seria apenas uma preocupação estética típica apenas dos bem de vida; 2- os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental. (...); 3- pela lógica econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres tem um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos. (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009, p. 7).

A gravidade desses argumentos que são explicitados no aludido memorando como se fossem simples e mágicos, é o que sustenta a lógica econômica utilizada entre países ricos e pobres ou, ainda, dentro de um próprio país, conforme cita Acselrad “com a criação de “bota foras”, “paraísos de poluição” e/ou “zonas de sacrifício”. (Acselrad, 2004c, p.07).

Nessa mesma direção de pensamento e citando as formas de enfrentar essa problemática Acselrad, 2004, apud Santos, 2015, emerge a discussão dos teóricos que discutem esse tema:

Na perspectiva de se evitar essa "exportação" das indústrias poluidoras e seus impactos negativos, o movimento por justiça ambiental americano esteve no Brasil em 1998 e "desenvolveram na ocasião contatos com organizações não governamentais e pesquisadores", onde foi realizada uma mesa redonda sobre a temática na Universidade Federal do Rio de Janeiro (p. 39). Após esse primeiro contato, no ano 2000, foi publicado o material - Sindicalismo e Justiça Ambiental (três volumes), pela Central Única dos Trabalhadores - CUT/RJ, IBASE, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano - IPPUR da UFRJ e apoio da Fundação Heinrich Böll, sendo um marco inicial de sistematização, divulgação e debate sobre esse assunto no país. (FLORIANO, 2015, p.25).

É relevante enfatizar, também, a realização de um seminário sobre a temática na cidade de Niterói-RJ, no ano de 2001, sob o título Seminário Internacional Justiça Ambiental e Cidadania que possibilitou a fundação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (ACSELRAD; HERCULANO; PAIVA, 2004; ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Mas, também o Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, ao qual essa pesquisa está vinculada, e que passou a integrar a Rede Brasileira de Justiça Ambiental no ano de 2014, vem participando de seus encontros e articulações, em particular no Fórum dos Atingidos pela indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG. Os princípios básicos da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA em sua Declaração de Princípios tem o compromisso e,

- a) Asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; b) asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de

modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e sustentabilidade do seu uso. (Declaração de Princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental - ACSELRAD, HERCULANO, PÁDUA, 2004, p. 15).

Dessa forma, é fundamental apresentar para quê e para quem foi pensada essa proposta da noção de justiça ambiental. Nessa perspectiva:

Cunhou-se a noção de *justiça ambiental* para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9).

Como contraposição às justiças ambientais, postas e descritas pelos autores referenciados anteriormente, tem-se a definição de injustiça ambiental, que conforme os mesmos deve ser designada também à reflexão: Injustiça Ambiental pode ser designada e definida da seguinte forma: para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo *injustiça ambiental*. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9).

Portanto, nesta pesquisa a definição de justiça ambiental é o conceito direcionador das discussões. À luz das injustiças ambientais, se apresenta na parte introdutória desta pesquisa com a abordagem sócio histórica das injustiças ambientais caracterizadas no município de Duque de Caxias (RJ), onde identificamos seus perpetradores, a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias - REDUC, com seu Polo Petroquímico através das poluições, contaminações, através das práticas degradantes ao meio ambiente, gerando doenças, empobrecimento e impactando negativamente a população que ali reside ou residiu, atingindo seus modos de viver como, por exemplo, beber água, plantar, colher, pescar, nadar, brincar, estudar entre tantas outras atividades.

Nesse cenário de injustiça ambiental na cidade de Duque de Caxias, e do entendimento dessa perspectiva de desigualdades e injustiças ambientais veio a iniciativa de trazer ao confronto as falas das mulheres do GT - Mulheres do FAPP-BG, juntamente com as falas das/dos moradores dos bairros investigados sobre educação ambiental que, à ótica das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, são críticas e autônomas e, portanto, em processo de constante emancipação.

Baseados nos itens da Declaração de Princípios da RBJA citados anteriormente, compreendem-se algumas concepções que serão usadas nesta dissertação:

1) A justiça ambiental emerge em contraposição a injustiça ambiental. Então, a educação ambiental para a justiça ambiental deverá ser elaborada na luta contra a

educação da injustiça acometida na população duquecaxiense representada pelos bairros de Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial, seja pelos organismos internacionais, seja pelas empresas como a REDUC;

2) As contradições das informações e dados da REDUC e as consequências de suas ações e injustiças, que são “abafadas” pelas atividades de compensação com os termos de ajustamento de conduta (TAC-REDUC). Nesse caso, a educação ambiental é amplamente utilizada pela parcela desproporcional atingida pelas consequências ambientais negativas de operações da cadeia produtiva de petróleo para assegurar amplo acesso às informações. O intuito é favorecer a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização e o favorecimento do amplo acesso aos recursos ambientais;

3) Por fim, a educação ambiental para a justiça como utopia deverá ser produzida em confronto com a educação ambiental da injustiça e pelos próprios autores impactados e envolvidos na luta contra esta injustiça e esta desigualdade em que são expostos/vivem com a finalidade de denominar um quadro de vida futuro, no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada.

1.3 Desigualdade Ambiental

Um segundo conceito utilizado que amplia o item anterior é o de desigualdade ambiental. Nesse sentido, Acselrad (2010) destaca que nas Ciências Sociais existe uma série de teorias acerca da temática de desigualdade ambiental. Ressalta-se que:

Nas ciências sociais, a noção de desigualdade ambiental adquire peso teórico em uma série de autores, tais como o neweberiano Murphy (1994), que sugere que as sociedades estão se estruturando crescentemente em “classes ambientais” – umas que ganham com a degradação e outras que pagam os custos ambientais –, ou Schnaiberg et al. (2004), para os quais a população é seccionada em termos econômicos, parte dela sendo envolvida no “moinho da produção”, com os rejeitos sendo alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo aqueles que decidem de sofrer os danos ambientais localizados. A crítica do senso comum, segundo o qual a causa ambiental é intrinsecamente supraclassista, pode ser encontrada também em estudiosos do desenvolvimento como Peter Newell (2005), para quem “as clivagens políticas e sociais de raça, classe e gênero são chave para o entendimento da organização global da desigualdade ambiental”. (ACSELRAD, 2010, p. 110).

Ampliando a discussão, o Coletivo de Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental sustenta que:

[...] a ocorrência das desigualdades ambientais relaciona-se às pressões crescentes em direção à mercantilização de bens não mercantis. No capitalismo, os objetos possuem valor de troca quando são fruto do trabalho humano. Coloca-se então a questão: em que condições bens de uso que não são frutos do trabalho – como terra, água e ar – se transformam em mercadoria? Tal transformação só poderia ocorrer por processos extraeconômicos, como o uso de força, capazes de promover a mercantilização de bens de não mercado e sua conseguinte apropriação privada. Mecanismos violentos converteram várias formas de direito a terra – comunal ou do Estado – em direitos exclusivos de propriedade privada, o que acarretou na supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns, assim como promoveu a mercantilização da força de trabalho. (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012, p.168).

Esses mesmos mecanismos violentos também ocorrem no município de Duque de Caxias. Um exemplo a ser relatado durante a dissertação é o consumo desigual da água utilizada entre os empreendimentos do polo petroquímico e a população. Santos (2016, p. 27) destaca que “o modelo dominante de desenvolvimento é um indutor da configuração de desigualdade ambiental em todo país”. Considera-se que ao olharmos para todo e qualquer projeto com o foco da desigualdade ambiental rompemos com a ideia de uma distribuição democrática dos riscos, dos impactos negativos e dos danos (COLETIVO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012).

Contudo, como acontece o processo de indução da desigualdade ambiental? Ou melhor, "por que o meio ambiente não teria se constituído até aqui como uma questão de Estado e tão pouco como uma questão para o capital?" (ACSELRAD, 2013a, p. 11). O autor ao elaborar a resposta divide os agentes (capital e Estado) e sentencia:

- a. Porque os capitais sempre conseguem impor a terceiros os danos ambientais que produzem - seja expropriando recursos a montante da produção, seja contaminando os espaços comuns a jusante. (...).
- b. Porque o Estado, por sua vez, é refém da chantagem de localização dos empreendimentos - quem tem o poder de investir e gerar divisas impõe as condições institucionais e regulatórias ideais para a implantação de seus negócios. (...). Em síntese, exigem que o Estado lhes ofereçam condições para que contaminem ou expropiem o ambiente dos que têm menos poder de se fazer ouvir na esfera política (ACSELRAD, 2013, p. 11-12).

Fica evidente a necessidade de que existam os meios políticos para a implementação da desigualdade ambiental e a criação de um imaginário coletivo de que todos somos responsáveis pelas condições ambientais (COLETIVO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012), criando, para isso, "mantras" que temos que entoar, como, por exemplo, desenvolvimento sustentável e

outros. (ZHOURI; PEREIRA, 2013). Somos responsáveis? Somos! Mas cada um com peso e responsabilidades diferenciados.

Nesse sentido, "na contramão da perspectiva de Estados e grandes corporações, é que, para os movimentos sociais, a questão ambiental é central" (AcseLRAD,2013), uma vez que:

as condições de trabalho e de moradia de todos esses grupos sociais são permanentemente comprometidas pela privatização de fato do espaço não-mercantil das águas, dos ares e dos sistemas vivos por grandes projetos hidrelétricos, industriais e agroindustriais. (ACSELRAD, 2013, p. 12)

Essa situação acaba por se evidenciar em situações de conflito ambiental, em que movimentos sociais tentam, de alguma forma, se contrapor a esses projetos de desenvolvimento.

1.4 Conflitos e problemas ambientais

O debate sobre os conflitos ambientais, as desigualdades e as injustiças ambientais, em relação ao modelo de desenvolvimento econômico instaurado no Brasil, está em crescente construção nas produções científicas. O modelo desenvolvimentista, atualmente neodesenvolvimentista, tem atingido de maneira desigual uma parcela bem determinada da população deste país.

A problematização realizada por vários pesquisadores e pesquisadoras brasileiros, entre eles cito aqueles que foram leituras prévias para esta investigação, contribuem para dar visibilidade às situações de desigualdades e injustiças socioambientais no Brasil.

Para Zhouri e Laschefski (2010) a década de 80 representou um importante marco histórico e simbólico para as lutas ambientais. Após a morte de Chico Mendes, em 1988, as ideias de “uso sustentável da natureza” e da existência dos “povos da floresta” se consolidaram. Indígenas, ribeirinhos, seringueiros e demais grupos tradicionais se tornaram protagonistas do “desenvolvimento sustentável”, noção que ganhou reconhecimento internacional na II Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Neste evento, uma centena de países concordou com a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento assentado no tripé economia-ecologia-equidade social e se fez relevante para o debate sobre conflitos como forma de denunciar a

excludente situação vivida pelos povos impactados. Nesse sentido, Andrea Zhouri, 2010 destaca que:

[...] os conflitos ambientais denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante. Ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental, que é a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (ZHOURI, 2010, p.04).

Ao discutirmos essa problemática é possível demonstrar a contradição imposta por esse modelo de desenvolvimento, que se evidencia através dos conflitos ambientais envolvendo grupos sociais de maneira diferenciadas ao utilizarem e/ou se apropriarem do território desfavorecendo e ameaçando outros grupos. Como no caso da indústria petrolífera representada pela PETROBRAS/REDUC que, por meio de suas atividades, impactam a região da Baixada Fluminense no solo, na água e no ar. Nesta direção Carlos Machado (2015) também contribui para esta reflexão ao problematizar que:

Os conflitos são a face visível (ou indicadores) da existência de desigualdade social e ambiental configurada na região; [...], como síntese diria que, os conflitos seriam indicadores de que existe ou ocorre uma injustiça ou desigualdade na qual determinado grupo ou ator social vem para a rua demonstrar sua não concordância com tal situação ou realidade – através da demanda. [...]. (MACHADO, 2015, p. 17).

Ou seja, os conflitos ambientais evidenciam "as reivindicações expressas por grupos e/ou movimentos que, por sua vez, não estão sendo atingidos pelo chamado desenvolvimento para todos e revelam “uma configuração desigual no território.” (SANTOS; MACHADO, 2013, p. 200 – 201)⁷.

Assim, pode-se pensar o conflito ambiental como "uma ruptura da hegemonia", isso por fazer "emergir uma brecha, uma ruptura da hegemonia, um bloqueio na produção simbólica do único e do verdadeiro, e assim, pode colocar em risco a unanimidade, a concordância geral, a apatia, o conformismo e o consumismo" (MACHADO; MORAES, 2016, p. 118). O conflito ambiental - essa ruptura da hegemonia - representa uma disputa pela "partilha do sensível"⁸ e, portanto, sua ruptura (SANTOS, 2016).

Acredita-se, com isso, que os conflitos ambientais podem e devem ser:

⁷ Os autores apresentavam os conflitos ambientais no município de Rio Grande/RS/Brasil.

⁸ O autor usa a ideia de partilha do sensível de Jacques Rancière na obra **A partilha do sensível**. 2ed. São Paulo: EXO experimental org; Editora34. 2009. 72 p.

[...] o ponto de partida para as reflexões teóricas no campo da sociologia e da educação ambiental, bem como de outros campos do conhecimento, mas também como foco das políticas por parte dos diferentes gestores na região. [...], tais conflitos não devem ser vistos como um risco e/ou um problema a ser mediado, mas, [...], como uma primeira evidência da configuração desigual da sociedade e uma possibilidade inicial de ruptura com essa realidade e sua posterior superação. (SANTOS; MACHADO, 2013, p.201).

Pois, os sujeitos envolvidos nos conflitos ambientais:

[...] se colocam como portadores de outros projetos de vida e de interação com o meio ambiente. Organizadas em movimentos ou dispersas na forma de denúncias, há vozes que explicitam a perpetuação de um cenário de desigualdades e de conflito, evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território. As disputas decorrentes deste cenário se instauram nos planos político e simbólico, através da luta pelo direito e pelo poder de construir e fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do espaço. (ZHOURI, 2010, p.11-14).

Portanto, as definições conceituais de conflitos ambientais são essenciais para a discussão da pesquisa proposta e realizada com as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG no município de Duque de Caxias.

Procurando uma resposta para as perguntas: “Que fazer é esse?” O que estamos realizando? Provocou-se a necessidade de aprofundar o estudo sobre Educação Ambiental.

1.5 Educação Ambiental: a busca de um caminhar junto à justiça ambiental

Ao iniciar os estudos sobre Educação Ambiental defronta-se sempre com a busca de uma resposta teórico-prática para as inquietações frente às situações de conflitos ambientais e imposição de desigualdade ambiental. Layrargues (2004) ao apresentar sobre qual é o designo da Educação Ambiental, diz que:

[...] historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental. Contudo, desde que se cunhou o termo “Educação Ambiental”, diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. Houve momentos que se discutiam as características da educação ambiental formal, não formal e informal; outros discutiram as modalidades da Educação Conservacionista, ao Ar Livre e Ecológica; outros ainda, a Educação “para”, “sobre o” e “no” ambiente. (LAYRARGUES, 2004, p. 07).

Assim como a questão ambiental, o debate sobre Educação Ambiental se ampliou bastante no Brasil nos últimos anos, principalmente após a Rio-92, tendo como principal marco a promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999). Entre as mais variadas concepções acerca da Educação Ambiental destaca-se a cunhada por Layrargues e Loureiro (2012) em que definem a Educação Ambiental Crítica como:

aquela que em síntese busca pelo menos três situações pedagógicas: a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e em seu interior, da condição humana. (p.64).

Compreende-se, portanto, que uma educação ambiental crítica pode ser e, deve ser necessariamente pensada na conjuntura complexa da realidade, no nosso caso, nos conflitos ambientais gerados e na imposição das desigualdades e injustiças ambientais no território da Baixada Fluminense.

Acreditamos, então, que a Educação Ambiental seja um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passem a serem agentes transformadores na busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso dos recursos naturais (MARCATTO, 2002).

Porém, é importante destacarmos que "a prática da Educação Ambiental crítica também passa a ser vista com atenção e apresentando limites" (SANTOS et al., 2015, p. 202). Nesse sentido, os autores destacam que:

o caminho de ir à essência do modelo que produz as formas sociais coadunadas com o Capital, do qual se evidenciam os problemas ambientais e de onde os conflitos socioambientais são os indicadores de que grupos e de populações mais vulneráveis e tradicionais estão tendo seus direitos violados, suas lideranças estão sendo mortas e comprometendo a vida das suas gerações futuras em nome de mais e mais lucro para megacorporações nacionais e internacionais (mineração, energia, agronegócio e outros) (SANTOS et al., 2015, p. 202).

Dessa forma, para um processo de Educação Ambiental ser crítico e promover a justiça ambiental é preciso estar ao lado dos grupos atingidos por estes processos de

crescimento econômico, que buscam "des-envolver"⁹ as pessoas e as comunidades (SANTOS et al., 2013). Os autores destacam que é necessário:

[...] se colocar, de forma cooperativa, ao lado dos grupos sociais (organizados ou não) impactados negativamente (nos âmbitos ambiental, social, cultural etc.) por empreendimentos de determinados setores. Entendemos que não basta o caráter crítico à EA para evitar que ela seja utilizada como uma ferramenta de mediação (sempre em favor do grupo hegemônico) frente aos conflitos ambientais (latentes e/ou existentes). (SANTOS et al., 2013 p. 266).

É importante, no entanto, termos em mente que "as alianças com os grupos vulneráveis e os movimentos sociais não podem ser apenas uma retórica, mas sim a essência de qualquer trabalho que seja crítico" (SANTOS, 2016, p. 76).

Busca-se, dessa forma, problematizar “as raízes dos fatos geradores dos conflitos e as consequências geradas – a apropriação desigual da natureza (prática e simbólica)” (SANTOS et al., 2013, p. 270) e “elucidar o tipo de discurso que tem justificado as práticas assumidas pela Educação Ambiental”. Assim, procuramos construir, conforme Santos et al. (2015, p. 205),

uma educação ambiental que chamaríamos para justiça ambiental, que só pode ser realizada e alcançada tendo como premissa de sua ação os próprios grupos injustiçados. E disso, portanto, tal educação ambiental discorda e se confronta aos discursos e práticas que pretendem conscientizar, sensibilizar, proteger e conservar, como também sustentar, durar sem associar no local (lugar e discursos) que tais palavras de ordem como abstrações se relacionam à perpetuação do sistema capitalista e sua relação com a exploração da natureza (...).

Dessa maneira, acredita-se que a "EA para justiça ambiental propicia a luta junto a esses grupos contra a imposição da desigualdade ambiental" (SANTOS, 2016, p. 80). Como, por exemplo, ao lado do GT-Mulheres do FAPP-BG.

Para esta pesquisa cabe ainda apresentar a epistemologia feminista como parte de uma construção teórico-metodológica a partir do ponto de vista das mulheres do município de Duque de Caxias, trazendo algumas autoras que debatem esta teoria.

1.6 Epistemologia Feminista

Outro desafio da pesquisa é a articulação do conflito vivido, da educação ambiental com as injustiças ambientais que atingem as mulheres. Para embasar esse

⁹ Termo utilizado na carta política do VI Encontro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que aponta como esses processos geridos pelo capital articulados com o Estado vêm des-envolvendo as comunidades a serem atingidas.

diálogo, a pesquisa apoia-se também na abordagem da crítica feminista, proposta por Sandra Harding, ao trazer o questionamento:

[...] nos perguntamos como é possível não querer proclamar **a realidade das coisas** diante dos nossos "dominadores" e de nós mesmas, expressando assim nossa oposição aos silêncios e mentiras emanados dos discursos patriarcais e de nossa consciência domesticada. Há, por outro lado, fortes razões para acolher a suspeita feminista pós-moderna quanto à relação entre as definições admitidas da "realidade" e o poder socialmente legitimado. (HARDING, 2010, p.10).

Com estas afirmações de Harding senti-me mais fortalecida enquanto participante do grupo de mulheres auto-organizadas no GT-Mulheres do FAPP-BG de forma a proclamar, discutir e visibilizar a realidade vivida nos bairros pesquisados, compreendendo que o discurso ou o silêncio da REDUC/PETROBRAS são expressões de um discurso patriarcal de dominação, em que não são ditos de maneira transparentes os efeitos dos impactos que causam à condição de vida da população que ali reside a partir da produção e refino de petróleo no município de Duque de Caxias (RJ). A respeito desse debate, a autora amplia nosso pensamento considerando que:

Não há dúvida de que a crítica feminista das ciências naturais e sociais identificou e descreveu uma ciência mal conduzida - isto é, uma ciência distorcida pela *visão* masculina preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, nos conceitos, nos métodos de investigação, nas observações e interpretações dos resultados. Existem fatos da realidade, afirmam essas autoras, *mas* a ciência androcêntrica não os pode localizar. A identificação e eliminação da visão masculina através da estrita adesão aos métodos científicos permite-nos configurar um quadro objetivo, destituído de gênero (e, nesse sentido, não-valorativo) da natureza e da vida social. A pesquisa feminista não representa a substituição da lealdade a um gênero pela lealdade a outro - a troca de um subjetivismo pelo outro -, mas a transcendência de todo gênero, o que, portanto, aumenta a objetividade. (HARDING, 2010, p.13).

Estas afirmações de Harding (2010) provocam o repensar das práticas pedagógicas em Educação Ambiental que são realizadas com o público, principalmente com as mulheres, e mulheres negras das periferias da cidade de Duque de Caxias/RJ. Para dar continuidade ao debate entrelaça-se o pensamento de Ligia Kussama (2006, p.3) de que “a vida das mulheres está articulada num imaginário social cultural e são contestadas em suas várias demandas contra hegemônicas”, que sob esta perspectiva, torna-se parte constituída da sociedade capitalista patriarcal. Entende-se que esta sociedade tem no centro do pensamento o “homem econômico”, ou seja, tem como centralidade do pensamento social o homem em busca da obtenção de lucro em todas as atividades que realiza. Um lucro que promove poder, *status* e direitos legais.

Neste panorama, resistir através do conhecimento (também empírico) a este modelo econômico de sociedade, a partir do ponto de vista da mulher, é de fato algo que contradiz o pensamento educacional brasileiro e caminha na contramão do pensamento sociocultural do país. Pensar a vida das mulheres a partir da decisão de lutarem contra a maneira como são exploradas e oprimidas, a partir de como resistem ou até consentem determinadas opressões e, ainda, se habitua a explorar outras mulheres é um processo que vem amadurecendo no decorrer dos anos de convivência e vivência com/nos grupos auto-organizados, como, por exemplo, o Comitê Popular de Mulheres, na Marcha Mundial das Mulheres, no Grupo em Defesa da Vida e, a partir de 2013, no GT-Mulheres do FAPP-BG no sentido de denunciar, estudar e dialogar em espaços de formações políticas como universidades, secretarias de educação, câmara de vereadores, ou de realizar esta pesquisa como forma de visibilizar as falas, as práticas, as resistências, as opressões das mulheres, as denúncias, as violações dos direitos humanos do município de Duque de Caxias em relação ao conflito travado com a REDUC/PETROBRAS, que se considera emblematicamente como o modelo de dominação e, neste caso, uma dominação institucional conforme apresentada no capítulo II desta dissertação. Ainda existe uma grande distância entre estar na universidade sendo mulher negra, não possuindo bens econômicos, nascida num bairro da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

As marcas da colonização europeia estão enraizadas na América Latina, e, nesse sentido, a autora María Lugones (2014, p.935), ao problematizar a colonização europeia enraizada na América Latina, destaca que é importante “ênfaticamente que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (p.935). Neste prisma, faz sentido para a mulher se constituir, trabalhar e viver em busca de auto-organizações sociais de mulheres que resistem às facetas do capital ao tencionar e enfrentar a lógica da modernidade capitalista.

O aprendizado adquirido com as leituras sobre os desafios feministas trazem de fato a riqueza que se busca quando se questiona os educadores e as educadoras: “Por que tenho que alisar os meus cabelos para ir à escola?” “Por que tenho que aprender outro idioma para trabalhar?” “Por que tenho que usar salto alto para ir a uma festa?” Essas culturas foram reproduzidas durante décadas de maneira impositiva na vida das mulheres, mas nem sempre representavam seus ideais.

Outra questão que incomoda muito é: “Que educador eu quero ser?” “Com que público eu quero trabalhar?” A autora Diana Maffia, (2014), instiga o diálogo com grupos comunitários, espaço onde se trabalha e compartilha saberes. Compreende-se que não se impõe o saber, mas se dialoga. As tradições, os costumes, as práticas locais, a alimentação, as músicas, entre outros aprendizados, são respeitados, a educação se faz de maneira mais autônoma, uma vez que, ao conhecer de maneira mais ampla as diversas vivências e saberes dos povos do mundo, permite-os a fazer escolhas e não ser guiados” por outrem. Desta forma, Maffia (2014) descreve:

Si volvemos a la idea comunitarista podemos pensar que en realidad para llegar a ser un individuo, primero hay que ser recibido amorosamente por una comunidad y segundo tiene que tener derecho a desplegar su identidad. Porque de otra manera, yo estoy anulando mi posibilidad de ser el individuo que estoy destinado a ser. Si yo vivo en una comunidad indígena y me impiden utilizar mi lengua materna, porque para ir a la escuela tengo que hablar español o porque para trabajar tengo que hablar el español y no puedo manejar mi lengua original para comunicarme incluso dentro de mi propia comunidad, entonces una parte muy importante de mi identidad esta siendo cercenada. Por lo tanto, si yo quiero reclamar por este derecho ¿cómo reclamo? Ahí, empiezan a aparecer problemas que tienen que ver con el surgimiento político de nuevas repúblicas con culturas divergentes de las occidentales. (p.7).

Para complementar e embasar o saber adquirido nas epistemologias feministas, a respeito de práticas de pensamentos dominantes e fazendo relação com as práticas de relacionamento da REDUC com e para as comunidades atingidas, a afirmação que orienta a forma como se encaminha esta pesquisa se reafirma ao pensarmos que “El pensamiento dominante se niega a analizarse a sí mismo para comprender aquello que lo pone en cuestión” (Wittig, 1991, p. 23). Este pensamento provocou um olhar desta pesquisa sobre o território de Duque de Caxias despertando a atenção para o modo como a REDUC se nega a analisar suas práticas produtivas de degradação e de reparação dos impactos danosos às condições de vida da população caxiense.

A epistemologia feminista provocou a percepção da importância do olhar das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG para o território de vivência. Um olhar de como se constituem mulheres do abandono e do descaso do poder público de Duque de Caxias, principalmente, com a instalação da REDUC em 1961, mas também como se constituem mulheres que enfrentam o descaso do poder público e lutam contra o abandono do Estado e, portanto, pela justiça ambiental.

Nesta perspectiva, no capítulo II será apresentada a constituição do município de Duque de Caxias, desde a chegada dos portugueses no Brasil do Século XVI até os dias

atuais, demonstrando características sócio históricas das percepções do racismo e das desigualdades ambientais, dissertando a importância deste território para a economia brasileira.

CAPÍTULO II: DUQUE DE CAXIAS - UMA HISTÓRIA DE INJUSTIÇAS

Este capítulo apresenta uma abordagem sócio histórica da constituição da população e da caracterização das bases sociais da região, indicando percepções do racismo e de desigualdades ambientais em Duque de Caxias/RJ na sua formação e consolidação constituídas desde a chegada da Família Real, oriunda de Portugal e que ao longo dos séculos se potencializaram. Realiza-se, também, um diálogo a respeito da ocupação deste espaço geográfico como produto histórico, que passa por processos produtivos de acordo com as determinações de indivíduos específicos de uma sociedade que o produz.

Davis (1993 apud Costa, 2009, p.21) destaca que os colonizadores portugueses, no século XVI, iniciaram um processo de produção para atender as demandas comerciais da metrópole do Rio de Janeiro. Assim, o município de Duque de Caxias passa a ser um caminho para o desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro (antiga capital do país), bem como para todo o Estado.

Para tanto, neste capítulo são apresentadas as características socioambientais do município de Duque de Caxias com informações geográficas, estatísticas, sociopolíticas e econômicas a partir do ponto de vista crítico ao modelo de desenvolvimento econômico instituído no Brasil com o Plano de Metas do Governo JK (Juscelino Kubitschek/1957-60) para atender a demanda do Plano de Localização de Refinarias de Petróleo aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo, em 04 de abril de 1952, no segundo mandato do Governo de Vargas (1951-1954). Ainda, como facilitação à ordem social de interesses lucrativos no ano de 1975 quando ocorre a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro para dinamizar a economia política social na Baixada Fluminense, o que promove a redefinição das estratégias econômicas do Estado para o país. (COSTA, 2009).

Nesta linha de raciocínio, a pretensão é indicar que este formato de desenvolvimento econômico tende a propiciar uma economia de lucro para poucos, e para a maioria da população, nenhum provimento mínimo dos serviços básicos pela ausência do poder público da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), em que as contradições sociais e econômicas são visivelmente percebidas por àqueles que em uma visita instantânea aos bairros periféricos do município de Duque de Caxias

conseguem fazer uma leitura das condições de sobrevivência das populações que ali residem.

2.1 Uma breve caracterização do município

Duque de Caxias se localiza no Estado do Rio de Janeiro e pertence à Região Metropolitana Fluminense. Possui uma área territorial de 467,619 Km² correspondendo a 8,8% da área dessa região e a 1,07% do território estadual. O município está dividido em quatro distritos, respectivamente, Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém, estes compostos por um total de quarenta e um bairros (IBGE, 2010).

No último censo a população de Duque de Caxias era de 855.048 habitantes e densidade demográfica de 1.828,51 hab/km², em sua estimativa, a população, em 2016, chegaria a 886.917, com densidade demográfica de 1.831,72 hab/km² perfazendo taxa urbanização de 99,7%. Por esse motivo é considerado o 2º município mais populoso do Rio de Janeiro e o 4º mais populoso do Brasil, excluindo-se as capitais, ficando em 18º município mais populoso no ranking nacional (IBGE, 2010). Duque de Caxias detém a segunda maior população residente em favelas do Estado do Rio de Janeiro com o maior contingente absoluto da Baía de Guanabara. Uma dessas favelas é a Favela Beira Mar localizada entre a Rodovia Washington Luis e a Baía de Guanabara. (COSTA, 2009 p. 204). Rodrigues (2013) descreve que “a concentração populacional está atrelada à concentração de atividades industriais e de veículos, o que gera intensa poluição atmosférica” (p. 207).

Em pesquisa da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), no relatório de andamento da construção do Estudo Regional de Saneamento Básico - ERSB (2013), o município possui uma malha rododiferroviária priorizando apenas a ligação entre a capital e as cidades limítrofes. Não possui aeroporto ou porto e possui atualmente uma frota de veículos terrestres em torno de 201.723 veículos entre automóveis, caminhões, caminhões-tratores, caminhonetes, caminhonetes, micro-ônibus, motos, motonetas, ônibus, tratores de rodas, utilitários e outros.

Está localizado na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, onde se destacam os Rios Iguacú, Inhomirim-Estrela, Suruí, Santo Aleixo, Guapimirim e Macacu realizando a drenagem das escarpas das serras do Couto e dos Órgãos; os Rios Sarapuí e Pavuna drenando os maciços da Pedra Branca e do Mendanha. Destaca-se, ainda, o Rio Meriti que separa o município de Duque de Caxias da cidade do Rio de Janeiro. O Rio

Iguaçu delimita Duque de Caxias de Nova Iguaçu. O Rio Sarapuí faz a divisão entre o primeiro e o segundo distrito, Centro e Campos Elíseos respectivamente e o Rio Saracuruna separa o segundo do terceiro distrito, Campos Elíseos e Imbariê também em sequência (SEA, 2013, p. 115).

A população é constituída por 855.048 habitantes, e deste total, 852.138 são residentes de áreas urbanas e 2.910 estão na área rural; 443.974 são mulheres e 411.074 são homens e, ainda, dentro destes números, 232.812 mulheres e 138.428 homens não possuem renda fixa, com famílias tendo em média de 3,7 moradores por domicílio particular (IBGE, 2010).

Interessante destacar que há uma maior participação de mulheres como chefes de família, numerando 188.543 e um total de 75.561 domicílios particulares permanentes urbanos tendo a mulher preta ou parda como responsável. Possui um número de mulheres mais jovens na idade de 15 a 49 anos com uma população de 242.494 mulheres, enquanto o número de homens nesta mesma faixa etária é 229.726.

Na Educação do município, 31.351 pessoas entre 15 ou mais anos de idade são analfabetos. Pelo Censo do IBGE, 2010, dos 855.048 habitantes do município de Duque de Caxias, 546.475 pessoas com 10 anos ou mais de idade não frequentaram escolas. Apenas 30,784 concluíram o Ensino Superior, os quais 269 se declaram amarelas, 16.573 brancas, 62, indígenas, 10.802 pardas e 3.078 pretas.

Chama atenção a elevada participação de famílias com rendimento mensal de até um salário mínimo. O rendimento nominal médio mensal per capita de domicílios particulares permanentes rurais é de R\$255,00 e o urbano de R\$ 478,20. Além disso, essas famílias enfrentam condições de vida mais precárias como: ausência de saneamento e coleta de lixo, habitações mais precárias, piores serviços de transporte, educação e saúde e maior insegurança com relação à titulação de imóveis. O município possui uma densidade demográfica de 1.828, 51.

No aspecto da saúde, o município apresenta um total de deficiência mental/intelectual de 10.431 pessoas, dentre estas, 4.967 são mulheres e 5.380 são homens; deficiência auditiva 42.411 pessoas, sendo 7.020 em grande dificuldade, 33.397 com alguma dificuldade e 1.994 sem nenhuma audição; na deficiência visual com um total de 147.608 pessoas, 90.198 possuem alguma dificuldade, 28.817 tem grande dificuldade e 3.333 não enxergam. Destas 28.817 pessoas que tem grande dificuldade de enxergar, 18.129 são mulheres. Da mesma forma, das 3.333 pessoas que não enxergam 1.924 também são mulheres. Já o número de habitantes com deficiência

motora totalizam 66.230 pessoas e entre estes 17.446 possuem grande dificuldade de locomoção, 45.434 possuem alguma dificuldade e 3.350 não se locomovem. Com relação a estes dados 11.806 mulheres possuem grande dificuldade, 30.592 mulheres possuem alguma dificuldade e 1.947 mulheres não se locomovem.

O município de Duque de Caxias é principal polo de produção de derivados de petróleo do estado, onde está localizada a terceira maior refinaria da PETROBRAS em capacidade instalada de produção de barris no país, a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias- REDUC. O município também foi beneficiado pela alta no preço do barril de petróleo em 2003. No Censo do IBGE 2005 este município manteve a 9ª colocação no País e sua participação estava em torno de 1% nos anos de 2002 e 2003 e em 2009 subindo para a 2ª colocação no *ranking* e mantida em 2010, por ser o principal polo de produção de derivados de petróleo do Estado em função das atividades do refino (IBGE, 2010).

A REDUC/Petrobras possui um moderno parque industrial, constituído atualmente por 36 unidades de processo, duas centrais termelétricas, um sistema de tratamento de efluentes e um grande parque de transferência de estocagem de produtos. Constitui-se a maior refinaria do Brasil, com capacidade de processamento de 170 mil/bpd, ocupa uma área de 100 milhões de m², tendo 2.280.000 de área construída.

A cidade ocupa o 2º lugar em arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, perdendo apenas para a capital, tendo como principais atividades econômicas a indústria e o comércio, com um PIB per capita de 28.730,2 (Tenreiro, 2015, p.15).

2.2 Memória histórica: recordar para entender

Entender a formação histórica da Baixada Fluminense, por consequência de Duque Caxias, ajuda a compreender o momento atual. Simões (2015, p. 21) nos alerta que “a história de ocupação de Duque de Caxias se confunde com a história da ocupação da cidade do Rio de Janeiro e sua expansão rumo ao seu entorno imediato, que se convencionou chamar de Baixada Fluminense.”

Simões (2015) destaca que, apesar de divergências, os primeiros habitantes dessa região da Baixada Fluminense são os povos Tupi-Guarani. Após a chegada dos europeus:

[...] a Baixada Fluminense é marcada por sua formação social, cujas bases, em grande parte, estão na população de escravizados e descendentes de escravizados africanos, que sem qualquer recompensa monetária ou social construíram o Brasil (BEZERRA, 2012, p.26).

A ocupação efetiva do território não ocorre com as primeiras expedições portuguesas pela região, mas com a expulsão dos franceses, bem como seus aliados - Tamoios, que haviam se instalado na região. Depois desse momento, se "instala o regime de sesmarias" que tem como seu primeiro donatário Cristóvão Monteiro em 1565, às margens do rio Iguaçu (SIMÕES, 2015). A terra foi ocupada "com a cultura da cana de açúcar e para produção de alimentos para a nascente cidade do Rio de Janeiro" (SIMÕES, 2015, p. 23).

Bezerra (2012) destaca um ponto fundamental para a construção da Baixada Fluminense e do município de Duque de Caxias: o tráfico e o trabalho escravo. No século XVII, o Brasil se torna um grande importador de mão de obra escrava da África, e a ascendência nesse mercado atlântico, também, se deu em função da capacidade brasileira de produzir diferentes mercadorias que encontravam demanda de consumo em diferentes mercados, como a cana-de-açúcar que abastecia a Europa e os próprios mercados africanos como a Angola pela cachaça do Brasil. (Op.cit, p.31)

Assim, "os portos fluviais da Baixada Fluminense ganharam importância e se tornaram pontos de aglutinação de atividades econômicas e de pessoas" (SIMÕES, 2015, p. 23). Com isso:

[...] no século XIX, as freguesias de Iguassu, Estrela e Pilar alcançaram uma nova posição econômica e política que resultou na transformação das duas primeiras povoações em Vilas (1833 e 1846, respectivamente) e na ascendência econômica da Freguesia do Pilar, com a entrada do Ciclo do Café¹⁰. (AMARO; BRAZ, 2010, P. 27).

Constituíram os primeiros aglomerados urbanos, que "se davam em torno das igrejas, como a de São Bento, por volta de 1596, e a de Nossa Senhora do Pilar, de 1612" (SIMÕES, 2015, p. 23). As fotografias abaixo retratam a originalidade da história aqui relatada

¹⁰ (Dados extraídos pelos historiadores citados acima dos registros dos viajantes que por lá circulavam - Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil. 1863. P. 102).



Figura 1: Igreja Nossa Senhora do Pilar construída no ano de 1612.

Fonte: <http://blogdoandredeoliveira.blogspot.com.br/2015/08/igreja-do-pilar-comemora-403-anos.html>



Figura 2: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída no ano de 1596, na Fazenda São Bento. Nome que dá origem ao bairro na atualidade.

Fonte: <http://historiasemonumentos.blogspot.com.br/2014/02/fazenda-sao-bento-casa-grande-1754-1757.html>.

Amaro (2013) relata que no século XVIII a relação da cidade do Rio de Janeiro com a região da Baixada se estreitou pelos caminhos que ligavam a região das Minas Gerais, “quando o eixo econômico do Brasil em sua relação com Portugal voltou-se para o ouro do planalto mineiro”. A região da Baixada da Guanabara passou a ter importância estratégica, pois se tornou área obrigatória de passagem, por conta de seus rios integrados com a Baía de Guanabara, bem como pelas estradas que foram abertas através das serras para que o trânsito de mercadorias e o ouro trazido das Minas Gerais (AMARO, 2013, p.18). Simões (2015, p. 24) destaca que "o café se instala no Vale do Paraíba e o fluxo nesses caminhos se intensifica, aumentando a importância dos portos

fluviais, o que levou ao aumento da população no entorno desses núcleos, principalmente Estrela" (SIMÕES, 2015, p. 24).

Nesse século, o Rio de Janeiro se torna “a principal porta de entrada do Atlântico para os africanos escravizados na América” e, com isso, o porto do Rio de Janeiro, localizado no bairro da Praça Mauá, passa a ser “o principal ponto de redistribuição de escravos do Brasil e se torna capital da colônia no ano de 1763” (BEZERRA, 2012, p. 32). "A chegada da Corte Portuguesa gerou um grande incremento de população na cidade, o que fez surgir novas atividades econômicas e, conseqüentemente, um aumento dos fluxos comerciais e da importância dos portos fluviais da baixada" (SIMÕES, 2015, p. 25).

Amaro (2013) relata que:

a relação da urbe carioca com a região da Baixada estreitou-se ainda mais, através dos caminhos que ligavam a região das Minas Gerais, quando o eixo econômico do Brasil em sua relação com Portugal, [...]. [...]. A região da Baixada passou a ter importância estratégica, pois se tornou área obrigatória de passagem, por contas de seus rios, bem como pelas estradas que foram abertas através das serras para que o trânsito de mercadorias se desenvolvesse. O Caminho Novo do Pilar, aberto devido às necessidades oriundas da mineração. (AMARO, 2013, p. 18).

Apesar dessa importância a perda de eficiência no transporte, pelos portos fluviais (figuras 3 e 4) e pelas estradas, em virtude da falta de manutenção foi causando uma série de prejuízos para os cafeicultores e exportadores (SIMÕES, 2015).



Figura 3: Porto Iguassu



Figura 4: Porto Estrela

Em 1808, o Rio de Janeiro assume a sede do Império Português e a dependência do trabalho escravo no Brasil continua em crescimento por conta da produção nas lavouras de café (BEZERRA, 2012). O autor ainda identifica entre os séculos XVI e XIX um crescimento de 100%, respectivamente: Século XVI - 154.000 escravos com

0,3%; Século XVII - 1.012.000 escravos com 17,3%; Século XVIII - 2.213.000 com 37,8%; Século XIX – 2.470.300 com 42,2% perfazendo 5.849.300 escravos.

Esses escravos eram levados ao interior "de diferentes formas, mas a mais recorrente foi a transição pelos caminhos que se iniciavam na cidade, atravessavam a Baía de Guanabara e cortavam o seu recôncavo em direção à serra, até chegarem às zonas de exploração do ouro" (BEZERRA, 2012, p.34).

Com a decadência da mineração e com a devastação das matas para a implantação das ferrovias, a situação piorou, resultando na obstrução dos rios e conseqüentemente o transbordamento, favorecendo a formação de pântanos e das águas paradas e poluídas e, com isso, a proliferação de mosquitos transmissores de febres. Em 1850, a situação era de calamidade pública e as endemias provocaram a fuga dos senhores de engenho para lugares mais seguros.

Com a abolição da escravidão em 1888, várias transformações ocorreram na vida econômica e social da Baixada Fluminense, incluindo Duque de Caxias. As obras de saneamento básico foram abandonadas, atingindo diretamente as condições de saúde da população e o surgimento de várias doenças, principalmente a malária e a doença de Chagas (AMARO, 2013, p. 18). No governo de Nilo Peçanha iniciou-se um processo lento na área do saneamento básico e, em 1916, a chegada da água encanada, na atual Praça do Pacificador.

Amaro e Braz (2010, p. 60) relatam que “na década de 1930, após a abertura da antiga Estrada Rio-Petrópolis, aconteceram mudanças significativas no dia-a-dia da população caxiense”. [...]. No governo de Getúlio Vargas se criou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, ainda região de Meriti quando promoveu a limpeza de mais de 6.000 km de rios que foram limpos com a retirada dos seus leitos de 45.000.000 metros cúbicos de terra. Esta ação contribuiu para exterminar com os mosquitos e diminuir o número de doenças na região.

Com o crescimento pela qual passava Meriti, o deputado federal Manuel Reis propôs a criação do Distrito de Caxias e, em 1931, através do decreto estadual nº 2559, o interventor Plínio Casado criou o Distrito de Caxias, pertencente ao então município de Nova Iguaçu que, somente em dezembro de 1943, através do decreto-lei nº 1055, elevou-se à categoria de município, recebendo o nome de Duque de Caxias e a comarca pelo decreto-lei nº 1056 no mesmo dia, mês e ano. (AMARO e BRAZ, 2010).

Com essa emancipação, o município recebeu grande incentivo para a sua economia e, conseqüentemente, aumentou a demanda de pessoas oriundas da Região

Nordeste do Brasil em busca de trabalho que passaram a residir no município. O poder executivo foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1944, quando o interventor Ernani do Amaral Peixoto designou o expediente da prefeitura ao contabilista Homero Lara. O primeiro prefeito eleito foi Gastão Glicério de Gouveia Reis, administrando a cidade de setembro de 1947 a dezembro de 1950. (Dados do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias)

O acesso à cidade do Rio de Janeiro, facilitado pelas estações ferroviárias de Meriti, Gramacho, Actura (atual Campos Elíseos) e Rosário (atual Saracuruna), pela instalação da energia elétrica, em 1924, e, ainda, pela abertura da Estrada Rio-Petrópolis, ampliou o fluxo de pessoas na cidade e provocou algumas alterações para facilitar a incorporação de trabalhadores nas obras de construção da Estrada e a reatualização do perfil do lugar como área de passagem e de pouso para os que seguiam em direção a Serra de Petrópolis. Após este feito, as atividades comerciais aumentaram e junto a elas os impactos sociais: a população na década de 1940 perfazia 28.328 habitantes, em 1950 chegou a 92.459 e em 1960 passou para 241.026 habitantes (AMARO e BRAZ, 2010, p. 65), instaurando-se a violência através da política do medo, conforme nos afirma Silva (1954):

Caxias naquele tempo era um lugarejo inexpressivo, onde uns poucos milhares de aventureiros tentavam fazer fortuna a qualquer custo. Muitos bandoleiros haviam sido importados das plagas sertanejas para “trabalhar” para políticos e donos das terras. Matar era simples questão de acionar o gatilho do revólver ou do rifle, sem que os criminosos se preocupassem com as consequências. (p.20).

Na década de 1950, tornou-se mais lucrativo a venda de lotes das propriedades agrárias do que a aplicação dos recursos para revigorar a citricultura, já que a baixa cotação da laranja no mercado argentino e a falta de um mercado interno, provocadas pela crise europeia e pela Segunda Guerra Mundial, levaram a região conhecida como “A Califórnia do Brasil” ao desmantelamento da citricultura e ainda:

[...] incorporando a região ao aglomerado urbano do Grande Rio transformando a área rural em bairros de loteamentos para trabalhadores pobres, onde a autoconstrução das moradias e a ausência de infraestrutura urbana passaram a predominar. (SOUZA, 2012, p.09).

O processo de industrialização da região iniciado na década de 1950, especialmente com a construção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) promoveu mudanças na realidade socioeconômica da região. Contudo, os problemas de

infraestrutura e segurança pública, este último, em particular, decorrente da ação de grupos de extermínio na região, perduram até hoje. No que tange às condições de infraestrutura e saneamento, de acordo com informações da FASE-Rio, estima-se que apenas 66% da população da Baixada Fluminense tenha acesso aos serviços de saneamento básico. Não obstante, conforme assinala Porto (2001), um significativo volume de investimentos já foi realizado pelo poder público em níveis federal e estadual para resolver os problemas de infraestrutura de água e de esgoto da região. Tais problemas são ainda agravados pelas características do solo muito baixo com locais utilizados para moradia. Os problemas de solo e ambientais, a falta de um diagnóstico exato sobre as condições de saneamento, a descontinuidade das políticas públicas e o clientelismo político, que ainda subsiste na região, são apontados como os principais fatores responsáveis pela permanência dos problemas de saneamento na região.

No ano de 1959, no dia 23 de julho:

[...], foi cravada a primeira estaca da obra. Ao todo, foram 35 mil dos seguintes tipos: moldadas no local, pré-moldadas, madeira e metálica, atingindo 415 mil metros de estacas, a mesma distância entre Rio e São Paulo. A construção da Refinaria de Duque de Caxias reuniu a maior concentração de equipamentos da América do Sul, na montagem de uma unidade industrial e contou com mão de obra 100% nacional. Dentro do primeiro cálculo, feito em 1959, a obra foi orçada em 12 bilhões de cruzeiros, sendo posteriormente majorada para 14 bilhões, por causa do reajuste do salário mínimo. (SOUZA, 2012, p.14).

O período marcante da década de 1960 e os acontecimentos da política e da economia mundial se desencadearam no Brasil e no município de Duque de Caxias. Além disso, houve, também, o processo de transição do rural para o urbano fazendo da cidade uma referência urbana e a principal ligação com a capital do Rio de Janeiro pela facilitação do acesso, gerando um salto da população para 241.026 habitantes. Cabe destacar dois aspectos relevantes, a relação com o domínio do território duquecaxiense pelos comerciantes locais e, também, o remodelamento da região, destacada por Souza (2012):

[...]. O primeiro está relacionado ao mapeamento dos grupos de poder local, que nos permite discordar da historiografia local. É recorrente a afirmação dessa produção local de que o período de transição entre o século XIX e o início do XX é um período vazio de poder, pura expressão da decadência. O que temos é um processo de continuidade de antigos proprietários incorporando forasteiros que expressaram em suas trajetórias no local, capacidade de acumulação de propriedade e de integração ao bloco de poder dos comerciantes locais. O caso de Tenório é exemplar para pensarmos a composição do poder local e as transformações experimentadas nessa

periferia. O segundo aspecto se refere às mudanças operadas no local, principalmente pós anos 20, com os investimentos públicos que beneficiaram os interesses privados. Pós-30, Caxias tornou-se ainda um lugar impactado pelos projetos “modernizantes” do Governo Vargas, remodelando rapidamente o desenho da região (p.07).

Importante destacar aqui os projetos desse remodelamento estrutural organizado para atender o modelo de desenvolvimento do Governo Varguista, conforme apresenta Souza (2012):

- 1º - o investimento em saneamento básico e na diversificação agrícola como estratégias de revalorização fundiária e recuperação da produção agrária;
- 2º - a implantação do Núcleo Colonial São Bento como política de colonização nas terras públicas;
- 3º - a instalação da Cidade dos Meninos como prática de assistência e de formação do trabalhador nacional;
- 4º a construção da cidade do motor para a fabricação de aviões e, principalmente, como espaço de formação do trabalhador nacional a serviço da industrialização. (p. 07).

Os três primeiros projetos citados e implantados favoreceram, no caso específico de Duque de Caxias, a ocupação urbana da localidade, por conta da vinda de um conjunto de trabalhadores públicos para a região e, também, pelos investimentos no saneamento e na diversificação agrícola que garantiam a valorização da terra, atraindo empresas loteadoras para o entorno e alargando, assim, a área de influência das práticas políticas do getulismo e do amaralismo nas disputas pelo domínio do poder local. (Souza, 2012, p.07).

A classe dominante local é constituída por proprietários fundiários que, em sua maioria, não moram no município, colocam suas terras nas mãos de administradores e, através da violência e da troca de favores, instituem um poder local como forma de dominação do território. Um exemplo dessa história é o caso de Tenório Cavalcanti que detinha o controle do poder político local, conforme cita Souza:, “[...] havia uma crescente “promiscuidade dos poderes locais”. [...] apesar da perda do trabalho, Tenório encontrava-se em situação estável. Sua situação na fazenda e a grilagem lhe asseguram a aquisição de lotes que se valorizavam [...]” (2012, p. 16).

O crescimento populacional de cidade de Duque de Caxias foi maior na década de 1960, atingindo aproximadamente 161%, implicando em vários fatores, como a incorporação ao aglomerado urbano carioca; a abertura da Avenida Brasil; da Rodovia Presidente Dutra que ligava a Rodovia Washington Luis construída nos anos 50, fomentando novos investimentos nas margens da rodovia e a atração de trabalhadores para dar conta da construção de duas estatais no município: a Refinaria de petróleo de

Duque de Caxias (REDUC), no bairro de Campos Elíseos, obra iniciada em 1957 e concluída em 1961, e a primeira empresa petroquímica brasileira a FABOR (Fábrica de Borracha), em 1962.

2.3 REDUC: o início da consolidação de uma zona de sacrifício

Zona de sacrifício é uma designação, utilizada pelo movimento por justiça ambiental, de regiões objetos de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, em que os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras (ACSELRAD, 2004c, p. 12-13). Tais práticas atingem populações de baixa renda, pois o valor das terras em áreas periféricas são relativamente mais baixo. Além disso, geralmente, os moradores dessas regiões não tem acesso aos processos decisórios, o que favorece as escolhas de localização para empresas com instalações perigosas, facilitando a concentração das mesmas nestas áreas.

Com a inauguração da REDUC, em 1961, inaugurava-se também um polo industrial, que em 1962, compunha a Fábrica de Borracha Sintética (FABOR). Ao longo das décadas, novas empresas se instalaram formando um Complexo Industrial, ocupando 13 quilômetros quadrados no distrito de Campos Elíseos. No seu primeiro ano de funcionamento a PETROBRAS-REDUC produziu 2.700 barris/dia de petróleo e refinou somente 150 mil barris/dia de derivado. Nesses 61 anos de atividades essa empresa registrou novos recordes, tanto, na produção, com 273 mil barris/dia de petróleo, como, no refino chegando a dois milhões barris/dia de derivados (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2013).

Em pesquisa realizada por Costa (2009), nos anos de 1980, é possível a compreensão da estratégia de intervenção pública nas políticas energéticas do século XX com a política de mercado livre. O refino do petróleo proporcionou a transformação do petróleo bruto em derivados para a utilização em larga escala nos vários setores da economia e, principalmente, no setor de transportes. Rompe-se com a utilização do carvão mineral para as máquinas a vapor, abrindo o consumo pessoal do automóvel na promoção da grande transformação do modo de vida da população e da economia mundial. O refino é o negócio do século XX da indústria petrolífera. Para Tavares (2005):

O esquema do refino voltado para a produção de diesel se justifica numa lógica de minimização de dependência e vulnerabilidade com interesses de: produzir gasolina tendo como justificativa a estratégia de maximização dos lucros, produzindo gasolina de alta qualidade para os nichos de mercado; produzir propano justificando o critério de integração da refinaria ao complexo industrial petroquímico como forma de agregar valor a matéria-prima. (p.213).

Nos anos 80, o crescimento do número de fábricas no município de Duque de Caxias, que ainda não contava com rede de água potável e nem de esgoto, chega a 6%. Vale destacar aqui que a primeira adutora da Baixada Fluminense foi inaugurada em dezembro de 1981, permitindo a levada de 300 km² de água potável para Duque de Caxias. Antes disso, só existiam bicas de água insalubre ou carros pipas, que caracterizavam um negocio lucrativo para os funcionários da prefeitura. Segundo dados da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro-FUNDREM, “no final da década de 70 o Polo Petroquímico REDUC-FABOR e a FNM foram responsáveis por 95, 8% da transformação industrial de Duque de Caxias, absorvendo 42,8% de empregabilidade no setor secundário” (1979, p.45).

A década de 1980 é a era do gás para a refinaria. Estavam sendo processados cerca de 240 mil barris de petróleo por dia. Nesse período, o gás vindo de Campos começa a chegar através de um sistema provisório. Este gás substitui grande quantidade do óleo combustível queimado nas caldeiras (BR/PETROBRAS, 2001).

A principal atividade da REDUC é o refino de petróleo, “que gera vários tipos de derivados, tais como: gás liquefeito de petróleo (GLP), gás natural veicular e de cozinha, propano intermediário, propano, álcool anidro e hidratado, gasolina, querosene de iluminação, querosene de aviação, óleo diesel e derivados especiais”. “(…)” (PUGGIAN; RAULINO, 2015, p. 97). Trata-se de uma situação bastante complexa, que necessita ser amplamente estudada. SEVÁ (2013), destaca que com a implementação da REDUC uma série de empreendimentos foi se instalando ao seu redor para dar suporte, ou mesmo para aproveitar a *expertise* do local.

A REDUC representa o modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, que segue a tendência nacional e que tem sua base na extração de *commodities* sem ter uma estrutura adequada para tal situação (GUSMÃO, 2010). No caso do Rio de Janeiro, o modelo de desenvolvimento muito baseado no petróleo faz com que políticos vendam a imagem, não sem fundamento, de que o Estado “é um dos locais “mais importantes do mundo”, quando se fala em petróleo” (SEVÁ, 2013, p. 75). Fato que gerou uma “petrodependência”, na qual a REDUC possui um papel central.

2.3.1 Consolidação da zona de sacrifício

Após a REDUC se instalar em Duque de Caxias (1961), foi se criando no seu entorno um polo petroquímico. Um polo petroquímico é formado por tubulações, caldeiras, torres, tanques e turbinas que ficam em pleno funcionamento dia e noite, sem parar. O polo é composto por um conjunto de empresas, que, em uma mesma localização geográfica, formam uma cadeia petroquímica. Basicamente, essas indústrias usam petróleo, gás natural ou seus derivados como matéria-prima. (ARAVECCHIA, 2011, p.14).

Puggian e Raulino (2015, p. 96-97) relatam que após a inauguração do Polo industrial composto pela REDUC/Petrobras e pela FABOR o número de empresas vem se multiplicando, chegando, hoje, a:

[...] mais de 120 indústrias, em sua maioria do setor químico (101, representando cerca de 80% do total), sendo 48 químicas, 37 do setor de petróleo e gás, 14 de plásticos e duas farmacêuticas. A instalação destes empreendimentos em Campos Elíseos produziu um corredor industrial ao longo da Rodovia Washington Luís, influenciando o processo de urbanização no primeiro e segundo distritos de Duque de Caxias. Indústrias do Setor químico, em 2004, correspondiam a 76% de todas as indústrias do município. No entorno da REDUC, destacam-se a LANXESS (antiga Petroflex), a Nitriflex e o complexo Integrado Rio Polímeros (RioPol).

O Polo Gás-Químico abriga, no entorno da REDUC, (figura 5), uma Unidade de Processamento de Gás Natural de grande porte e uma das maiores usinas termoeletricas do país (UTE Leonel de Moura Brizola), o que faz de Duque de Caxias, com uso da metáfora, uma "bomba relógio" sempre prestes a explodir. (SEVÁ, 2013, p. 71).

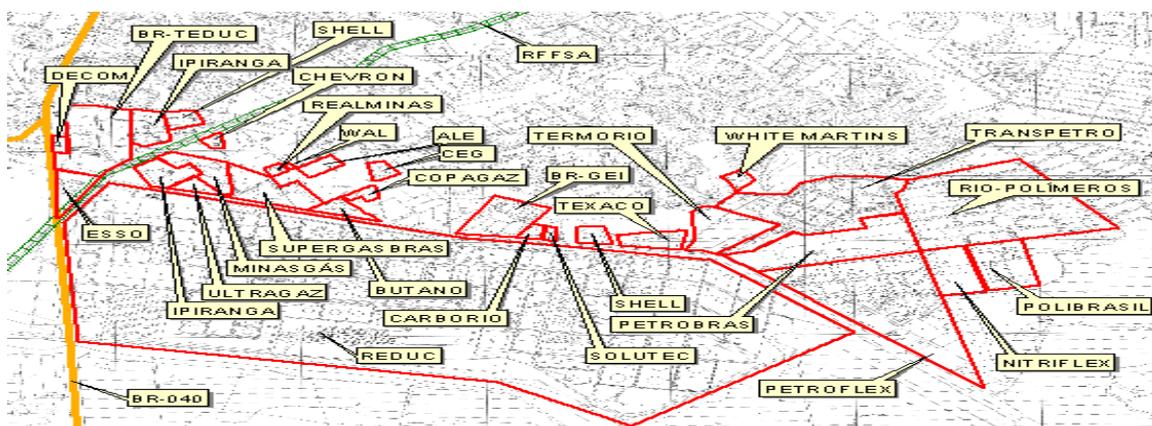


Figura 5: Complexo Petroquímico – REDUC/Petrobras. Foto

Sevá (2013, p. 72) ressalta que no interior das ilhas da Baía de Guanabara "se localizam terminais de carga-descarga de produtos petrolíferos e parques de tanques com grande capacidade de armazenamento ligada à refinaria REDUC", bem como uma série de novos empreendimentos com fins similares. Ainda, o autor destaca as "dutos vias recentemente construídas sob o mar da Baía para serem ligados com a refinaria REDUC e com o novo Complexo Petroquímico COMPERJ"¹¹.

Com a instalação do COMPERJ, se amplia toda infraestrutura existente na Baía de Guanabara de "terminais marítimos, gasodutos e oleodutos atravessando o piso do mar ligando com a refinaria REDUC, em Duque de Caxias" (SEVÁ, 2013, p. 104). Essa obra faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, seu orçamento inicial estava em 20 bilhões de reais para sua construção, tendo a capacidade de processar 165 mil barris de petróleo por dia (SEVÁ, 2013; FAUSTINO e FURTADO, 2013). Pinto (2013, p. 119) destaca que:

Em março de 2008, começaram as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o COMPERJ. [...] O início de suas atividades está previsto para 2012. No âmbito do COMPERJ, haverá um sistema de dutos e terminais que fará transporte e armazenamento de produtos líquidos entre o COMPERJ, o Terminal de Campos Elíseos, o Terminal Aquaviário da Ilha Comprida e o gasoduto que ligará o sistema de gasodutos Cabiúnas-REDUC ao Complexo.

Além dos dutos e do complexo, também, serão construídos um terminal portuário e uma estrada para darem suporte às atividades do COMPERJ, bem como um emissário "com objetivo de transportar o efluente tratado das unidades industriais até o mar de Itaipuaçu, onde sofrerá ação de diluição e dispersão" (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 43). Assim, o COMPERJ potencializa seus impactos negativos com toda infraestrutura necessária para o seu funcionamento¹², que traz uma série de novos conflitos ambientais.

Destaca-se, ainda, a indústria naval presente na Baía de Guanabara que tem como foco principal de sua atuação a indústria do petróleo, ou seja, a construção de plataformas para exploração de petróleo, navios de apoios à plataforma e, a mais recente, a exploração de petróleo a sete mil metros abaixo da superfície do mar (na camada chamada de pré-sal), entre outros. (SEVÁ, 2013; FAUSTINO e FURTADO, 2013).

¹¹ Existem também os gasodutos das empresas Comgás e GásRio que abastecem com gás natural consumidores comerciais, coletividades e residências em muitos bairros do Rio (SEVÁ, 2013).

¹² Pinto (2013) destaca que, conforme consta em Ação Civil Pública, uma das ações elencadas para mitigar os impactos socioambientais negativos é um Programa de Educação Ambiental.

Por esse cenário apresentado, Faustino e Furtado (2013) caracterizaram a Baía de Guanabara como uma "zona de sacrifício". Diríamos ser ela uma grande "zona de sacrifício", provavelmente, uma das maiores e mais complexas do Brasil por todas essas atividades.

2.4 Acidentes ou crimes ambientais? Provas de uma história de injustiça ambiental

2.4.1 1972: O maior e mais trágico acidente da REDUC

Uma década após a inauguração da Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias-REDUC, ocorre o primeiro e o maior acidente desta unidade causando uma explosão e um impacto socioambiental imensurável. Sevá (2013, p. 100) destaca que "ali ocorreram alguns dos maiores acidentes industriais, um incêndio com explosão de uma esfera de armazenamento de gás de botijão em 1972".

Costa (2011) ao descrever a cronologia do acidente o faz da seguinte forma:

[...] no dia 30 de março de 1972, ocorreram três explosões em três tanques de gás liquefeito de petróleo (GLP); a primeira e mais forte, por volta das 0h50m; a segunda às 1h30m; e, a terceira, aproximadamente, às 2h30m. No dia 01 de abril de 1972, 48 funcionários estavam internados, sendo 36 os feridos da REDUC e 14 empregados da FABOR (Fábrica de Borracha Sintética). No dia 11/04/1972 o número de vítimas fatais alcançou 38 trabalhadores; e 35 trabalhadores continuavam hospitalizados, sendo dois deles em estado grave. Observamos que, nessa época a preocupação da Refinaria e da própria Petrobrás, com a segurança do Parque Industrial e dos funcionários deixava a desejar. (COSTA, 2011, p.1).

As explosões projetaram "fragmentos na vizinhança e a morte de dez trabalhadores, brigadistas anti-incêndio" (SEVÁ, 2013, p. 100). Deixando a população paralisada diante desse grande acidente ocorrido na REDUC (Figura6). Os moradores de Campos Elíseos, Duque de Caxias, não conseguiam voltar para os seus domicílios.

O Jornal do Brasil relata a gravidade do maior acidente da história da REDUC ao dizer que:

O dia amanheceu de noite: um monte de fumaça semelhante a um cogumelo iluminou o asfalto da Rodovia Washington Luís (...). Não houve gritos, e se alguém gritou, a explosão falou mais alto. (...) um incêndio em cujas chamas muitas vidas foram consumidas e muitas pessoas ficaram feridas. (...) Todos queriam ajudar, mas a indagação era dos próprios bombeiros: como? A cada explosão, as labaredas saíam rasteiras e consumiam tudo que encontravam numa área de 20 metros. (...) E muita coisa realmente aconteceu, às vezes dolorosas, que acabaram nas cinzas do incêndio e da explosão que deram uma visão do fim do mundo. (Jornal do Brasil. 30/03/1972 s / página).

Campo Elíseos, na época do acidente, possuía em torno de 20.000 habitantes e quase todos os habitantes fugiam aos gritos em direção à Rodovia Washington Luís (Costa, 2009, p.143). A explosão gerou o deslocamento de ar quebrando vidraças, janela e portas das residências. Esse fato marcou a vida e a história de muitas pessoas. “Lembro-me do grande clarão que parecia um dia ensolarado. E no dia seguinte, muita fumaça no céu e a população partindo para ver de perto a tragédia na REDUC” (relato pessoal). Abaixo, apresento as fotografias relativas ao comentado anteriormente:



Figura 6: População verificando o incêndio e a esfera de gás que voou da REDUC. Fonte: AGÊNCIA O GLOBO (2009), de Custódio Coimbra, Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Em pesquisa realizada por Costa (2011, p. 6), é possível verificar que:

[...] o seguro contra incêndios da PETROBRAS-REDUC cobriu inteiramente as perdas do parque de tanques e as demais unidades da refinaria afetadas pelas explosões. “Porém, a empresa só possui seguro contra incêndios para as suas refinarias, não incluindo danos a terceiros”.

Conforme relatos dos diretores do SINDIPETRO-Caxias, vários acidentes ocorrem diariamente e, com isso, não é possível relatar todos. Porém, o acidente de 1990 também foi uma grande tragédia ambiental, conforme disserto no item seguinte.

2.4.2 Explosão da Caldeira de CO na REDUC (1990)

Na década de 1990, a REDUC precisou modernizar-se para atender as exigências do mercado no que tange a qualidade dos produtos e o meio ambiente. Esta modernização ocorreu a partir da aquisição de novos equipamentos e certificações, capacitação do corpo técnico, ampliações, preocupação com o meio ambiente, entre outros (PETROBRAS, 2013).

No dia 10 de julho de 1990, na REDUC, a caldeira de CO-5001 (que utiliza como combustível principal o monóxido de carbono) explodiu deixando três

trabalhadores mortos e oito feridos. Entre os mortos estava um técnico de operação empregado da Petrobrás e dois trabalhadores de uma empresa contratada. Os trabalhadores morreram em razão das queimaduras provocadas pelo acidente. A caldeira era localizada dentro da Unidade de Fracionamento e Craqueamento Catalítico (U-1250) e ficou totalmente destruída. Outro grave acidente, considerado o maior acidente ambiental de óleo em dutos na Baía de Guanabara, foi o que aconteceu no ano de 2000. No item abaixo apresento o detalhamento deste crime ambiental assumido pela REDUC/Petrobras.

2.4.3 ANO 2000: O maior acidente com vazamento de óleo em duto de petróleo na Baía de Guanabara

Cerca de 30 anos após o primeiro acidente, a Baía de Guanabara volta a sofrer com mais um acontecimento na REDUC. Sevá (2013, p. 100) diz que:

[...] ocorreu na região um dos maiores acidentes da indústria petrolífera do país, quando houve o vazamento de cerca de 1,5 milhões de um óleo tipo *bunker* (que serve para utilização em caldeiras de navios) no mar, na orla norte da Baía de Guanabara, na madrugada de 18 de janeiro de 2000.

Esse vazamento de óleo, de grandes proporções, foi o responsável por mudar o cenário da Baía de Guanabara e contaminar grande parte do ecossistema de mangues no entorno. Esse acidente, provocado por “um rompimento no duto submarino com 16 km de extensão que liga a REDUC ao terminal da ilha d’Água” (SEVÁ, 2013, p. 100), é considerado como um dos maiores acidentes ambientais ocorridos no Brasil. A causa desse rompimento, como investigado posteriormente, foi "um provável deslocamento do apoio dos tubos no fundo do mar, que foi erodido - uma degradação não devidamente monitorada pela empresa" (SEVÁ, 2013, p. 100). Destaca-se o fato desse duto já ter sido responsável, anteriormente, por acidentes de menor impacto e ter sido detectado anomalias no ano de 1997 e passado por inspeção em 1998 (BARCELLO, 2006 *apud* SEVÁ, 2013).

Como uma das medidas compensatórias, foi criada a APA de Guapimirim com intuito de proteger uma área contígua de 80 km² de manguezal (SEVÁ, 2013). Interessante observar que essa Unidade de Conservação Federal esteve envolta em um conflito ambiental referente à implementação do COMPERJ, exatamente, pelo projeto prever a passagem de dutos por dentro de sua área.

O vazamento atingiu milhares de famílias que viviam da pesca e de atividades ligadas ao pescado. Num contexto de descaso e negligência por parte da Petrobras a Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro - FEPERJ entrou, em março de 2000, com uma ação coletiva na Justiça cobrando danos morais entre R\$ 60 e 90 mil por pessoa atingida, para cerca de 10 mil pescadores. Responsável pelo vazamento nos dutos, a Petrobras, mesmo tendo sido condenada, não pagou as devidas indenizações. (DHESCA, 2013).

Com esta abordagem sócio histórica, política, econômica e geográfica é possível a compreensão de que o município de Duque de Caxias, aqui pesquisado, é alvo de violência e de violação dos direitos humanos. Estas características estão em toda a região das cercanias da Baía de Guanabara, uma região onde a população está exposta aos riscos e impactos socioambientais com e na atuação socioeconômica e política da PETROBRAS-REDUC.

Nesta perspectiva, o capítulo III apresentará as práticas de enfrentamentos e resistências realizadas pelo FAPP-BG e pelo GT-Mulheres do FAPP-BG, um fórum coletivo de caráter político e de denúncias às injustiças ambientais.

CAPÍTULO 3. JUSTIÇA AMBIENTAL E INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: VIVÊNCIAS DE ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS NAS CERCANIAS DA BAÍA DE GUANABARA

Nesse capítulo, apresentaremos um cenário de enfrentamentos e resistências na Baía de Guanabara que levam a construção do FAPP/BG, apresentando as ações e posicionamentos políticos de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento econômico atual, as causas e as consequências com a instalação da Refinaria Duque de Caxias – REDUC na década de 1960, no município de Duque de Caxias e, ainda os efeitos e os riscos os quais estão expostas a população. Apresentaremos, também, o contexto da criação e da constituição do GT-Mulheres do FAPP-BG no cenário dos impactos negativos gerados pela indústria do petróleo.

3.1 Baía de Guanabara: *Locus* de resistência

Como apresentamos no capítulo II, a Baía de Guanabara possui uma história construída a partir da imposição da injustiça ambiental; mas em nenhum momento sem luta e resistência. Assim, também foram com a construção, a consolidação e a ampliação da Baía de Guanabara como polo petroquímico, marcado pela construção da REDUC, que transformaram a Baía e suas cercanias em uma grande zona de sacrifício.

Para a compreensão da expressão “zonas de sacrifício”, seu surgimento, utilização e designação, Viegas (2006) disserta que esta expressão:

é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que se observa uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorecem escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas. A designação “zona de sacrifício” surgiu nos Estados Unidos, quando o movimento de Justiça Ambiental associou a concentração espacial dos males ambientais do desenvolvimento ao processo mais geral que produz desigualdades sociais e raciais naquele país. Tal movimento ganhou força em 1987, quando um estudo patrocinado pela Comissão de Justiça Racial da *United Church of Christ* mostrou que todos os depósitos de lixo tóxico do território americano estavam localizados em áreas habitadas pela comunidade negra. Seu resultado apontou para a existência do que passou a ser chamado de “racismo ambiental”, articulando as lutas ambientais às lutas tradicionais pelos direitos civis. (VIEGAS, 2006, p. 01).

Essa expressão vem sendo utilizada no Brasil por Acselrad, 2004, Malerba, 2013, Raulino, 2013, Zhouiri, 2015, Floriano, 2015, entre outros que pesquisam a

temática dos conflitos socioambientais, justiça e desigualdade ambiental como forma de expressar a condição socioeconômica e política dos espaços utilizados como depósitos de resíduos tóxicos e implantação de indústrias poluidoras. Estes empreendimentos causam danos e riscos ambientais de contaminação da água, do solo, do ar e acidentes industriais, geralmente, em áreas onde residem populações de baixa renda que, em sua maioria, são populações de cor parda ou preta, como é o caso do município de Duque de Caxias. Como exemplo, temos a REDUC, que apresenta o segundo maior PIB do Estado do Rio de Janeiro, localizada em um dos piores municípios em termos de renda, moradia, escolaridade e saneamento, conforme demonstro no capítulo II desta dissertação, priorizando um modelo baseado na exploração de recursos naturais em garantia da manutenção do seu PIB em destaque na economia global.

Cabe destacar que a Baía de Guanabara sempre foi um espaço de resistência e luta contra a imposição da desigualdade e da injustiça ambiental pela indústria do Petróleo e Petroquímica e, entre tantos grupos e movimentos sociais, apresento o caso da Associação de Homens e Mulheres do Mar, por considerar o caso mais grave de violações dos direitos humanos e de violência institucional por parte da PETROBRAS tanto no uso da área de pesca, como com sua Refinaria Duque de Caxias - REDUC.

3.1.1 AHOMAR: O símbolo da luta na Baía de Guanabara

A Baía de Guanabara é um importante ecossistema do estado do Rio de Janeiro e tem sido impactada de diversas formas e de maneira continuada pelas grandes indústrias instaladas em suas cercanias, que despejam seus dejetos e resíduos tóxicos diariamente dentro dela. Além disso, no ano de 2000 ocorreu o maior acidente ecológico com vazamento de óleo causado pela REDUC. Segundo a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente feita pela Plataforma DHESCA, em 2013, várias organizações da sociedade civil apresentaram denúncias sobre os riscos e impactos socioambientais referentes à atuação da PETROBRAS/REDUC na região.

Conforme a relatoria, um dos casos mais “expressivos de denúncias contra a Petrobrás e de conflitos ambientais resultantes da atividade do petróleo e petroquímica é a interferência da REDUC na qualidade da água, do solo, do ar, na segurança da população e sobre a dinâmica socioeconômica da região”. (Plataforma DHESCA, 2013, p. 19).

Em participação no Giro anti-petroleiro da Campanha “Nem um Poço a mais”, realizada pela FASE/ES, em Vila Velha, em novembro de 2016, estive com vários pescadores. Dentre eles, Alexandre Anderson e sua esposa, também pescadora, Daize Menezes, secretária executiva da Associação de Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR), que em enfrentamentos diários com a PETROBRAS-REDUC a aponta como uma das principais responsáveis pela degradação ambiental na região. Daize Menezes é nascida em 1967 nas cercanias da Baía de Guanabara, onde cresceu, constituiu família e hoje já tem dois netos. Ainda em diálogo, disse: “A Baía de Guanabara era o lugar que mais dava camarão. (...) Na manhã de 18 de janeiro de 2000, acordamos e encontramos um estrago na nossa praia. (...) Nosso material de pesca estava destruído e o óleo matou todos os peixes. Um terrível acidente, pois a beira da praia estava preta de óleo. O nosso material tomado pelo óleo e os animais morrendo, como os peixes, siri, socó. Os animais agonizando na beira da praia. (...). Foi triste demais”. (Trecho de entrevista com Daize Menezes, novembro, 2016).

As atividades da indústria petrolífera no Brasil são realizadas por várias companhias, sabendo-se que a Petrobras é a maior empresa do setor no Brasil e a 7ª maior de energia no mundo (FORBES, 2013), tendo como acionista e financiador o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES. Esta empresa é considerada também como principal instituição envolvida em denúncias de conflitos ambientais, que se dão em torno do uso, acesso e apropriação do meio material e simbólico e de violações de direitos ambientais conforme a perspectiva dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA, 2013, p.18).

Conforme Faustino e Furtado (2013), no ano de 2007 foram instalados no Polo Petroquímico de Duque de Caxias o Plano de Antecipação da Produção de Gás – PLANGAS. A REDUC e o PLANGAS foram construídos como estratégia para diminuir os riscos associados ao fornecimento de gás vindo da Bolívia, projeto que envolve um amplo sistema de dutos, terminais e outros projetos industriais. (DHESCA, p.19).

Num contexto de total negligência e descaso por parte da Petrobras e diante de denúncias e resistências, a população atingida tem a percepção da transformação dos seus espaços de vivência e da produção de renda, a partir dos seus conhecimentos, experiências e análises e dos impactos socioambientais, reconhecendo a inviabilidade e a ameaça à pesca artesanal e às demais atividades econômicas provenientes dessa atividade. Com isso, as organizações sociais de direitos humanos vêm sendo ameaçadas

como, de forma mais truculenta, a Associação de Homens e Mulheres do Mar – AHOMAR, que representa pescadores e pescadoras artesanais de sete municípios da Baía de Guanabara, convivendo com a ocorrência de assassinatos desde o ano de 2008. Por esses conflitos, o casal de pescadores, Daize Menezes de Souza e Alexandre Anderson de Souza, presidente da AHOMAR, desde 2009, está inserido no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

No ano 2010, conforme descrito no livro do FAPP-BG, 2013, já existiam em torno do polo petroquímico da REDUC 14.000 estabelecimentos industriais, 14 terminais marítimos de carga e descarga de produtos oleosos, 02 portos comerciais, dezenas de estaleiros, 02 refinarias de petróleo e mais de 1000 postos de combustíveis e rede de transporte de matérias-primas, combustíveis e produtos industrializados atravessando zonas urbanas (FAPP-BG, 2013).

Portanto, para nós do GT-Mulheres do FAPP-BG este caso da AHOMAR é emblematicamente a representação da dominação institucionalizada pela PETROBRAS/REDUC. No item seguinte apresento os cenários de lutas e resistências enfrentados pelo GT-Mulheres e do FAPP-BG à construção coletiva das lutas.

3.2 Construindo um espaço coletivo de luta

Nesse cenário de lutas e resistência contra a imposição da desigualdade e da injustiça ambiental pela indústria do Petróleo é formado o FAPP- BG, no ano de 2012, composto por "movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara" (FAPP-BG, 2013, p. 21). É um espaço pensado para aglutinar diversas entidades que promovem luta e resistência no território.

Assim, entendemos o FAPP/BG (conforme descrito em suas publicações) como um espaço político democrático com "vistas a garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região" (FAPP-BG, 2013, p. 23). Ponto destacado por Malerba *et al.* (2013, p. 14) como fundamental, uma vez que a "ausência de mecanismos e de processos que garantam monitoramento e controle social sobre estas atividades" acabam corroborando para esse processo de imposição, consolidação e expansão da desigualdade e injustiça ambiental.

Podemos, então, afirmar que o FAPP-BG visa "enfrentar os riscos e danos gerados pelo modelo de desenvolvimento hegemônico – industrial, tecnológico, consumista e petróleo dependente - particularmente àqueles relacionados com a indústria do petróleo e petroquímica". Tal modelo, com as descobertas do pré-sal, ameaça de forma mais intensa a qualidade dos recursos ambientais, aqui chamados bens ambientais, visto que o valor que se pode atribuir a esses bens não se restringe à ótica econômica, mas podem expressar atributos diversos, conforme o grupo social ou a cultura. Este modelo ameaça também o modo de vida de populações tradicionais, como indígenas, pescadores, ribeirinhos quilombolas, bem como de populações que sofrem efeitos de proximidade de instalações industriais ligadas a esse setor, exemplificadas nas refinarias e polos petroquímicos, como a Refinaria Duque de Caxias e o Polo Petroquímico que se formou ao seu redor.

A criação do FAPP-BG foi um dos desdobramentos do Seminário “50 anos de REDUC: Ganhos, perdas e danos” realizado em 2011, com o propósito de refletir sobre as situações de desigualdades ambientais construídas ao longo de meio século de operação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC. (FAPP-BG, 2013, p. 17). O FAPP-BG considera que a população das cercanias da Baía de Guanabara, especialmente a mais próxima das unidades industriais de petróleo e petroquímica, está exposta a situações de injustiça ambiental e de vulnerabilidade, tais como descritas na Declaração de Lançamento do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica das Cercanias da Baía de Guanabara:

- ✓ Habitações precárias, em locais com riscos de enchentes, falta de equipamentos públicos de saúde, de abastecimento regular de água tratada e de outras ações de saneamento;
- ✓ Riscos de vazamento de gases e de óleo, lançamento de efluentes industriais nos rios e na Baía de Guanabara, contaminação de solos, transporte de cargas perigosas, armazenamento de combustíveis e outros derivados do petróleo, emissões gasosas e exposição a altos níveis de poluição atmosférica, explosões e incêndios;
- ✓ Dificuldade de formação profissionalizante e inserção em postos de trabalho na Refinaria e outras empresas do Polo Petroquímico.
- ✓ Degradação e abandono do patrimônio arqueológico e histórico, do patrimônio cultural material e imaterial bem como a ausência de políticas de valorização, preservação, transmissão e guarda das memórias e saberes locais tradicionais historicamente construídos.
- ✓ Poluição das águas e outras atividades envolvidas com a inviabilização dos modos de subsistência das comunidades tradicionais de pesca. (FAPP-BG, 2013 p.21).

Assim, se evidencia que "as condições de trabalho e de moradia de todos esses grupos sociais são permanentemente comprometidas pela privatização de

fato do espaço não mercantil das águas, dos ares e dos sistemas vivos por grandes projetos hidrelétricos, industriais e agroindustriais" (ACSELRAD, 2013, p. 12). Fato alertado pelos participantes do Seminário 50 anos de REDUC (MALERBA *et al.*, 2013)

Também, se entende que "os riscos e danos já existentes podem atuar sinergicamente com impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes do desenvolvimento das indústrias do petróleo e petroquímica no Estado do Rio de Janeiro" (FAPP-BG, 2013, p.22). O FAPP-BG compreende que as situações de:

Desigualdade e injustiças ambientais vividas pelas populações diretamente atingidas pela indústria do petróleo e petroquímica instalada nas cercanias da Baía de Guanabara têm origem em processos complexos de produção de desigualdades envolvendo relações entre trabalhadores, empresas, sociedade e governos. Elas também refletem o quadro de concentração de poder na apropriação dos recursos naturais e na definição do uso desses recursos que caracteriza a história do país. Em diversas regiões do Brasil são os trabalhadores, os grupos de baixa renda, as populações discriminadas pela sua origem, cor ou etnia que estão mais expostas aos riscos ambientais e que tem menor acesso ao saneamento básico, ao ar puro, a água potável e a segurança fundiária. A elas é também negada a possibilidade de participar efetivamente das decisões sobre o uso do espaço em que vivem e que influem diretamente na qualidade de suas vidas. (FAPP-BG, 2013, p. 22).

Ainda, se faz importante destacar que é comum as denúncias dos trabalhadores sobre o "risco permanente de acidentes, para a precarização das condições de trabalho" (MALERBA *et al.*, 2013, p. 15). Dessa forma, fica evidenciado:

um quadro que aponta a necessidade da sociedade cobrar mais do Estado e do município o cumprimento de suas responsabilidades no sentido de controlar as atividades econômicas para garantir que elas realmente dinamizem a economia local, distribuam equitativamente a riqueza gerada e compensem adequadamente e justamente os impactos negativos que possam causar. (MALERBA *et al.*, 2013, p. 15)

Nesse sentido, o FAPP-BG assume como seu fundamental princípio a promoção da justiça ambiental, conforme afirmado no capítulo primeiro. Para atender tal demanda, participa, desde a sua fundação, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que possibilita a ação com outros coletivos do Brasil e da América Latina, além de continuar a atuação em seu território, destacando-se as ações em que o GT-Mulheres do FAPP-BG vem trabalhando de forma contínua, (conforme lavradas nas atas das reuniões mensais do FAPP-BG), que visa:

- Construir processos de educação ambiental críticos e participativos que levem em conta os saberes tradicionais locais, especialmente na região

do Polo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica.

- Questionar o uso de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) no processo de licenciamento das empresas, entendendo que esses constituem uma estratégia de flexibilização da legislação ambiental e de perdas de direitos.

Em sua declaração de Lançamento, o FAPP-BG elencou uma série de "estratégias/ações de superação das situações consideradas de injustiça ambiental nas áreas atingidas pelo Polo Petroquímico de Duque de Caxias ou em estado de vulnerabilidade em decorrência dos grandes projetos de 'desenvolvimento' em implantação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)".

Como caracterização das ações que afirmam a construção de um espaço coletivo de lutas, destaco algumas das atividades em que o GT- Mulheres do FAPP-BG esteve na organização efetiva dos eventos: organização do I Seminário "Injustiças Ambientais, poluição e indústria do petróleo: como isso afeta nossa saúde e a Baía de Guanabara?" (janeiro 2013); criação do GT Mulheres - FAPP-BG no I Seminário do FAPP-BG; ato público: 13 anos de impunidade pelo maior vazamento de óleo em duto da PETROBRAS na Baía de Guanabara; lançamento do livro "50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal"; participação na oficina sobre Avaliação de Equidade Ambiental e Vigilância Popular em Saúde; participação no Lançamento do Fórum SUAPE Espaço Socioambiental; contribuição na Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca Missão: Intercâmbio com a participação do GT-Mulheres - FAPP-BG no Equador com a Oil Watch (2014); ; Lançamento da Campanha Nacional "Nem um Poço a mais", no Espírito Santo (julho 2015), dentre outros.

Algumas dessas ações já foram desencadeadas e realizadas (ou ainda continuam) como, por exemplo, a pesquisa sobre o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC REDUC elaborado por pesquisadores do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, com o apoio da Fundação Heinrich Böll, que foi descrito na publicação intitulada "Negociação e Acordo Ambiental: o Termo de Ajuste de Conduta (TAC)" como forma de tratamento dos conflitos ambientais (VIEGAS, et al., 2014). Também consideramos que todo esforço de mobilização e organização empreendido pelo FAPP-BG reflete um processo

de educação ambiental para a justiça ambiental, que busca ampliar o controle social sobre as decisões tomadas acerca do território.

3.2.1 O grupo de trabalho-mulheres do FAPP-BG

Em 2013, com minha participação e acompanhamento nos processos de formação e enfrentamento do FAPP-BG ao modelo sistêmico capitalista e industrialista da REDUC, (nos dias 18, 19 e 20 de janeiro), organizamos o 1º seminário do FAPP-BG, sob o título *Injustiças Ambientais, poluição e indústria do petróleo: como isso afeta a nossa saúde e a Baía de Guanabara?* O evento originou-se após reuniões, atendendo as ações estratégicas dos itens 08, 09 e 10, que declaram:

8) Criar um Fórum de discussão para implementar as propostas apresentadas e trazer o conjunto de situações debatidas de maneira mais ampla, para todos aqueles nas áreas de influência das atividades da Refinaria e do Polo Petroquímico.

9) Reivindicar processos de educação ambiental, especialmente nas comunidades do entorno da REDUC e do Polo Petroquímico.

10) Realizar um evento-memória dos 40 anos do acidente de 1972 como estratégia para lembrar a necessidade de processos de segurança participativos e transparentes com a comunidade. (DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO DO FÓRUM).

O objetivo era atender os itens da Declaração de Lançamento do FAPP-BG, realizando as ações compromissadas neste documento. Para a realização do seminário, efetuamos atividades preparatórias, como, as oficinas de diálogos realizadas no bairro Parque Colonial, com mulheres em situação de vulnerabilidade e risco, e no bairro do Pilar, com os moradores e integrantes da Associação de Moradores da Cidade dos Meninos. Dialogou-se sobre as situações decorrentes da falta de abastecimento regular de água tratada, da rede de esgoto a céu aberto, de enchentes, dentre outros. Essas mulheres buscavam algum tipo de organização para juntos enfrentar o problema e reivindicar os seus direitos.

Mesmo com esses desafios, a realização dessas oficinas propiciou um fortalecimento político das mulheres em defesa de direitos, resultando na formação de um grupo organizado no bairro, chamado de *Mulheres em Defesa da Vida*. O envolvimento dessas mulheres no grupo contribuiu para a melhoria da sua autoestima e participação ativa no FAPP-BG.

Com o envolvimento nas lutas e nos debates sobre o tema injustiças ambientais, as mulheres do grupo *Mulheres em Defesa da Vida*, se motivaram a contribuir no processo de organização do nosso seminário, se comprometendo, também, em contribuir no trabalho da infraestrutura para realização do mesmo.

Nas oficinas no Parque Colonial tínhamos também a presença de jovens adolescentes que se mobilizaram e organizaram um grupo teatral e sugeriram uma apresentação teatral relacionada ao tema como atividade de abertura do seminário, onde foram às protagonistas da peça desde a redação do texto, direção das cenas, narração e apresentação da mesma. Outro desdobramento positivo a ser destacado, está relacionado à geração de trabalho e renda, através da utilização de blocos de papel reutilizados, feitos pelo grupo de mulheres *Arte em Reciclagem* do município de Belford Roxo.

Nesse município da Baixada Fluminense, a população e essas mulheres são impactadas também pela indústria petroquímica BAYER. Por fim, ainda foram confeccionadas pastas feitas de material reciclado pelo grupo *Carioca tem Arte*, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Esse segundo grupo é formado por mulheres que vivenciam problemas de risco ambiental com a Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA em Santa Cruz-RJ e participam do Comitê Popular de Mulheres – RJ. Ao longo dos três dias de palestras no seminário, as discussões giraram em torno dos impactos na saúde e das condições de vida das populações.

No entanto, em meio a estes diálogos e debates do seminário, surgiu à ideia/proposta da criação do GT Mulheres do FAPP-BG, à qual se efetivou no seminário do FAPP-BG, em janeiro de 2013, ao percebermos que esses debates se coadunam em ações pertinentes ao contexto sócio histórico da região da Baixada Fluminense, a saber, da Carta Síntese do Seminário 50 anos de REDUC os itens 09 e 11 e da Declaração de lançamento do FAPP-BG os itens 12: 04, 06, 07, 08 e 09. Dentre as estratégias/ações, os GT de Mulheres do FAPP-BG se propõe:

Construir processos de educação ambiental críticos e participativos que levem em conta os saberes tradicionais locais de enfrentamento aos impactos da REDUC, especialmente na região do Polo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica.(Declaração de Lançamento do FAPP-BG, 2012).

O Grupo de Trabalho - Mulheres (GT Mulheres) foi criado durante o I Seminário do FAPP-BG, realizado em janeiro de 2013, por iniciativa das mulheres que já participavam desse espaço. Sua constituição procurou a criação de um espaço em que

se discutissem as especificidades e a visibilização do trabalho da mulher frente às resistências e denúncias da qual participavam, se posicionando contra as diversas formas de violências e violações dos direitos humanos, principalmente, no que tange a produção da vida das mulheres das cercanias da Baía de Guanabara, das áreas rurais e urbanas; mulheres quilombolas, pescadoras, ribeirinhas, domésticas, indígenas, moradoras das favelas entre outras.

Cabe destacar que a participação das mulheres foi motivada, inicialmente, pela injustiça na distribuição de água na região em que atua a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias (REDUC), ou seja, tem um foco inicial e principal de sua luta e atuação. Essa questão é problematizada por Salles (2013, p. 193) ao afirmar que "as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG ocupam espaços de resistências, sabendo da importância de apresentarem os problemas locais como a falta de água". Essa escassez de água é retratada em denúncia feita em entrevista concedida pela moradora Sra. Maria dos Anjos ao Jornal Brasil de Fato, em que afirma que falta água em pelo menos 20 dias nas torneiras, sem considerar a qualidade dessa água¹³.

Então, como explicar que falta água para as atividades cotidianas das comunidades do entorno da REDUC, mas em nenhum momento falta água para o seu funcionamento? Esse conflito, que dá origem ao GT Mulheres é relatado por Raulino (2009) em que os moradores e movimentos sociais locais questionavam: por qual motivo a REDUC recebe tanta água e a população do entorno não tem abastecimento público de água?

Esse conflito levou com que a população, visando solucionar o problema da falta do abastecimento de água, realizasse ligações clandestinas nas tubulações da água bruta da REDUC. Diante do quadro exposto, a REDUC decidiu liberar as ligações em sua rede, assumindo o compromisso de prover a água. Porém, essa decisão/ação expõe a população a inúmeros riscos por falta de monitoramento da qualidade da água como forma de garantir a sua qualidade e segurança (RAULINO, 2009, p.204).

Ainda, destacam-se as inúmeras denúncias contra as empresas que compõem o polo petroquímico da Baía de Guanabara, muitas delas por poluição da água e do ar. Podemos citar o exemplo de denúncia realizada pelo Ministério Público Federal contra a Petrobrás, em 2012, "por lançar irregularmente. no ano de 2010, 637.526 metros cúbicos de água de produção no Rio Iguaçu e na Baía de Guanabara e, efluentes

¹³ Publicado nas páginas 08 e 09 da edição de número 083, em fevereiro de 2015, no site www.brasildefato.org.br.

líquidos, contendo resíduos com óleos, graxas, fenóis, nitrogênios amoniacais e sólidos, resíduos que se sedimentam em níveis superiores aos permitidos pelas normas e resoluções" (COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL, 2013). Há, também, o maior vazamento de óleo da história do país, o qual vazou 1.3 milhões de metros cúbicos de óleos e graxas nas águas da Baía de Guanabara.

A denúncia ainda afirma que estes efluentes podem resultar em danos à saúde humana, à fauna e à flora, bem como ao espaço marítimo, com o "lançamento de água de produção no mar já que nem todas as plataformas possuem estações de tratamento de água de produção operantes" (DIEILE E SALLES, 2015, p. 103). Além da cadeia produtiva de petróleo e gás, utilizar um volume considerável de água também possui um grande potencial poluidor.

Portanto, nós do GT-Mulheres do FAPP-BG questionamos: como equilibrar essa apropriação assimétrica dos recursos naturais, nesse caso, a água? Como justificar que aquele que tem o direito ao consumo é também o grande responsável pela destruição dos corpos hídricos? O certo é que essa situação se agrava a cada dia com a franca expansão de novos empreendimentos e com a ampliação dos antigos. Nesse sentido, a articulação do FAPP-BG, principalmente, através do GT Mulheres do FAPP-BG vem em contínuo processo formativo construindo e aumentando sua capacidade de contrapor e questionar essa apropriação desigual da água e do território, conforme descrevo no próximo item através de dados extraídos das atas das reuniões mensais do FAPP-BG e das reuniões do GT-Mulheres do FAPP.

3.2.1.1 O enfrentamento, as lutas e ações do GT-Mulheres do FAPP-BG

Como já apresentado anteriormente, o objetivo principal da criação do GT Mulheres foi de contribuir para o enfrentamento dos impactos negativos da Refinaria Duque de Caxias – REDUC. Visa-se discutir, denunciar, formar e informar sobre a questão da escassez e da qualidade da água para o consumo humano na Baixada Fluminense, além de buscar melhorias na condição de vida da população. Estavam presentes na criação do GT-Mulheres, Bianca Dieile (Pesquisadora Fiocruz), Edilene Estevan (Moradora de Belford Roxo), Ester (Moradora de São João de Meriti), Fabrina Furtado (Pesquisadora IPPUR/UFRJ), Juliana Malerba (Pesquisadora FASE/RJ), Leila Salles (Moradora de Duque de Caxias), Maria Angélica Costa (Pesquisadora UFRRJ),

Melisandra Trentin (Advogada Popular da Justiça Global), Raquel Giffoni (Pesquisadora da UFRJ), Rosinete e Rubia (Moradoras de Duque de Caxias).



Figura 8: Mulheres presentes na criação do GT Mulheres no dia 19/01/2013 - I Seminário do FAPP-BG. Foto tirada do celular desta pesquisadora.

Com a criação do GT Mulheres, durante o seminário se optou por investir o período da manhã do dia 19/01/2013 para estabelecer os temas que seriam prioritários à formação, pesquisa e militância. Como se evidencia, a questão água é o conflito que marca a constituição do GT Mulheres, ficando claro seu peso, principalmente, na vida das mulheres do entorno da REDUC e do polo petroquímico da Baía de Guanabara. Nesse sentido, o GT-Mulheres do FAPP-BG constituiu como finalidade deste grupo alguns objetivos, já descritos no início, que destacamos a seguir: *visibilizar* a desigualdade de acesso e qualidade da água; *Levantar e exigir* informações e dados sobre saúde, água e poluição atmosférica solicitando aos órgãos e/ou poder público, referentes aos “rumores” relacionados a problemas de saúde (câncer, morte fetal, óbitos em gestantes, infecção intestinal) e *Construir* informação própria para o enfrentamento e garantia dos direitos.

Como estratégia de ações, as participantes do GT mulheres do FAPP-BG propuseram as seguintes atividades: a) sistematizar informações já existentes que mostrem essas desigualdades (acesso à água) e os riscos de viver próximo à indústria do petróleo. b) realizar oficinas com mulheres nas áreas do entorno para contribuir na formação sobre a temática em questão e para levantamento de informação que elas já têm sobre doenças, acesso à água e questões correlatas.

Foi elaborada também uma proposta de metodologia para contribuir no andamento do processo de enfrentamento que aqui descrevo: - *apresentar* os dados sistematizados; *definir* com as mulheres uma agenda de levantamento de informações a ser coletado como exemplo; confeccionar um calendário indicando os dias que faltam água nas torneiras; *Mapear* casos de doenças na área/bairro para mostrar a recorrência. Decidiram-se, ainda, as alianças que fariam para potencializar e visibilizar o trabalho das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG: construção de uma agenda de pesquisa e articulação; realização de intercâmbios; articulação da relatoria de saúde Plataforma DHESCA.

Outra estratégia definida, na qual essa pesquisa também se enquadra, foi a de consolidar o GT-Mulheres do FAPP-BG. Para tanto, na reunião seguinte do Fórum foi solicitado que o mesmo encampasse tais ações, a fim de potencializá-las e legitimá-las dentro daquele espaço de participação e controle social. Nessa mesma reunião (01, 02 e 03 de fevereiro, de 2013) foi possível a elaboração de uma agenda de pesquisa em que foram compartilhadas possibilidades de realização das atividades de acordo com o tempo e com a condição de cada uma das integrantes do GT mulheres presentes. Definimos a agenda em quatro passos, de acordo:

- Passo 1: levantamento de informação sobre a REDUC; acesso público e o complexo COMPERJ. Com a agenda da pesquisa, definimos sobre as temáticas “Desigualdade das águas: riscos e projetos” e “Registros locais: doenças e acesso à água e à Poluição Atmosférica”.
- Passo 2: socialização das informações; reuniões; data das reuniões. Definimos a primeira reunião do GT-Mulheres do FAPP-BG para o dia 02/03/2013.
- Passo 3: elaborar material de formação; definir comissão para metodologia da oficina.
- Passo 4: organizar as oficinas. Definimos que a primeira reunião aconteceria em fevereiro, no dia 06/02/13, com o grupo “Mulheres em Defesa da Vida”, no bairro de Parque Colonial em Belford Roxo, onde reside Edilene Estevam. No mês de março de 2013, recebemos a Relatoria da Plataforma DHESCA e acompanhamos a relatora Cristiane Faustino numa visitação nos bairros de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, e Parque Colonial, em Belford Roxo. Nos meses de abril e maio de 2013, realizamos uma oficina na comunidade da Cidade dos Meninos, no bairro Pilar, em Duque de Caxias, e uma oficina no bairro

Parque Colonial. Nesse primeiro momento, a intenção foi de apresentar nosso grupo e a nossa proposta de trabalho/ação e juntamente com as mulheres locais fazer um reconhecimento dos problemas dos bairros.

3.2.1.2 Formação, participação política e a militância das mulheres do GT Mulheres do FAPP-BG.

No Brasil, as ações de reconhecimento de importância da inclusão das mulheres nas instâncias de tomada de decisão na gestão de águas ainda são poucas (DIEILE e SALLES, 2015, p.100)¹⁴. Em enfrentamento às lutas contínuas nas formações e ações políticas desde a sua criação no GT-Mulheres do FAPP-BG, as mulheres foram se fortalecendo e aumentando suas participações nos espaços de enfrentamentos e resistências ao poder público, com solicitação de audiências públicas na Câmara Municipal de Duque de Caxias; denúncias ao Ministério Público Federal; ofícios para a Rede de Abastecimento de Água e Esgoto – CEDAE (Ver anexo) e, concomitante a essas ações, participando em diversos espaços de formação política, como, o curso “Mulheres e Economia”; seminário “Olhares Feministas sobre a Economia Política e o Mundo do Trabalho”; cursos de línguas estrangeiras em inglês, francês e espanhol; participação e articulação política em locais de intercâmbios regionais, nacionais e internacionais, discutindo o modelo de desenvolvimento petrolífero dependente, junto a Rede de Agroecologia Urbana, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Oil Watch; Fórum de Variações Climáticas; Fórum de Economia Solidária e Campanha “Nem um poço a mais!”.

Hoje, as mulheres que participam do GT-Mulheres do FAPP-BG se apropriaram do conhecimento pelos seus enfrentamentos e suas resistências, e como forma de superação aos impactos negativos da indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara, compreendendo que o acesso à água segura é um direito humano que ainda é limitado e atinge desproporcionalmente os mais pobres, cujas maiores consequências recaem e impactam negativamente mulheres e crianças, como trata Malerba (FAPP-BG, 2013):

¹⁴ ANAIS DO VII ENCONTRO E DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL 25, 26 e 27 de novembro de 2015, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA Universidade Federal do Rio Grande – FURG sob o título: *Os desafios da Educação Ambiental: quem faz, como, para quê e para quem?*

a despeito da histórica e permanente invisibilidade, que são as mulheres, nesses contextos de precariedade de serviços e infraestruturas, que acabam aumentando a sua carga de trabalho - muitas vezes em jornadas duplas - para darem conta do trabalho de coleta e armazenamento de água e de cuidado aos que adoecem pela falta de acesso à água e ao saneamento básico. (p. 15)

As mulheres são as responsáveis historicamente pela gestão do dia a dia doméstico, e pela a produção do viver da sociedade, no qual a água, os alimentos e os cuidados com a saúde das famílias são centrais para o bem viver de todos (SALLES, 2013, p. 191). As mulheres, também, são majoritariamente responsáveis pelo transporte de água além de serem responsáveis por cuidar da higiene da casa e dos cuidados com os entes da família no caso de agravos à saúde.

O acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente gera transformações profundas na vida das pessoas: diminui a incidência de doenças, reorganiza as relações familiares, libera mulheres e crianças para outras atividades (estudar, brincar, cuidar do lar e das crianças, atender a roça, participar de grupos comunitários), permite a diversificação da produção - garantindo, com isto, a segurança alimentar - e rompe com a dependência política dos carros-pipa e de outras fontes de água que estão sob o domínio privado, favorecendo as condições de vida e o exercício da cidadania (BRASIL, 2010).

Bourdieu (2014), constatando sobre a questão do domínio privado, nos provoca a pensar a respeito dos mecanismos e das instituições históricas, como a Escola e o Estado, que elaboram e impõem princípios de dominação que reforçam as relações de forças materiais e simbólicas na perpetuação da relação da dominação do espaço doméstico internalizado e do espaço público, explicitado. Essa questão estudada e problematizada por Salles (2013) provoca assumir, aqui, também, um papel original na luta contra todas as formas de dominação, conforme a fala da professora Marlúcia Santos, moradora de Duque de Caxias, em reunião do FAPP-BG, no Museu Vivo São Bento, quem também coordena este museu localizado no bairro com o mesmo nome no município de Duque de Caxias, no dia 20 de junho de 2016, período em que eu realizava a pesquisa-ação neste mesmo município: “O Estado brasileiro sempre olhou para o município de Duque de Caxias como território sem cidadãos e, portanto, não há cidadania”. (trecho da fala de Marlúcia, Museu Vivo de São Bento, junho, 2016).

Nesse sentido, há evidências para mostrar a integração de uma abordagem ao debate a partir do ponto de vista das mulheres, consideradas pobres e que residem nas

periferias, onde estão instaladas, em sua maioria, as empresas poluidoras e o modelo desenvolvimentista da sociedade capitalista. É ordinariamente contundente investigar com as mulheres, que são atingidas pelos impactos negativos da Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias – REDUC/Petrobras e do polo petroquímico que se formou após sua instalação, a problemática da escassez da água, coadunando com o pensar de Costa e Ioris (2015) ao afirmarem que:

a gestão da água tem sido parte integral da reprodução de desigualdades sociais e diferenças políticas profundas. Entendendo, como afirma Harvey (2011), de que "nas fábricas" do chamado mundo em desenvolvimento são as mulheres que carregam o peso da exploração do mundo capitalista e cujo talento e capacidades são utilizados ao extremo, em condições muitas vezes semelhantes à dominação patriarcal. (p.89-90).

Dentre os impactos da cadeia de petróleo e gás, a restrição ao acesso à água em quantidade e qualidade adequadas pelas comunidades é um gerador de conflito seja pela concorrência ao recurso, seja pela sua contaminação. Sabe-se que a água é um elemento fundamental para garantir a sobrevivência dos seres vivos, sendo também na atualidade indispensável nos processos de atividades econômicas, resfriamento de máquinas, entre outras utilizações. Enfrentar essa questão é condição prioritária para as mulheres do município de Duque de Caxias, que pela própria constituição da cidade, conforme dissertado no capítulo II, são as que carregam a maior carga de trabalho desde as tarefas domésticas, como todo o cuidado com a saúde e a manutenção da vida. Para tanto, discutiremos no próximo item de maneira mais enfática a questão do conflito entre a população e a REDUC/Petrobras.

3.2.1.3 Mulheres, Água e os conflitos relacionados ao acesso desigual entre os que vivem no município de Duque de Caxias e as indústrias ligadas à cadeia produtiva do petróleo na Região da Baixada Fluminense.

Com o aumento da produção petroleira no Estado do Rio de Janeiro, este se tornou nas últimas duas décadas a região petrolífera mais importante do país. Na última década foi extraído cerca de 80% da bacia sedimentar de Campos na costa do Norte Fluminense, no Oceano Atlântico. No Estado do Rio de Janeiro está instalada também uma das maiores refinarias de petróleo, a Refinaria Duque de Caxias – REDUC que abriga uma Unidade de Produção de Gás Natural – UPGN de grande porte e, ainda, a Termorio, outra das maiores termelétricas a gás natural no Brasil (SEVÁ, 2013, p.71). Na gestão pública das águas do Estado do Rio de Janeiro, a CEDAE tem o poder de

decidir quais áreas serão geograficamente contempladas com o uso da água e quais projetos serão viabilizados, conforme apresenta a pesquisadora Maria Angélica Costa (2015) em seu artigo *Da lama ao caos: um estuário chamado Baía de Guanabara*, após análise de documentos disponibilizados pelo instituto do Estado de Ambiente (INEA), que dispõe sobre os setores usuários de água da RMRJ e sobre como se dá a circulação dos fluxos dessa água na cidade:

[...] a Cedae é uma sociedade anônima de economia mista e capital aberto, sem ações listadas em Bolsa de Valores, cujo acionista majoritário é o Estado do Rio de Janeiro, responsável pela gestão da Companhia e detentor de 99% do capital votante e de 99% do capital total. O restante do capital é pulverizado entre 648 acionistas privados, em sua maioria pessoas físicas (Cedae, 2011). A Cedae garante o abastecimento de água a uma população de cerca de 13 milhões de pessoas, atende a 64 dos 92 municípios do Estado com abastecimento de água e obteve, em 2011, um faturamento médio mensal de R\$293 milhões. [...]. (Cedae, 2011, *apud* COSTA, 2015, p.30).

Como os empreendimentos industriais são grandes usuários de água, há uma facilitação do acesso pelo Estado que já é característica das relações políticas governamentais brasileiras, conforme vem se desvelando mais enfaticamente com as denúncias da Operação Lava Jato e com consequências aos recursos hídricos que deixam de ser para o uso comum a todos. (COSTA, 2015, p.31).

Conforme Porto (2005), o contexto brasileiro agrava este processo por apresentar estruturas regulatórias centralizadas, instituições ineficientes e profundos desequilíbrios de natureza política, econômica e cultural – na distribuição socioespacial dos riscos e na capacidade de os atores mais vulneráveis obterem recursos e influenciarem os processos decisórios. (PORTO, 2005. P.7). Além disso, apresenta uma fragilização das políticas públicas setoriais de garantia de direitos como saúde, meio ambiente saudável, educação e segurança pública em populações já vulneráveis pelas desigualdades sociais. (DHESCA, 2013).

Na Baixada Fluminense, o Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara¹⁵ relata que a PETROBRAS foi denunciada pelo Ministério Público Federal por lançar irregularmente em 2010, 637.526 metros cúbicos de água de produção no Rio Iguaçu e na Baía de Guanabara efluentes líquidos contendo resíduos com óleos, graxas, fenóis, nitrogênio amoniacal e sólido

¹⁵ COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL. *Ato Público: 13 anos de impunidade pelo maior vazamento de óleo em duto da Petrobrás na Baía de Guanabara*. [Periódico na Internet]. Publicado em 16/01/2013. Disponível em <http://global.org.br/programas/13-anos-de-impunidade-pelo-maior-vazamento-de-oleo-em-duto-da-petrobras-na-baia-de-guanabara/>. Acessado em 09/01/2017.

sedimentáveis, em níveis superiores aos permitidos por normas e resoluções. Estes efluentes, como a própria denúncia aponta, podem resultar em danos à saúde humana, mortalidade de animais e destruição significativa da flora. Há, também, lançamento de água de produção no mar, já que nem todas as plataformas possuem estações de tratamento de água de produção operantes.

Com essas constatações pesquisadas, é possível afirmar que a cadeia de petróleo e gás é uma cadeia que utiliza um volume considerável de água, possui potencial poluidor e representa um poder econômico em grande maioria desproporcional às populações habitadas na terra e, no caso desta pesquisa, no município de Duque de Caxias. As condições desiguais de apropriação não só acentuam as dificuldades de uso por uma parte da população, como também resultam em situações de maiores riscos associadas ao uso do território para fins de moradia e, no caso das mulheres que manuseiam água para todos os afazeres domésticos, banhos nas crianças e a alimentação da família, as condições de sobrevivência se agravam ainda mais.

Com a caracterização dessas desigualdades ambientais pelo agravamento da escassez hídrica, sob os aspectos de qualidade e quantidade, as populações que residem no município de Duque de Caxias, em periferias urbanas e ao descaso dos serviços públicos para atender as necessidades básicas de vida, são as que arcam com a maior parte dos impactos negativos da cadeia produtiva do petróleo e o do aumento da vulnerabilidade ambiental de mananciais, com o uso desigual e as contaminações dos lençóis freáticos, conforme será apresentado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV - AS MULHERES CONTRA AS INJUSTIÇAS NA BAIXADA FLUMINENSE: A PESQUISA DE CAMPO, AS OFICINAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CONFLITO

Este capítulo apresenta a pesquisa-ação realizada a partir das falas das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG. Os dados empíricos aqui relatados foram coletados através de oficinas de formação com as agentes da pesquisa e convidados sugeridos pelas mulheres participantes da pesquisa, Edilene Estevam e Tia Angélica, nos bairros de Parque Paulista e Parque Colonial. Os dados documentais se referem às atas das reuniões mensais do FAPP-BG, relatórios sobre impactos ambientais; sítio eletrônico da REDUC/Petrobras; relatório de sustentabilidade da PETROBRAS (2015); Termo de Ajuste de Conduta (TAC-REDUC, 2011); sítios eletrônicos de jornais e agências de notícias (2015); sítios eletrônicos de órgãos públicos (2015). Os dados bibliográficos utilizados no decorrer deste capítulo são necessários para sustentar as falas relatadas pelas mulheres entrevistadas e as falas coletadas nas oficinas formativas, no período de junho a novembro de 2016.

As informações obtidas se deram através das visitas nos bairros; visitas nos domicílios, entrevistas, fotografias e vídeos, bem como participação em reuniões do FAPP-BG, do Conselho Municipal do Meio Ambiente, participação na organização e realização de processos formativos com o GT-Mulheres do FAPP-BG com e nas comunidades para a pesquisa. É importante enfatizar que desde a criação do FAPP-BG, a nossa participação teve o intuito de contribuir com as formações das mulheres nas comunidades do município de Duque de Caxias, incluindo os bairros delimitados nessa pesquisa-ação.

Na segunda parte desse capítulo, também construído a partir das oficinas com as mulheres, das coletas de dados e entrevistas e das buscas de informações nos sítios eletrônicos, nos documentos da empresa e dos arquivos do FAPP-BG, apresentamos o Discurso Ambiental e a Educação Ambiental da REDUC/Petrobras em contradição com a realidade vivida pelas mulheres através de suas falas.

Na parte seguinte, será descrita a primeira oficina temática e, à medida que forem descritas as demais oficinas, serão relatados os nomes de todos os moderadores das mesmas que fazem parte do FAPP-BG.

4.1 As oficinas temáticas como processo de formação

1ª Oficina - Mulheres, Educação Ambiental e a Legislação dos Recursos Hídricos.

Esta oficina aconteceu conforme prevista na metodologia do projeto de mestrado. Foi organizada pelo GT-Mulheres do FAPP-BG por Leila, Edilene e Tia Angélica. A realização desta formação se deu no bairro de Campos Elíseos, no dia 09 de julho de 2016, entre 09 e 13 horas, no Salão da Paróquia São Francisco de Assis, sendo ministrada pela professora pesquisadora Bianca Dieile da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ. (compõe o GT-Mulheres do FAPP-BG). A proposta de formação se daria apenas para as participantes da pesquisa-ação, porém, Tia Angélica convidou para participar a professora da Rede Municipal de Educação do município de Duque de Caxias, Tânia Curvelo, moradora do bairro Barro Branco, um bairro próximo ao bairro Parque Paulista. Contamos com a presença de Edilene, participante do Programa de Cidadania do Colonial - PROCIC, Wanda Silva, representante da Pastoral do Meio Ambiente da Paróquia São Francisco de Assis, onde realizamos esta oficina, e de Bianca Dieile, professora da ENSP/FIOCRUZ, do departamento de Saúde Ambiental e Saneamento. Vale informar que, das mulheres presentes nesta oficina, somente a Srª Wanda não é participante do GT- Mulheres do FAPP-BG por causa do seu trabalho como doméstica e, também, do trabalho com a pastoral do meio ambiente.

A discussão desta oficina foi desenvolvida a partir da Legislação Brasileira sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos. O principal sentido era dialogarmos a relação da legislação e o uso de água para o consumo humano da Baixada Fluminense, em específico, o caso do município de Duque de Caxias na questão do uso de água para a produção industrial da REDUC/Petrobras e a falta de água como bem básico de consumo para a sobrevivência da população local. Realizamos esta oficina em três momentos:

1º momento: Apresentação e discussão da Lei 9.433/97, da Política Nacional de Recursos Hídricos, nos atendo ao Capítulo I dos Fundamentos. A discussão foi baseada no Art. 1º nos seguintes fundamentos:

I – a água é um bem de domínio público;

II – a água é um recurso natural limitado de valor econômico;

III – em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

VI – a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Nesse momento, a atenção do debate foi direcionada pelas próprias participantes ao item III deste artigo. O interesse pelas mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG nesta oficina está na questão da falta de água pela rede de abastecimento da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), mas, principalmente, na contaminação dos lençóis freáticos que influenciam diretamente na produção da vida cotidiana da população deste bairro, causando graves problemas na saúde, no trabalho e na vida das pessoas, problema comum à maioria dos bairros do município de Duque de Caxias, de Belford Roxo e da Região da Baixada Fluminense.

2º momento: Apresentação e discussão da Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. A discussão foi baseada pelos princípios fundamentais descritos no Art.2º relacionados à prestação dos serviços públicos com atenção para os seguintes itens:

I – universalização do acesso;

IV- disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequadas à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.

Neste segundo momento, discutimos a total ausência do Estado relacionada ao item IV do artigo em referência e de maneira unânime confirmamos que não há o cumprimento destes serviços, principalmente no que tange a drenagem e o manejo das águas pluviais adequadas à saúde da população.

3º momento - Apresentação e discussão da Portaria 2.914/2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade.

O diálogo se deu a partir das disposições gerais do Capítulo I, do Art. 3º, que afirma: toda água destinada ao consumo humano, distribuída coletivamente por meio de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, deve ser objeto de controle e vigilância de sua qualidade. Do Art.4º, em que: toda água destinada ao consumo humano proveniente de solução alternativa individual de abastecimento de água, independente da forma de acesso da população, está sujeita à vigilância da qualidade da água.

Foi debatida por definição do GT- Mulheres do FAPP-BG também a questão das definições da Portaria em estudo sobre o Capítulo II, que trata das definições adotadas

em relação à serventia da água no Art 5º, os itens: I – água para o consumo humano: água potável destinada à ingestão, preparação e produção de alimentos e à higiene pessoal, independentemente de sua origem; II – água potável: água que atenda ao padrão de potabilidade estabelecido nesta Portaria e que não ofereça riscos à saúde; VIII – solução alternativa individual de abastecimento de água para o consumo humano: modalidade de abastecimento de água para o consumo humano que atenda a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados; XVI – vigilância da qualidade da água para o consumo humano: conjunto de ações adotadas regularmente pela autoridade de saúde pública para verificar o atendimento a esta Portaria, considerados os aspectos socioambientais e a realidade local, para avaliar se a água consumida pela população apresenta risco à saúde humana; XVII – garantia da qualidade: procedimento de controle da qualidade para monitorar a validade dos ensaios realizados e XVIII – coleta: ação de coletar nova amostra de água para o consumo humano no ponto de coleta que apresentou alteração em algum parâmetro analítico.

No decorrer da apresentação e do debate das leis acima apresentadas, que permeiam a temática em questão, foram dialogados os problemas que são relevantes para a formação e as ações de enfrentamentos e resistências realizadas, ou a se realizar pelo GT-Mulheres do FAPP-BG, como disparadoras para a continuação das contribuições às lutas e ações relacionadas ao enfrentamento do uso e da falta de águas apropriadas para o consumo humano.

Para o GT-Mulheres do FAPP-BG, esta oficina esclareceu muitas dúvidas sobre a legislação. A maneira como as leis foram dialogadas facilitaram o entendimento para a compreensão das mesmas na implicação dos enfrentamentos com a REDUC nas questões ambientais, para a melhoria da condição de vida da população. Ainda, no que se refere à contaminação das águas, fica visível a relação direta da população com a exposição dos impactos negativos e com as degradações ambientais causadas pela cadeia produtiva do petróleo, por isso, nossas lutas se dão para a manutenção das nossas vidas e das futuras gerações. Nessa perspectiva, trataremos de demonstrar no item abaixo como está a condição de vida na qual a população Caxiense está exposta.

4.1.1 Águas contaminadas e falta de água: para quem?

As informações transmitidas pela professora Bianca se transformam em aprendizados e, logo no início de sua fala na oficina, ela relata a respeito de sua

participação como palestrante na mesa do dia 25 de junho de 2016, da *Conferência das Cidades*, em Duque de Caxias sob o tema, “A função social da Cidade e da Propriedade”, realizada nos dias 24 e 25 de junho de 2016, onde apresentou o estudo de caso sobre Saneamento, Realidade e Desafios, nos informando que “na questão de água a gente não tem uma rede de água, então a gente tem muito uso de água de poço. A gente tem uma estação de tratamento”. (assistir a palestra na íntegra em www.canalunigranrio.com – ver Power point da apresentação de Bianca Dieile em anexo).

Logo em seguida à afirmação da professora Bianca, Tia Angélica traz outra informação importante para contribuir no debate, se referindo a falta de água para o uso diário nas residências do bairro Parque Paulista e a água disponível para a REDUC, ao comentar “mas temos água de adutora”. A professora Bianca nos fala a respeito do funcionamento e disponibilização da água no município de Duque de Caxias:

Tem da adutora da PETROBRAS. Tem muita água de poço. E tem uma Estação de Tratamento de Água - ETA que está sendo construída ali no morro do Motocross e nunca ficou pronta. Ela está sendo prometida desde os anos 90. Foi criticada no projeto no final dos anos 2000 e até hoje em 2016 ela ainda não foi terminada. Os reservatórios da estação de tratamento de água estão prontos, porém, a planta em si não dá conta. E isso gera para a conferência um problema muito grande porque tem a água da adutora que não é uma água boa. Nós temos só aqui em Campos Elíseos, 13 áreas contaminadas que já foram homologadas pelo Instituto de Meio Ambiente - INEA. Então nós temos uma mistura de águas contaminadas por falta de água de rede. Então você começa a usar a água que vem de outros pontos e essas águas, elas oferecem riscos, então, é praticamente uma fábrica de problemas. (Fala de Bianca Dieile, gravação em áudio da oficina sobre Legislação, julho, 2016).

No decorrer da oficina, discutimos duas questões de urgência que enfrentamos diariamente para a manutenção de nossas vidas, principalmente no acometimento das doenças relacionadas às águas contaminadas dos rios da região, como o câncer no intestino, fígado, pâncreas e na pele e diarreias, principalmente nas crianças. Sabemos que para o tratamento dessas doenças é necessário uma água de boa qualidade para o cuidado e melhoria desses pacientes. Entendemos também que é urgente a redução desses contaminantes para a continuidade das futuras gerações.

A primeira questão se trata da falta de água pela rede de abastecimento público para o consumo nos domicílios, que é prioridade o seu consumo para o cuidado dos doentes, para a alimentação e higiene da nossa família e para a manutenção da vida; a segunda, e mais enfática questão, é sobre a relação do uso e apropriação desigual da

água entre a população caxiense e a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias – REDUC, que vem contaminando as águas dos rios da região e da Baía de Guanabara com o despejo de dejetos líquidos industriais jogados diariamente pela PETROBRAS-REDUC e pelas empresas que constituem o Polo Petroquímico.

Nessa primeira oficina de formação, ao destacarmos o debate sobre a problemática das águas contaminadas e a relação de disputa da REDUC com a população local, compreende-se também o descaso do Estado com os moradores locais que, através da CEDAE, continua beneficiando a REDUC e, nesse sentido, para as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, é este modo de organização social e econômica que garante a obtenção de grandes lucros econômicos para a PETROBRAS/REDUC.

Esse debate teve prosseguimento na 2ª Oficina sob o título “Mulheres, Educação Ambiental e a Contaminação dos Mananciais” realizada no bairro Parque Paulista, em que foram relatadas as reflexões realizadas com o objetivo de apresentar e caracterizar as causas e consequências das contaminações dos mananciais e a maneira como estas impactam negativamente a qualidade do viver da população que ali reside.

2ª Oficina - Mulheres, Educação Ambiental e a Contaminação dos Mananciais.

Essa oficina aconteceu no bairro Parque Paulista, no dia 13 de agosto, no horário entre as 10.30h às 14h, na sala de aula construída por Tia Angélica, localizada em frente à sua residência, para alfabetização de Jovens e Adultos pelo Projeto MOVA – BRASIL, um projeto de alfabetização mantido pelo Sindipetro Caxias¹⁶. Esta oficina foi moderada pelo Graduado em Licenciatura Plena em Geografia da UFRRJ e Ambientalista, Professor José Miguel da Silva, que também compõe o FAPP-BG.

A discussão dessa oficina foi desenvolvida a partir do diálogo entre José Miguel (Moderador da oficina), Edilene, Tia Angélica (GT-Mulheres do FAPP-BG), Tânia (professora do município e participante do FAPP-BG) e a pesquisadora Leila Salles que disserta sobre a contaminação das águas do Rio Saracuruna, sobre as doenças causadas na população do bairro Parque Paulista e sobre o enfrentamento a REDUC e as demais empresas que contaminam os lençóis freáticos da região.

¹⁶ Mais informações disponíveis no site: <www.sindipetrocaxias.org.br>.

Diferentemente da primeira oficina, realizamos primeiro um bate-papo informal sobre o bairro com a presença de Edilene, Leila, José Miguel e a professora Tânia, que é moradora do bairro de Barro Branco, vizinho ao Parque Paulista. O motivo da conversa surgiu pelo fato de chegarmos à residência da Tia Angélica e ela não estar em casa, pois tinha ido socorrer uma vizinha que estava passando mal e não tinha quem a levasse ao Posto Médico.

Em conversa com a professora Tânia, ela nos conta um pouco sobre o seu bairro, Barro Branco, informando que é “do ladinho” de Parque Paulista e que lá tem abastecimento público de água, enquanto que em Parque Paulista é água de poço. A professora Tânia Curvelo, que é parte integrante do FAPP-BG, moradora do bairro Barro Branco, que também é localizado próximo ao Parque Equitativa, onde se tem uma Área de Proteção Ambiental (APA Petrópolis), identifica que, “por morar mais perto do Parque da Equitativa, a água tende a ser melhor porque ela é filtrada pela floresta que tá ali da APA Petrópolis” (Fala da professora Tânia, agosto, 2016).

No diálogo, o professor José Miguel nos informa:

Então, todo sopé de montanha tende a ter uma água de melhor qualidade porque ela é mais filtrada e retida pela cobertura florestal. Já pras áreas mais baixas a gente acaba meio que consumindo a água que tá no rio mais perto ou no valão como a gente costuma chamar, já de tão poluído que tá. (fala de José Miguel, agosto, 2016).

A professora Tânia ainda acrescenta, “E aqui em Parque Paulista, em várias casas, as águas vem assim, aquele barro mesmo”. Tia Angélica chega com uma vizinha e nos informa que chegou atrasada devido à falta de médico no Posto de Saúde local, tendo que levar a vizinha no Hospital Municipal Moacyr do Carmo que “fica há mais de 40 minutos de automóvel e se não fosse pelo meu filho, João Carlos ter um táxi, a vizinha não seria socorrida”.

Iniciamos a oficina às 10h30min com um café da manhã oferecido pela Tia Angélica. Expomos abaixo, dando ênfase aos nossos diálogos, a apresentação do professor José Miguel na oficina a respeito das contaminações dos mananciais, em que cita, inicialmente, o caso da contaminação da localidade “Cidade dos Meninos”, no bairro Pilar, em Duque de Caxias, para melhor compreendermos a destinação dos poluentes e dejetos despejados nos rios do território da Baixada Fluminense.

4.1.2 Duque de Caxias: contaminações das águas, do solo e dos lençóis freáticos

O caso de contaminação do solo na Cidade dos Meninos, fato ocorrido antes da inauguração da REDUC, foi citado pelo professor José Miguel, que nasceu e mora no bairro, como o motivo que o levou a participar de movimentos ecológicos, de luta e participação de tantos outros militantes no campo da ecologia política, a saber, a contaminação por organoclorado (hexaclorociclohexano - HCH) constatada a partir de 1989. A denúncia nos meios de comunicação de que um inseticida altamente tóxico estava sendo comercializado em feira livre no centro do município desencadeou as mobilizações. As investigações comprovaram a existência de excesso de HCH ainda in natura em uma fábrica desativada no bairro Cidade dos Meninos (Bastos, 2000; Mello, 1999; Oliveira, 1994), inaugurada em 1950 para produzir inseticidas a fim de controlar e/ou erradicar vetores, cujas doenças na época provocavam grandes danos à saúde pública. Desativada em 1961, quando descoberto os danos causados à saúde da população exposta.

No início da década de 90, estudos toxicológicos e clínicos comprovaram a presença do produto em solo, frutas, leite bovino, leite e plasma humano nos arredores da antiga fábrica. Em 1995, houve tentativa de descontaminação do solo com a adição de cal (óxido de cálcio). Entretanto, pesquisa recente comprovou que, por causa da técnica usada e das características do solo e da vegetação local, houve aumento da concentração do produto em determinadas áreas (BASTOS, 1999).

Nós, do GT-Mulheres do FAPP-BG, compreendemos ser importante e necessária essa apresentação do professor José Miguel pelo fato de ele estar em lutas por justiça ambiental desde a década de 1980, por ser integrante do FAPP-BG e ex-secretário do Meio Ambiente de Duque de Caxias, no período de abril a dezembro de 2008, e, desta forma, podendo contribuir com informações enquanto morador e militante de área atingida por contaminação do solo, portanto, estando na mesma condição do uso da água contaminada na região em que vivemos, e, no caso da pesquisa no bairro Parque Paulista, isso possibilita uma troca de diálogos com os atingidos. Outra questão é o aprendizado empírico/prático que ele acumulou no decorrer do exercício de sua função junto à Secretaria de Meio Ambiente do município de Duque de Caxias.

O professor José Miguel inicia sua fala na oficina detalhando sobre a definição de manancial: “manancial vem a ser aquilo que tem fonte de abundância. Que deveria ser uma nascente, um rio caudaloso”. Foi possível, também, a exemplificação das

formas e possibilidades em que os poços perfurados entram em contaminação, conforme cita:

Existem várias formas de tá contaminando o lençol freático. Uma é a falta do tratamento de esgoto usando formas rústicas como é sumidouro, né? Ou seja, você tá jogando o esgoto pro subsolo, né? Aí o lugar que tem bastante permeabilidade. Aqui a gente tem muita pluviosidade. Muitas chuvas no verão. A quem diga que nessa região aqui chova dois mil milímetros por ano. Aí, se fura um poço de 10, 15 metros você tá pegando a água que está nos poros do solo e, se você faz aterro, tende a percolar. A água de chuva passa por esse aterro e tá podendo contaminar o seu poço. A água do seu poço ou da região. (Fala de José Miguel, agosto, 2016).

Com um olhar atento para esta questão, que atinge diretamente sua condição e sua qualidade de vida, Tia Angélica nos lembra “o rio taí perto. Depois virou valão. Isso tudo aqui era baixada. Era um manguezal”. (Fala da Tia Angélica. Agosto, 2016).

Também sobre a questão dos lençóis freáticos, a professora Tânia Curvelo nos alerta a partir dos seus saberes locais que:

Instalou-se uma empresa de água mineral de poço profundo, que ajuda a baixar o lençol. Quanto mais água tirar de profundidades tende a baixar o lençol freático. Você vai tá diminuindo a pressão da água. Seria o que a gente chama de pressão alta. Pressão alta comprime os vasos e começa aí exigir mais do coração, né? Principalmente pra quem consome muito sal. Porque o sal retém a água dentro das células e aí acaba tendo que o coração fazer mais pressão pra botar água pra dentro da célula. E é isso que faz com que a pressão da gente suba. Pressão, como é? Coronariana não é isso? (Fala de Tânia, agosto, 2016).

Na questão dos poços perfurados é importante destacar os dados quantitativos apresentados pelo IBGE de que em Duque de Caxias existem registrados nas propriedades aproximadamente 29.005 (vinte e nove mil e cinco) poços ou nascentes para uma população de 61.467 habitantes (IBGE, 2000).

Referindo-se às informações sobre a saúde da população de Duque de Caxias, constatamos que este é o único município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMJR) que o Sistema de Vigilância (VIGISUS) considera como sendo a população não apenas sob-risco, mas, verdadeiramente, exposta ao solo contaminado (SESDEC/ Caderno de Informações de Saúde do Estado do Rio de Janeiro – maio de 2009). Nesse sentido, e talvez, sem saber dessa informação, o GT-Mulheres do FAPP-BG sempre considerou necessário e urgente acompanhar junto à Secretaria de Vigilância em Saúde e o VIGIÁGUA as ações realizadas para a descontaminação dos poços e para o controle da saúde da população Caxiense a respeito da exposição ao solo contaminado e para a

constatação das realizações ou não dos serviços, a fim de que sejam cobradas as devidas providências.

A professora Tânia contribui para o diálogo da contaminação do solo e das águas expondo sua indignação pela forma como as empresas mineradoras se instalam nas periferias dos bairros e como lidam com a população local. Tânia cita o caso de uma fábrica que era bem próxima de sua casa e que a comunidade pressionou muito pra eles não se instalarem ali, há cerca de 10 anos. Tânia lembra que os representantes da empresa foram várias vezes na escola onde ela lecionava para convidar os alunos a conhecer o espaço de fundação da fábrica e a convidou também, mas, antes, ela conversou com os alunos para que eles estivessem atentos e com um olhar crítico sobre as falas e as intenções deles. No caminho, ela foi falando sobre a qualidade do ar e da água com o representante da fábrica. Segundo ela, a empresa organizava dinâmicas para sensibilizar a população e, após a terceira visita da escola no local onde a fábrica se instalara, Tânia comenta:

Então, né? Ele viu que eu trabalho em várias escolas. Enfim. Um dia ele chegou à minha casa. Um camarada de lá. Eu muito abalada! Eu: Oi! Ele sempre ia na minha escola me convidar pra algum evento lá, né! Senta na minha varanda e me diz assim: ‘Professora, nós estamos convocando várias pessoas que a gente sabe que tem uma certa militância no bairro porque a gente tem uma audiência pública. Nós precisamos de pessoas do nosso lado.’ Eu disse: Como? Ele continua: ‘Aí, a gente já tem várias pessoas que já estiveram com a senhora lá em cima para estar do nosso lado na audiência pública. A senhora pode fazer algum pedido que a senhora deseja.’ E me entristeceu tanto porque eu via é associação de moradores lá em cima, sabe! Não sei quem, mas quem estava indo com o objetivo de saber e realmente participar para saber o que vai nos prejudicar e pra que isso não aconteça e quem estava indo lá para se beneficiar de alguma coisa. Eu olhei pra ele e falei: Olha só. Eu vou continuar indo lá, mas pelo objetivo que você já viu o que a gente faz lá. (Fala de Tânia, agosto, 2016).

O filho da Tia Angélica, João Carlos, questiona o seguinte:

Pelo o que você tá falando, por exemplo, aqui. É uma forma correta de fazer? Primeiro eu cavo o poço artesiano? Digamos que eu comprei esse terreno do lado. Eu furo o poço no chão e depois eu faço o aterro? Vamos dizer assim. O modo mais correto de se fazer? (Fala João Carlos, agosto, 2016).

O professor José Miguel explicita que a análise é feita pelo morador do local e explica: “Porque você tem que fazer a análise da água que é pra você saber qual o tratamento que você tem que dar. Porque se a água está misturada com gasolina você tem como separar. Só vai ficar caro”. (Fala de José Miguel, agosto/2016).

Neste diálogo de análise de águas contaminadas surge o foco central do debate desta oficina sobre a contaminação das águas da região de Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial, onde questionamos e incitamos o debate a partir do item descrito abaixo.

4.1.3 Contaminantes: Quem polui? Como polui? Quem é poluído?

No município de Duque de Caxias os agentes potenciais das contaminações dos mananciais, dos lençóis freáticos, do solo das poluições do ar, da degradação das matas, desde 1961, são a REDUC e o Polo petroquímico. Como vocês pensam essa questão enquanto mulheres que agora estão discutindo as questões ambientais à justiça ambiental? Esta foi à questão provocadora da oficina.

Para Edilene Estevam que nasceu e vive até hoje no bairro de Parque Paulista e, desde 2013, vem participando do GT-Mulheres do FAPP:

É uma questão muito grave. E o que nós constatamos por um grupo de discussões em relação à REDUC, é a diferença do fornecimento de água que no bairro de Campos Elíseos onde está instalada a REDUC e o Polo Petroquímico. Lá tem água que é fornecida para o Polo, mas a população em si, que foi até constatado pela pesquisa da qual eu participei não tem. O fornecimento da água é considerado clandestino e feito pelos moradores... É clandestino não no sentido de ser clandestino porque como não é fornecida água pra eles, eles dão um jeito de usar essa água e pelas conversas que eu tive nessa pesquisa eu percebi, eu constatei que: Não sei nem se essa água seria pra uso. Eu creio que essa água que é fornecida é de reuso. (Fala de Edilene Estevam, agosto, 2006).

Dialogando com a constatação de Edilene Estevam, o professor José Miguel confirma que “Ela não é potável. Ela é bruta”. Edilene Estevam prossegue em seu raciocínio dizendo:

Exatamente. É água bruta. Não é pra ser consumida assim. Diretamente consumida. Não é tratada. Então é a água que elas estão utilizando. É o jeito que elas acharam pra sobreviver. Em relação a esse “desenvolvimento”, né? Já me consta e é um termo que eu uso muito que o desenvolvimento é o não envolvimento das pessoas, entendeu. Mas tem pessoas que estão ali. E que são atingidas diretamente por essa discussão que estamos falando aqui. Eles estão no mesmo bairro onde é instalada uma refinaria que tem água pra reger todo o processo, mas não é água pra fornecer para todos os moradores, os vizinhos. Que seria como foi dito: mas uma vez citando: Esse seria o primeiro uso, né? O fornecimento da água para o consumo humano, não, né? Essa é a parte que me toca. (Fala de Edilene Estevam, agosto, 2016).

Logo após, indagamos à Tia Angélica: e a senhora Tia Angélica, como vê essa questão da refinaria de petróleo, a REDUC, usar a água em torno de 3000 litros cúbicos por segundo para o refino do petróleo e não ter água nas suas torneiras para o uso humano, tendo que compra-la em muitos casos? Ou ainda, o que a senhora pensa referente à água que vocês tinham quando cavavam um poço e, hoje, o poço está contaminado e a água inutilizada? Tia Angélica me responde que:

Do poço só peço mesmo pra lavar banheiro porque pra lavar louça, fazer comida e outras coisas não dá. Mas pra botar no banheiro não dá pra comprar. As roupas de cores eu lavo com essa água, mas a roupa branca ou eu compro ou meu filho compra ou pega lá nessa mina na Equitativa pra poder lavar, viu. Eu fui lavar no começo os uniformes dele aí o pessoal do trabalho dele perguntaram se ele mudou de uniforme porque em vez de branco ficou creme. Então eu tenho que comprar água pra lavar. (Fala de Tia Angélica, agosto, 2016).

O professor José Miguel também questiona a respeito da contaminação das águas no bairro Parque Paulista indagando Tia Angélica sobre como ela percebe que o Polo Petroquímico prejudica a população ou se ela pensa ser um problema apenas de Campos Elíseos? Tia Angélica responde com voz firme e de maneira intensa:

É ruim, heim! O problema é pra nós todos! Essa fumaça o vento traz de lá pra cá, entendeu. E a água também que vem por baixo. Esses óleos vêm por baixo também e atinge nós também, entendeu. Aqui nós estamos quase que a mesma coisa que Campos Elíseos. Campos Elíseos é praticamente dentro da PETROBRAS. E a gente tá aqui fora, mas eu acho que ainda é pior porque o fumante não sente tanto do que a gente que tá sentindo o cheiro da fumaça, né. Nós todos somos prejudicados sim. (Fala da Tia Angélica, agosto, 2016).

Diante das informações discutidas, o professor José Miguel constata e nos afirma que “o trabalho que Tia Angélica realiza em Parque Paulista através do GTA é um trabalho de Educação Ambiental à justiça ambiental, conforme apresentado na pesquisa de Leila Salles”. Para o professor José Miguel, o diálogo no percorrer da oficina o motivou conforme relato abaixo:

Aí, moral da história. Eu acho que hoje me motiva, por exemplo, a ver de que maneira a gente constrói um mapa que sirva pra Tia Angélica, que sirva pra Tânia, que sirva pras mulheres que estão participando dessa pesquisa. Eu vejo por aí. E com o objetivo de incentivar o bairro de participar da associação de moradores. Eu vejo que o problema de muitos bairros é não ter associação de moradores. Não ter sede. Não ter espaço. Aqui tem e o pessoal tá desdenhando enquanto em outros lugares o pessoal luta pra ter e não tem. É nesse sentido. É isso. (Fala de José Miguel, agosto, 2016).

Nesta segunda oficina de formação, o debate da problemática da água ampliou o entendimento sobre a contaminação dos mananciais que atinge diretamente a saúde da população de Parque Paulista. Enfatizamos novamente, o descaso do Estado com os moradores locais pela ausência da rede de abastecimento público da CEDAE que continua beneficiando condições de uso da água para a REDUC, deixando a população sem condições de utilização de água com qualidade para o consumo humano, gerando o aumento de doenças relacionadas à contaminação e à poluição das águas, do solo e do ar.

Para as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, o aspecto relevante desta oficina foi a riqueza das informações partilhadas entre as mulheres e o professor José Miguel, na troca de informações do olhar da geografia do território, compreendendo que se faz necessário e urgente a assistência à população, através de reparações com obras civis e recursos humanos para atendimento à saúde da população e para a fiscalização dos ambientes. Ainda, as atividades de formações sobre o tema das contaminações das águas e do solo também foram apontadas como relevantes, com o intuito de informar para toda a população caxiense o que está sendo feito pela Secretaria de Saúde para o melhor funcionamento nos postos de saúde e hospitais; pela Secretaria de Meio Ambiente para melhor fiscalizar, monitorar e realizar ações de impedimento das contaminações das águas e do solo; pela Secretaria de Obras para regularizar e realizar as obras civis, para a ligação das redes de esgotamento sanitário e de águas pluviais e, principalmente, pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC) que produz grande riqueza econômica para o mundo, utilizando o território de Duque de Caxias, já que é fato ser esta empresa uma das maiores poluidoras, principalmente das águas para consumo e uso diário nas residências.

Portanto, como forma de compreender ainda mais a respeito dos conflitos relacionados à contaminação das águas para consumo e uso da população Caxiense e o uso das águas para o refino e craqueamento do petróleo pela REDUC, descreveremos abaixo a respeito da terceira oficina, “Mulheres, Educação Ambiental e o TAC-REDUC”, com o intuito de entender o que é o TAC, para quem foi criado, para quem serve e para quem é o TAC, bem como, quais as medidas que vem sendo tomadas pela PETROBRAS/REDUC em relação aos danos por contaminações e à poluição das águas causadas pelo despejo de dejetos e resíduos na atmosfera e nos rios de Duque de Caxias, que desembocam na Baía de Guanabara desde a assinatura deste Termo de Ajuste de Conduta.

3ª Oficina - Mulheres, Educação Ambiental e o TAC-REDUC.

A oficina foi realizada no bairro Parque Colonial, no dia 11 de setembro de 2016. Iniciamos esta oficina no horário entre 10h30min e 13h30min, no salão de eventos da ONG PROCIC (Programa de Cidadania do Colonial), espaço construído por Lilian Salles e Charles Oliveira, moradores deste bairro, onde realizam eventos junto com a comunidade para atender a população mais vulnerável da localidade, desde o ano 1997, recebendo crianças e mulheres atingidas pelas enchentes que acontecem na região. Esta organização tem como prioridade ações de educação infantil, como, alfabetização e reforço escolar e atendimento à mulher em risco de violência doméstica, bem como, de atividades culturais como hip-hop, skate, danças de rua, artesanatos e outros, por não existirem espaços para esse tipo de atividade no bairro e, também, por ser um bairro de difícil acesso para as áreas centrais da cidade. Esta ONG não recebe apoio financeiro de órgãos públicos, nem de cooperações externas.

Estiveram presentes nessa oficina Edilene Estevam, Tia Angélica, a professora Raquel Giffoni e o professor José Miguel da Silva. No caso de José Miguel, sua participação se deu pelo fato de ter sido o moderador da 2ª oficina em Parque Paulista e se interessar em estar conosco nessa oficina como integrante do FAPP-BG e, também, por ter participado de todo o processo em discussão do TAC-REDUC, a partir das atividades do FAPP-BG. A oficina foi problematizada a partir do TAC-REDUC com o intuito de discutirmos e compreendermos três questões: O que é o TAC? Para que serve? Para quem é o TAC?

Dessa maneira, desenvolvemos o diálogo a partir da sugestão da professora Raquel Giffoni, que nos incentivou a tirar nossas dúvidas com relação aos termos técnicos e seus significados, como, por exemplo, a palavra TAC.

O que é TAC? O que vocês acham que é um TAC? Porque a gente quer saber, né. Eu falei com a minha amiga que eu estava fazendo uma pesquisa sobre TAC e ela falou: 'É, os taxistas não valem nada mesmo'. Aí eu falei pra ela: Não é táxi, não. É TAC. (Fala da professora Raquel Giffoni, setembro, 2016).

Em sua explicação, a professora Raquel Giffoni diz que o termo é uma abreviatura ou uma sigla que tem o seu significado de Termo de Ajustamento de Conduta. Ela Sugere que a cada termo técnico citado e não entendido durante a oficina,

seja esclarecido com ela. Explica, também, que o Termo de Ajustamento de Conduta começa a ser discutido por lei na década de 90 como forma de resolução de conflitos para facilitar decisões dos processos em juízo que são mais demorados, ou seja, não há necessidade de um julgamento pela justiça. É um acordo entre as partes que cometem algum tipo de delito e que precisa ser logo resolvido. Dialogaremos no item posterior a serventia do termo em questão.

4.2 Termo de Ajuste de Conduta: para que e para quem serve?

A criação do Termo de Ajuste de conduta se deu a partir do discurso da eficiência, da rapidez e da eficácia proposta pela justiça brasileira. Segundo Raquel, essa conduta de resolver conflitos foi copiada/colada em diversas áreas como no Direito do Trabalhador e do Consumidor. Termos de Ajuste de Conduta para compra de celular, por exemplo: “aí o celular não funcionou eu vou à empresa, brigo e, ao invés de eu colocar a causa na justiça, a empresa pode propor um acordo, e, então, se faz um acordo”. (Fala de Raquel, setembro, 2016).

A partir dessas explicações, a professora Raquel Giffoni problematiza a questão do Direito Transindividual, que tem como princípio o direito da coletividade, direito de todos e não apenas de um indivíduo. Nessa perspectiva, se tratando do nosso enfrentamento a REDUC, este se dá no Direito Ambiental, conforme o caso da REDUC/Petrobras, quando do derramamento de milhões de litros de óleo na Baía de Guanabara, no ano de 2000.

A questão é que, na teoria, parecia aos olhos da população caxiense ser algo eficaz; “mas só que as realizações do termo não funcionam como deveriam”, diz a professora Raquel, que fala, ainda: “os termos de condutas não são rápidos” e nenhuma das medidas propostas foi cumprida até o presente momento.

Dialogamos a partir da nossa compreensão que o discurso de eficiência, rapidez e eficácia não é uma realidade para o caso do TAC-REDUC e, ainda mais, é necessário denunciar aqui e publicar para a sociedade que esse termo foi elaborado apenas por um grupo da sociedade, que o grupo de mulheres chama de: “os poderosos”.

Portanto, a REDUC não convidou a população atingida para discutir o que tem feito na reparação dos danos em Duque de Caxias, como a população é impactada, e em que a população é impactada; não convidou os movimentos sociais; não convidou os sindicatos, ou seja, o TAC foi elaborado e criado apenas entre o setor jurídico da

empresa PETROBRAS/REDUC, a Secretaria Estadual do Ambiente - SEA e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

Nós, mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, através das ações que temos realizado/participado, como, formações, intercâmbios, audiências públicas, elaboração e envio de ofícios para denúncias, temos a certeza de que não é o primeiro acidente que aconteceu causado pela REDUC e empresas do Polo Petroquímico e, conforme explicito nos capítulos II e III desta dissertação, tão pouco será o último. O que era para ser um processo rápido e eficaz com a finalidade de reparar os danos causados à população, na realidade, demonstra a morosidade tanto do acordo, quanto da justiça brasileira, em se tratando de responsabilidades socioambientais com os atos criminosos cometidos pela REDUC/Petrobras. Neste sentido, posicionamo-nos no debate travado no seio desta oficina, questionando a prática de se buscar um consenso em que uma política é encarada como uma espécie de negociação racional entre os indivíduos. Como se tudo fosse exatamente igual à condição, cuja decisão final para a criação do Termo de Ajustamento de Conduta se dá entre os mesmos. Não há acordo entre todas as partes. Apenas o poluidor decide a sentença.

A professora Raquel também questiona o problema que é comum a todas nós, que moramos em Duque de Caxias, sobre como a REDUC é muito poderosa, o órgão ambiental é sempre refém da empresa. Eles sentam e negociam os prazos. A resposta do GT-Mulheres do FAPP-BG a respeito das investigações sobre os impactos negativos causados pela REDUC é de que a mesma não cumpre a lei. A REDUC assinou o Termo de Ajustamento de Conduta para manter a legalidade do processo, mas não com o interesse em reparar os danos causados ao meio ambiente e à população da região atingida pelos acidentes, vazamentos, contaminações e poluições.

Nesse sentido, questionamos a responsabilidade de quem faz a auditoria da REDUC/Petrobras. A resposta da professora Raquel foi: “são consultorias externas e no caso da REDUC são internacionais” relatando também que sem a licença ambiental a REDUC/Petrobras não pode funcionar.

Tia Angélica também se posiciona ao compreender a respeito do TAC-REDUC, com ênfase na audácia da empresa e remetendo a esta responde: “Eu prefiro pagar a multa e entregar o dinheiro e deixa eu aqui”.

A REDUC é acusada pelos crimes ambientais, mas a fala da professora Raquel relata que a acusação recai no indivíduo. A professora cita o exemplo da lei de crime ambiental, na qual a REDUC/Petrobras é sempre enquadrada, mas não é o nome da

empresa que está no processo de acusado ou de poluidor e sim o nome do engenheiro responsável cujo CPF aparece o responsabilizando, tendo que responder pelo crime na justiça, mesmo após este ter sido dispensado da empresa.

O professor José Miguel também deu outro exemplo, o caso da engenheira da PETROBRAS/REDUC, Carla Gamboa, que “foi até membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Duque de Caxias (CONDEMA)”, e está respondendo processo no CPF pelo crime da REDUC/Petrobras.

Outra importante fala da professora Raquel Giffoni no diálogo é a questão das condicionantes legais que as empresas têm de cumprir e, neste caso, se a licença está vencendo, a empresa tem que renovar, caso contrário, a empresa torna-se considerada ilegal e não poderá renovar a licença ambiental para o funcionamento. Para Raquel, é neste momento que são feitas as licenças que “não condizem com o cumprimento da legislação ambiental.” (Fala de Raquel, setembro, 2016).

Com relação à multa do Instituto do Estado do Ambiente – INEA, a professora Raquel nos informa que este: “manda uma primeira notificação e uma segunda notificação. A multa é o último recurso. Depois das duas notificações é que o INEA envia a multa e ainda cabe um último recurso no CONAMA”. Para a professora Raquel, “é uma questão midiática.” Ao citar essa questão, com relação ao envio das multas à REDUC, “ela fica postergando e não paga suas multas”. “Ferra um pouco com a imagem da empresa, mas é uma coisa midiática”. (Fala da professora Raquel, setembro, 2016).

4.2.1 Os questionamentos das mulheres ao TAC-REDUC

A partir das informações tratadas pela professora Raquel sobre o TAC-REDUC, as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG questionaram detalhes sobre este termo. Como dito pela professora Raquel, o TAC não tem o efeito da ordem de exigência do cumprimento do mesmo. Indagamos com relação à elaboração do TAC e entendemos que a REDUC só assinou o termo por conta das licenças que estavam por vencer e ainda não havia cumprido as condicionantes previstas no termo e precisava da licença. Outras ações da REDUC questionadas nessa oficina foram os fatos: quem assinou o TAC? Como se dá o processo? Quem faz o TAC? Quem pode fazer um TAC? Um trabalhador individual pode fazer um TAC? Pode propor um TAC? Quem pode propor? Para Edilene Estevam, seriam “as partes que sofrem e as que causam o dano, mediante a um

órgão público”. Raquel ressalta que “esse ato seria o ideal, mas conforme a legislação não é necessária”.

Na Lei 7.347 de 1985, artigo 5º, no inciso 6º, está estabelecido que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados o compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações que terão eficácia de título executivo extrajudicial.

Nosso questionamento se estendeu, e indagamos: o que é um órgão público legitimado? No caso da REDUC, seria a Secretaria de Meio Ambiente pelo fato de o dano ser causado, por exemplo, no ar e nas águas? Mas e a saúde da população atingida? E as condições de perigo à que estão expostas a população do município em outros aspectos, como em caso de explosões e incêndios de tanques de gás GLP e à falta de rota de fuga?

Segundo o professor José Miguel, “perante a legislação cabe somente a cada secretaria específica na área atingida propor um TAC para ajustar a conduta”. Para a professora Raquel, deve-se saber do tema, especificamente nestes casos, os órgãos públicos, como a Secretaria de Meio Ambiente, o INEA, O IBAMA, que estão ligados à questão do Meio Ambiente, podem propor um TAC. Nesse sentido, Raquel reflete conosco que:

O que a gente vê aqui no Rio de Janeiro é uma promiscuidade. A indústria do TAC, a Empresa e órgão ambiental ali sentando juntos e discutindo os termos do TAC que são os termos da licença e não da conduta. Então o órgão público legitimado: o Ministério Público Federal, O Ministério Público Estadual. A gente tinha uma crença que só tinha TAC se tivesse o Procurador e o Promotor juntos. Mas não é assim. O TAC da REDUC de 2011 não tem o Ministério Público! Vamos lá ver quem assinou o TAC de 2011. (Fala de Raquel Giffoni, setembro, 2016)

Consultamos o Termo de Ajustamento de Conduta da REDUC para a conferência das assinaturas e confirmamos que foi assinado por Carlos Minc Baumfeld, Secretário do Estado do Ambiente (SEA), Antonio Carlos Freitas Gusmão, Presidente da Comissão Estadual do Ambiente (CECA), composta por todas as secretarias, Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos, Presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Denise Marçal Ranbaldi, Vice-presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e João Ricardo Berusso Lafraia, Gerente Geral da REDUC/Petrobras representando a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. O TAC- REDUC foi assinado por quem licencia e quem quer a licença. Constatamos, então, que não tinha o

Ministério Público em nenhuma das instâncias estadual ou federal. A ideia é de parceria. Termo de Ajustamento de Conduta que entre si celebram.

Neste diálogo ressaltamos que não houve a participação dos movimentos sociais, sindicatos, moradores, ONGS ambientalistas, grupos de pescadores e pescadoras, grupo de mulheres, secretarias públicas, como da saúde, do meio ambiente, da segurança pública, da educação, ou seja, foram decisões e acordos tomados apenas entre a empresa poluidora e o órgão que é considerado “legitimado” perante a lei para este feito. A questão é: a população que ali reside e é diretamente atingida pelos crimes ambientais da REDUC, empresa poluidora, e os diversos movimentos sociais de lutas por melhores condições e qualidade de vida não são considerados legítimos?

Com a análise do documento do TAC-REDUC foi possível constatar que as práticas de acordos realizadas neste Termo de Ajuste de Conduta para as reparações dos danos ambientais causados pelas degradações criminosas cometidas pela REDUC/Petrobras justifica o que consideramos injustiças socioambientais. Nesse sentido temos como direcionamento Acsehrad (2010) ao considerar que:

[...] injustiça social e degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria então que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e de retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. (ACSELRAD, 2010, p. 109).

Dessa forma, e a partir das falas das oficinas, das entrevistas e das conversas que apresentamos anteriormente, podemos, então, afirmar que há desigualdade e injustiça ambiental na região da Baixada Fluminense com destaque aos municípios e regiões de nossa pesquisa. Portanto, esta é uma realidade – afirmada pelas entrevistas, pesquisadores e pelo próprio TAC, exemplo da existência de problemas e contaminações. Por outro lado, a REDUC/Petrobras apresenta um discurso controverso, enfatizando atividades e ações relacionadas à sustentabilidade, às suas responsabilidades sociais e à EDUCAÇÃO, que é parte importante dessas ações da empresa. Com estas constatações e com o olhar para o discurso midiático da REDUC/Petrobras no que tange o relacionamento com as comunidades, relatamos no item abaixo a Educação Ambiental que a REDUC/Petrobras apresenta em seus diversos canais de divulgação, como o site eletrônico da Petrobras, o Relatório de Sustentabilidade e o TAC-REDUC, suas práticas de redução dos impactos e como afirmam amenizar as degradações do meio ambiente através de programas e projetos socioambientais.

4.3 A educação ambiental e as injustiças: Contradições do discurso da REDUC/PETROBRAS com o das mulheres

Neste item, apresentaremos as informações pesquisadas no site eletrônico a respeito do modo como a REDUC/Petrobras realiza suas práticas de Educação Ambiental demonstrando a maneira como mantém sua relação entre sociedade, meio ambiente e comunidades. Definimos essa demonstração em três itens para um melhor entendimento do processo das práticas da Educação Ambiental relacionadas às condutas dessa empresa: o discurso, as ações e os impactos da REDUC/Petrobras para a sociedade, o meio ambiente e as comunidades, apresentando essas informações através do site eletrônico da REDUC/Petrobras, do Relatório de sustentabilidade e do TAC-REDUC.

O primeiro item foi descrever literalmente o discurso disponibilizado nos documentos acima investigados. O segundo foi apresentar as ações realizadas pela PETROBRAS, que promovem a redução dos impactos ambientais no meio ambiente, e o terceiro foi apresentar os impactos da REDUC/Petrobras no meio ambiente, da maneira que ela explicita. Nesse momento, a intenção é apresentar o discurso de forma descritiva e de elaboração da própria REDUC/Petrobras. No entanto, também nos apoiamos para a construção dessa parte das oficinas, das conversas nas comunidades e das próprias discussões do GT-Mulheres do FAPP-BG.

Primeiro, apresentaremos o discurso da REDUC/Petrobras e, depois, as falas das mulheres, buscando, no final, identificar contradições e/ou controvérsias sobre o tema deste capítulo.

4.3.1 O discurso da REDUC/PETROBRAS - Desenvolvimento Sustentável e o cuidado ambiental

O primeiro ambiente escolhido para investigar sobre o discurso, as ações e os impactos relacionados às questões ambientais e os seus impactos de degradação no meio ambiente foi o sítio eletrônico da REDUC/Petrobras¹⁷. É fundamental iniciar este item relatando o discurso da REDUC/Petrobras em se tratando da definição de política de responsabilidade social desta empresa, com destaque para o diálogo dos confrontos

¹⁷ Disponível no endereço: <<http://sites.petrobras.com.br>>.

das falas entre a REDUC/Petrobras e as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, conforme abaixo, cópia do sítio eletrônico da referenciada empresa:

Responsabilidade social, para nós, é a forma de gestão integrada, ética e transparente dos nossos negócios e atividades e das nossas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social (PETROBRAS).

O discurso da REDUC/Petrobras em seu sítio eletrônico descreve também o seu compromisso quando se refere ao relacionamento com as comunidades, apresentando os seus objetivos:

Manter um relacionamento ético e transparente com as comunidades próximas aos locais onde atuamos é um dos nossos compromissos. Por isso, avaliamos os possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas atividades e valorizamos o diálogo permanente, promovendo reuniões, fóruns de discussão e estimulando o desenvolvimento da cadeia produtiva das economias locais. Ao conhecer a realidade que nos cerca, podemos respeitar a diversidade e contribuir para a qualidade de vida das comunidades (PETROBRAS).

E com relação aos riscos de doenças afirmam:

Para reduzir riscos à saúde humana e ao meio ambiente, nossas operações contam com planos de ação e simulados de emergência e nossa força de trabalho passa por frequentes cursos de capacitação. Além disso, patrocinamos uma série de projetos ambientais voltados para mitigar emissões de carbono, proteger ambientes e espécies ameaçadas e conservar a biodiversidade (PETROBRAS).

Com essas informações é possível apontar as contradições entre a realidade da população atingida e o discurso da REDUC/Petrobras referente à vida da população que reside em áreas onde estão instaladas as refinarias de petróleo e suas implicações na saúde e na vida do planeta em que vivemos. Nosso questionamento está na maneira como se dão essas políticas e ações relatadas pela empresa. Essas informações serão problematizadas a partir das falas relatadas pelas mulheres do GT-Mulheres no decorrer deste capítulo. No entanto, ainda traremos no item abaixo outras informações das ações realizadas pela REDUC/Petrobras, com intuito de promover ainda mais o debate a respeito dos impactos por ela causados.

4.3.1.1 As ações ao desenvolvimento sustentável

Em relação ao discurso da REDUC/Petrobras referente ao relacionamento com as comunidades, com o investimento social e ao apoio a princípios e iniciativas, pesquisadas no sítio eletrônico da REDUC/Petrobras, estão disponibilizadas para consulta uma série de informações sobre as ações da empresa. Apresentamos nessa pesquisa as informações pertinentes ao debate ambiental realizado pela REDUC/Petrobras relacionadas a população atingida pelos impactos de degradação causados ao meio ambiente e aqui apresentados pelo seu setor midiático:

Programa Petrobras Agenda 21:

A Agenda 21 é uma metodologia que surgiu na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) para a criação de planos comunitários e locais de desenvolvimento sustentável. O Programa Petrobras Agenda 21 já funciona em mais de 200 comunidades nas áreas de influência de nossas unidades. Os planos são elaborados pelas próprias comunidades e contam com a participação de outros atores sociais e a mediação de instituições facilitadoras (PETROBRÁS).

Programa Petrobras Socioambiental:

O Programa atua em temas socioambientais relevantes para a Petrobras e para o país, articulando iniciativas que contribuem para criar soluções e oferecer alternativas com potencial transformador e em sinergia com políticas públicas. Considerando o mesmo horizonte de tempo do Plano de Negócios e de Gestão da Companhia, o Programa Petrobras Socioambiental 2014-2018 trabalhará esses temas de maneira dinâmica e sistêmica, com investimentos em práticas voltadas para um ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente equitativo, gerando resultados para a sociedade e para a Petrobras. O Programa Petrobras Socioambiental foi lançado em novembro de 2013, a partir da experiência de programas anteriores. A iniciativa reúne os Programas Petrobras Desenvolvimento & Cidadania e Petrobras Ambiental, além de incorporar e ampliar os programas Petrobras Esporte & Cidadania e Integração Petrobras Comunidade. Esses programas contribuíram ao longo dos anos para o fortalecimento da sociedade civil e da democracia, com a inclusão social de grupos historicamente discriminados, valorização de agendas sustentáveis de desenvolvimento e implementação de tecnologias sociais (PETROBRÁS).

Segundo a REDUC/Petrobras, estes programas trabalham com o conceito de desenvolvimento sustentável e de promoção dos direitos, com foco na participação democrática e controle social, na equidade de gênero, na igualdade racial e na inclusão de pessoas com deficiência. Segundo o sítio eletrônico da empresa, suas linhas de atuação são referendadas com foco na educação, no direito da criança e do adolescente,

na água, na biodiversidade, nas florestas e clima, na produção inclusiva e sustentável e no esporte (PETROBRAS).

As ações de Educação Ambiental pesquisadas no sítio eletrônico da REDUC/Petrobras estão disponibilizadas para consulta de livre acesso. Assim apresentamos, também, nessa pesquisa as informações pertinentes ao debate travado sobre as desigualdades, as injustiças ambientais e a relação dessas ações de educação ambiental realizadas pela REDUC/Petrobras com a população atingida pelos impactos de degradação ao meio ambiente.

Nessa direção, vale destacar a problematização da proposta na linha de atuação da REDUC/Petrobras referindo-se à questão das mulheres, da educação, da água e dos impactos que causam ao descreverem em seu sítio eletrônico as atividades que realizam a esse respeito, na região onde suas refinarias estão instaladas, nas questões de:

Educação:

Apoio a iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano integral, seu preparo para o exercício da cidadania, o respeito ao meio ambiente, a promoção dos direitos humanos e a qualificação para o acesso ao trabalho decente. Neste contexto, a educação é entendida de forma ampla e inclusiva, como estratégia de enfrentamento às desigualdades, promovendo a articulação entre os diversos atores sociais envolvidos nos processos formativos. Fazem parte desta linha projetos relacionados à: Educação para o Trabalho; Educação de Jovens e Adultos; Educação Ambiental; Educação Complementar; Educação para Direitos Humanos (PETROBRAS).

Água:

Apoio a iniciativas que têm como objetivo garantir o acesso universal e a sustentabilidade do uso da água, fator crítico para a garantia da vida e para o desenvolvimento humano, tanto no campo como nas cidades. Inclui ações ligadas à gestão de recursos hídricos e ao uso racional da água, no que tange à conservação e/ou à melhoria da disponibilidade de água em termos de qualidade e quantidade, incluindo a proteção de nascentes e matas ciliares, além do uso sustentável deste recurso. Fazem parte desta linha projetos relacionados à: Gestão dos Recursos Hídricos; Segurança Hídrica (PETROBRAS).

Com relação às ações relacionadas à Política e Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, a REDUC/Petrobras afirma que “Nossas atividades de segurança, meio ambiente, eficiência energética e saúde são orientadas por uma política e 15 diretrizes que contemplam diversos temas.” (PETROBRAS). No que tange aos Recursos Hídricos, ela afirma: “Procuramos adotar tecnologias menos intensivas em uso

de água, otimizar os processos de produção e implantar tecnologias que permitem o reuso de água”.

Após essas informações coletadas apenas no sítio eletrônico da REDUC/Petrobras e nos relatos apresentados nas falas das mulheres que participam desta pesquisa, já é possível perceber as controvérsias do discurso dessa empresa e a realidade em que vivem a população caxiense. No próximo item, apresentamos as informações do segundo ambiente pesquisado para contribuir na construção desta pesquisa com o GT-Mulheres do FAPP-BG, através da leitura e da de informações específicas sobre a problemática dos impactos e degradações ambientais investigadas no Relatório de sustentabilidade (2015), da empresa REDUC/Petrobras.

4.3.1.2 O Relatório de sustentabilidade da Petrobras

Em primeiro lugar, nesse item de coleta das informações previstas, apresentamos o discurso do atual presidente da Petrobras¹⁸, Pedro Parente, sobre a postura socioeconômica desta empresa e sobre o futuro da mesma, conforme descrito por ele na página de apresentação do relatório investigado:

Temos metas ambiciosas e nossos valores fundamentais - respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; ética e transparência; orientação ao mercado; superação e confiança e resultados - serão nossos melhores guias. Em dezembro de 2018, seremos uma empresa que terá se renovado e estará pronta para uma nova fase de crescimento sustentável, realista e norteada pela ética. Esses direcionamentos nos permitirão gerar valor para os nossos empregados, para a companhia, para os nossos acionistas e para a sociedade em que vivemos. Eles também nos ajudarão a atuar num mercado de energia que está em grande transformação. Por isso, nada mais oportuno que reafirmar o nosso compromisso com o Pacto Global das Nações Unidas que nos estimula a avançar em iniciativas voltadas ao respeito e apoio aos direitos humanos, a práticas de trabalho justas, à preservação do meio ambiente e ao combate à corrupção. A Petrobras que estamos construindo é uma empresa com excelência nas áreas técnica, econômica, social e ambiental. Pedro Parente – Presidente. (Mensagem da Presidência da PETROBRAS, Pedro Parente, maio de 2015, p. 05).

Após a leitura do discurso do atual presidente da REDUC/Petrobras, prosseguimos na investigação buscando informações relacionadas aos impactos de degradação citados pela empresa que investigamos nesta pesquisa-ação relacionadas às contaminações das águas que impactam a saúde de todo o meio ambiente. Neste

¹⁸ A REDUC é uma refinaria da Petrobras e, portanto, suas empresas estão subordinadas as mesmas políticas e diretrizes de segurança, meio ambiente e saúde. No caso, as ações de sustentabilidade da REDUC fazem parte deste relatório.

caminho, encontramos no relatório em pesquisa, o *discurso* dos impactos conforme apresentarei no quadro abaixo, dando destaque para os itens por eles definidos.

Quadro 1: Conceitos/discurso da Petrobras acerca da água. Fonte: Autor.

Conceito	Definição
Uso da água	<p>Temos como objetivo reduzir ao mínimo nossos impactos, ao utilizar de forma racional recursos, como água, energia e materiais, e ao realizar a gestão das nossas emissões atmosféricas e da geração de resíduos e efluentes. Com foco na proteção da saúde, da vida e do meio ambiente, trabalhamos para identificar, controlar e monitorar os riscos das nossas atividades e, assim, alinhar a segurança dos nossos processos às melhores práticas internacionais. Buscamos nos manter preparados para eventos críticos e emergências, por meio de um sistema de contingência com ações imediatas e eficientes. (2015, p.54).</p> <p>Ao longo de 2015, captamos 213,3 milhões de metros cúbicos de água doce para nossas atividades operacionais e administrativas. Utilizamos 227 fontes de captação, sendo 170 localizadas no Brasil, que responde por cerca de 90% do volume total de água doce que captamos. No país, os limites máximos de retirada de água doce do ambiente são estabelecidos pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão de recursos hídricos, considerando critérios hidrológicos e os múltiplos usos humanos e ecológicos da água dentro de uma bacia hidrográfica. (2015, p. 64).</p>
Recursos Hídricos	<p>Nossa gestão de recursos hídricos tem como princípio básico a constante busca pela racionalização do uso da água, visando garantir suprimento necessário às nossas atividades e contribuir com a sua conservação nas áreas de influência de nossas instalações. As ações que visam minimizar o uso da água nas nossas atividades reduzem, por um lado, as nossas necessidades globais de captação e a nossa dependência desse insumo e, por outro, ampliam a disponibilidade do recurso para o seu uso pela sociedade. Buscamos a adoção de tecnologias pouco intensivas na utilização da água, a minimização do seu uso nas operações e processos, o reuso e a identificação de fontes alternativas de suprimento, sempre considerando os fatores disponibilidade hídrica local e viabilidade técnicas econômica das ações. (2015, p. 63).</p> <p>Avaliamos preliminarmente a exposição de nossas instalações a riscos de escassez por meio do “Índice de Risco de Escassez Hídrica”, ferramenta desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) capaz de fornecer subsídios sobre onde priorizar a adoção de medidas mitigadoras de risco e investimentos em segurança hídrica. (2015, p.65).</p>
Comunidades	<p>Em relação às comunidades que vivem no entorno dos nossos empreendimentos, desenvolvemos regularmente ações de relacionamento com moradores e lideranças locais para informar e esclarecer sobre a nossa atuação, riscos associados e precauções a serem tomadas, além de levantar demandas e divulgar iniciativas diversas. (2015, p.25).</p>

A partir das explanações dos discursos coletadas do Relatório de sustentabilidade (2015) da REDUC/Petrobras, iniciamos a busca das afirmações descritas neste mesmo relatório às ações de sustentabilidade realizadas por esta empresa, conforme destaque:

Compreende-se que tanto no sítio eletrônico da REDUC/Petrobras, como no próprio Relatório de sustentabilidade há uma preocupação com o meio ambiente e com os riscos advindos desta atividade de extração, de refino e de transporte de petróleo e seus derivados por parte da empresa. No entanto, a mesma admite que suas atividades sejam de altos riscos, causadores de grandes impactos ao meio ambiente e às populações e afirma que se preocupa com os mesmos.

Conforme o Termo de Ajustamento de Conduta da REDUC/Petrobras (TAC-REDUC), destacamos que essa empresa é uma refinaria da Petrobras do ano de 2011 e que este documento, até o presente momento, foi o único elaborado em decorrência dos crimes ambientais, dos vazamentos e das consequências dos riscos que a empresa é responsável. Isso é afirmado pela própria empresa. Para tanto, na parte seguinte, apresentaremos alguns destaques, relevantes para esta pesquisa, do documento oficial construído em acordo entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – REDUC/Petrobras.

4.3.1.3 O TAC-REDUC: impactos e danos da REDUC/PETROBRAS no solo, nas águas e no ar do município de Duque de Caxias.

O TAC-REDUC foi elaborado pela Secretaria do Estado do Ambiente e assinado no dia 11 de outubro de 2011 em conjunto com a Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – REDUC/Petrobras¹⁹. (ver anexo 5).

Chama a atenção o fato verbalizado “celebram o termo entre as partes”, uma “celebração” entre os órgãos de gestão estatal do Rio de Janeiro e a Empresa REDUC/Petrobras, considerada criminosa ambiental. Um crime ambiental há que se celebrar? E a população? E o meio ambiente? No caso da população, como veremos nas partes seguintes, não foi convidada para discutir e elaborar este TAC. Em relação ao meio ambiente, foram os próprios causadores do crime ambiental em acordo com os

¹⁹ Destacamos na parte seguinte a das falas das mulheres e das informações das oficinas, que os motivos reais do TAC foi devido ao vencimento das licenças de operação da REDUC neste mesmo ano. Este documento agilizaria a continuidade das atividades. Ao mesmo tempo, dava conta de ajustar o problema do vazamento ocorrido no ano de 2000, através das multas pagas e dos acordos feitos com os órgãos governamentais do Estado do Rio de Janeiro.

gestores estatais (que receberam os valores das multas para obras não diretamente impactadas pelo crime) que acordaram entre si.

No Termo de Ajustamento de Conduta da REDUC/Petrobras foram lavradas oito considerações. Dentre elas, destacamos três que chamam atenção para a responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da empresa pelos crimes cometidos, que são condição essencial à problemática desta pesquisa e à manutenção das vidas não só do Estado de Rio de Janeiro, mas de toda a população brasileira e dos emigrantes residentes na Baixada Fluminense. A primeira consideração ocorre primeiro parágrafo do documento, que reza:

Considerando nos termos da Constituição Federal todos tem direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, entendido esse como um conjunto de condições, leis, influências ou interações de ordem física, química e biológica que permite, obriga e rege a vida em todas as suas formas. (Art. 225. Caput da Constituição Federal de 1988 e Art. 3º, Inciso I da Lei Federal nº 6.938 de 81, p.29).

A consideração do segundo parágrafo:

Considerando o Art. 261 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, é dever do poder público, a defesa e a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações. (p.29).

E, ainda, a consideração do quinto parágrafo que:

Considerando o compromisso do Estado do Rio de Janeiro, no sentido da viabilização de uma política ambiental voltada para o incremento da qualidade de vida da população e a geração de emprego e renda compatível com o desenvolvimento econômico sustentável. (p.29).

Tratando-se das “considerações” do TAC-REDUC em destaque acima é possível perceber que existe um discurso relatado, lavrado e registrado neste documento pelas partes, INEA, CECA, SEA e REDUC/Petrobras, assumindo compromisso e responsabilidade com a Constituição Federal, de 1988, no art. 225, e com o Art. 261, da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, que não condizem com as medidas que deveriam ser tomadas para a melhoria da qualidade ambiental do bairro de Campos Elíseos e demais bairros atingidos pelos danos causados pela REDUC/Petrobras, conforme a Cláusula Quarta do TAC-REDUC (p.32), conforme afirma o Relatório de sustentabilidade e conforme divulga o sítio eletrônico da REDUC/Petrobras.

Os bairros atingidos pelos impactos da degradação ambiental causadas pelos crimes ambientais cometidos e assumidos pela REDUC/Petrobras continuam em total abandono, sem a realização das obras de drenagem de águas pluviais do entorno da REDUC, que eram compromissos firmados entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a REDUC/Petrobras. Para tanto, a seguir vamos apresentar as falas das mulheres identificando outros itens em contradição ao discurso da REDUC/Petrobras relacionado aos temas de nossa pesquisa.

4.4 A educação ambiental das mulheres do GT-mulheres do FAPP-BG: Saberes, ações e as falas das mulheres de Parque Paulista e Parque Colonial sobre as águas.

Na pesquisa de campo procuramos dialogar com as moradoras dos bairros delimitados com o intuito de perceber quais eram os discursos relacionados aos impactos e danos causados pela REDUC/Petrobras na vida da população que ali reside e que apresentam as contradições do discurso da REDUC/Petrobras.

Nessa perspectiva, apresentamos aqui alguns dos discursos que foram mais enfáticos nas falas das mulheres do GT- Mulheres, de moradores, de convidados com o qual dialogamos, tanto nas oficinas de formação, quanto nas ruas dos bairros ou nas entrevistas pessoais. No bairro de Campos Elíseos onde está instalada a REDUC/Petrobras foram bastante expressivos os discursos sobre os impactos nas águas em suas diversas condições conforme relatos abaixo:

Falta de água:

Em Duque de Caxias isso é muito significativo porque a gente tá num bairro que não tem água e que concorre então com o abastecimento de água com a refinaria porque a refinaria tem água. E a refinaria não tem pouca água. Ela tem uma quantidade de água que daria para abastecer 200.000 (duzentas mil pessoas). Aqui em Campos Elíseos a gente supõe que pessoas sem água chegue a 60.000 (sessenta mil pessoas). Então a água ela é suficiente. Não é que não existe a água. Ela existe. Só que ela existe na indústria e não existe na população. Então esse é o primeiro ponto que a gente bate porque essa lei não tá sendo respeitada. (Fala da professora Bianca Dieile - Oficina Mulheres e a Legislação Ambiental, julho, 2016).

Qualidade da água:

Vim fazer uma pesquisa da água aqui em Campos Elíseos sobre a qualidade da água. O acesso à água. (PROURB/UFRJ). Tem várias pessoas. As pessoas... a grande maioria tem poço, mas não usa mais o poço. Tem muita gente. Inclusive só tem duas que tem poço ainda, mas não usa mais. Eles dizem que a água não serve pra uso e que a água é de péssima qualidade. É como você falou Bianca. A pessoa tem que ter o dinheiro pra comprar,

mesmo com essa água que pegam na adutora eles tem sempre que custear a água para o consumo! Porque a água do rio não é boa. (trecho da fala de Edilene Estevam na oficina sobre Legislação Ambiental, julho, 2016).

Contaminação das águas:

Nós temos só aqui em Campos Elíseos, 13 áreas contaminadas que já foram homologadas pelo Instituto de Meio Ambiente - INEA. Então nós temos uma mistura de águas contaminadas por falta de água de rede então você começa a usar a água que vem de outros pontos e essas águas elas oferecem riscos então é praticamente uma fábrica de problemas. (Fala de Bianca Dieile, julho 2016).

No bairro Parque Paulista, o discurso sobre os impactos também foram enfáticos com relação às contaminações das águas.

Falta de água da rede de abastecimento público:

Leonel Brizola que veio a candidato. Ele fez a campanha aqui no Parque Paulista ele botou a água pra gente toda. (referência ao ano de 1982- quando foi eleito à Governador do Estado do Rio de Janeiro). A água subia pras caixas sem a gente ter bomba. Subia direto, entendeu? Depois que vieram fazer a pista aqui na rua. Aí pronto! “Quando é nas campanhas os prefeitos, vem todo mundo, os vereador vem tudo pra cá dizer que promete água, mas nunca eles bota a água. “Agora eu só queria entender isso. (Fala da tia Angélica na oficina Mulheres, Contaminação dos Mananciais, agosto, 2016).

Contaminação dos poços perfurados:

Aí o rio, oh! Não dá nem pra se olhar a água que a água tá parecendo café com leite. Os poços? Secaram a água. A água num serve pra nada! A gente toma banho daqui a pouco tá se coçando. A gente tem que ficar comprando creme pra passar creme. As crianças, muitas crianças dá diarreia. E doença? Muitas doenças, muitas tosses. É olha é tanta coisa que vou te contar. (Tia Angélica – Moradora de Parque Paulista - Empregada doméstica, aposentada e coordenadora do Grupo Tia Angélica - GTA em entrevista, agosto, 2016).

Com relação à falta de água para a população, Tia Angélica faz uma crítica aos gestores públicos sobre descaso com os moradores ao reivindicarem seus direitos. Além disso, fala sobre a relação entre a falta de água para a população e a abundância de água para a REDUC/Petrobras:

Cortaram nossa água aqui. A CEDAE nunca bota água pra gente. Eu já fiz abaixo assinado, já fiz tudo. Já levei pra CEDAE, levei pro Governador, entendeu? E eles nunca botam água pra gente, mas na... na REDUC tem mais de 3 ou 5 mil litros d'água lá pra eles gastar por dia, sabe. Agora por que que na REDUC tem e a gente comunidade num tem?. Porque na REDUC tem água a vontade: pra jogar fora, pra fazer tudo que é trabalho que eles querem e pra gente comunidade não tem. E somos pertinho da REDUC!!! A gente não mora tão longe assim, entendeu. Parque Paulista daqui a gente tá vendo a luz da REDUC lá! O fogo que sai lá da REDUC. A questão da água que eu

também esqueci: Porque vocês sabem que a gente tem poço artesiano aqui mas a água não dá pra gente beber. (Trechos de entrevista com Tia Angélica de Parque Paulista, agosto, 2016).

Uma questão que foi relatada pela senhora Adailce e pela senhora Celina se refere às enchentes que ocorrem no verão e os danos que causam na saúde da população e que a REDUC deveria realizar obras para drenagem de águas pluviais, o que melhoraria a qualidade de vida da população, uma das medidas do TAC-REDUC (2011), conforme já citado anteriormente:

Quando tem enchente a gente não deixa as crianças colocar o pé na enchente porque tá ligado em doenças. As doenças dos ratos, né. E eu também peguei uma micose aqui que levou dois anos. Dois anos. Na perna. Agora no momento que tá bem Graças a Deus que tá bem. Mas gastei foi muito. Porque eu pisava. Tinha que pisar pra fazer as coisas. Gastei foi muito. Pomada, antibiótico. (Trecho de entrevista com a Senhora Adailce – moradora de Parque Paulista, agosto, 2016).

O relato da entrevista com a senhora Celina também dá indícios de doenças ligadas a contaminação das águas demonstrado em sua fala:

Eu tive um pequeno problema no intestino e tive internada no Servidor do Estado. Fui bem tratada graças a Deus. E esse tratamento levava cinco anos pra eu recuperar o que eu perdi. Tive um tumor no intestino. O tumor tirou, mas a diferença que não era câncer o tumor, né. O médico falou que não era. Era só um tumor comum. Mas eu já era aposentada. Trabalhei. E agora graças a Deus. Seis anos eu tive o tumor. Foi no intestino grosso. Pra baixo do anel do intestino. Então ele foi queimado. Eu fiz química e a radioterapia. Fiz as duas. Foi queimado. Depois eu fiz trinta e uma radioterapias. Ele foi queimado e dissolveu a poder de queimado e remédio. E eu botei ele pra fora. Botei muito pra fora. E isso pra mim foi uma benção, uma glória. Jesus me deu essa benção e essa força, Graças a Deus. Porque eu botei meu tumor pra fora ele líquido e os pedaços pra fora. (Trecho de entrevista com Dona Celina, moradora de Parque Paulista, agosto, 2016).

Outra questão relacionada às doenças por poluentes e ao descaso do sistema de saúde do município é a realidade da condição de vida relatada pela senhora Adailce. Em um dos trechos da entrevista que realizamos, ela fala a respeito da doença acometida em seu filho quando tinha apenas três meses de vida:

Eu tenho um filho deficiente que nem sempre que eu posso tô na luta. Eu queria tá junto, mas eu não posso. Eu tenho meu filho deficiente! Paralisia cerebral. Ele deu uma febre com três meses de idade. Eu corri pra o posto ali. Sempre eles falavam que era virose, virose, uma virose aí fui pro particular e quem descobriu foi o Doutor Celso de Santa Cruz. Que foi Meningite Meningocócica e isso provocou a paralisia cerebral. Mas corri muito pra descobrir. Mas o posto não descobriu. Não fez os exames na hora que tinham que fazer. Aquela febre de 40 e poucos. Com a demora quando cheguei ao particular já tinha cozinhado o cérebro dele. A idade dele hoje é 28 anos. Foi em 1988. (Trechos da entrevista da senhora Adailce, moradora do Parque Paulista, agosto, 2016).

No bairro Parque Colonial, entre os discursos destacados surgiu também a questão da condição social, ou seja, a relação da falta de água com a condição da pobreza, relatada pela senhora Lilian:

E... Assim, eu vim morar aqui no Parque Colonial em 1996 casei, e vim morar no Parque Colonial ai quando cheguei aqui me deparei com uma situação totalmente diferente. Porque a água aqui, ela é da rua né? Que a gente chama água da rua, mas a água não é abundante, entendeu? A falta de água aqui é intensa. E pra gente criar, principalmente eu que tive dois filhos, sem a água, sem a presença da água é muito difícil. É... Porque a situação da gente não é muito estável né! Nós temos uma situação financeira que ainda não é estabilizada. E você sem a água, você se sente mais pobre ainda. Porque a riqueza, o bem da pessoa que não tem tanta condição financeira é a água, a luz né, o saneamento básico, essas coisas e infelizmente aqui não é isso que acontece do nada a água falta. De 30 dias 20 a 22 ficamos sem a água. (Trecho de entrevista com de Lilian Salles de Parque Colonial, setembro, 2016).

Outra questão que surgiu, também, no bairro Parque Colonial foi à relação das doenças com as enchentes no verão:

Moro aqui desde 1974. Moro há 42 anos. Já vi muitas enchentes por aqui. Vivenciar o caso das enchentes é muito grave. Tive em casa problema de saúde, tuberculose, eu já tive um AVC e minha mãe teve câncer de mama. Já foram várias enchentes. Em 84 minha mãe ficou com água dentro de casa por cinco dias diretos. Em 2010 teve uma pior, muita lama e doenças pioraram hepatite, infecção no pé, minha filha teve infecção urinária e muito lixo. A gente tem que entrar na água, né? Não tem jeito. Vieram três caminhões para tirar o lixo só da minha rua. Móveis todos perdidos. Ficamos sem água. Comprar carro-pipa. R\$280,00. A maioria que pode constrói cisterna. Se a gente ficar uma semana com água no mês é uma alegria. Hoje eu acordei as 3horas da madrugada pra encher a cisterna. (Trechos da entrevista com a senhora Elisa – moradora de Parque Colonial, setembro, 2016).

A partir dos relatos dos discursos da REDUC/Petrobras em seu sítio eletrônico, no Relatório de sustentabilidade e na elaboração e assinatura do TAC-REDUC em confronto com os relatos das falas das mulheres que participaram desta pesquisa compreendemos que: não há no site eletrônico da REDUC/Petrobras nenhuma apresentação e/ou divulgação dos impactos de degradação e crimes socioambientais cometidos pela REDUC/Petrobras; não há nenhuma citação ou comentário a respeito dos danos causados pela REDUC/Petrobras à população de Duque de Caxias e das cercanias da Baía de Guanabara. Percebemos e afirmamos, também, que no Relatório de sustentabilidade da REDUC/Petrobras só há um único dano citado e a empresa se isenta da responsabilidade, alegando que o acidente foi causado por vandalismo conforme o relatamos: “Em junho, registramos vazamento de óleo cru no oleoduto que liga o Tebig

à REDUC/Petrobras, provocado por vandalismo”. (Relatório de Sustentabilidade, 2015, p.69)

Em diálogos com a comunidade dos bairros da pesquisa, com as mulheres entrevistadas, com as mulheres do GT- Mulheres e com os convidados das oficinas de formação, o foco central da crítica na questão dos impactos causados pela REDUC/Petrobras se refere veementemente às contaminações das águas dos rios que cortam os bairros de Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial por contaminantes e poluentes despejados pela REDUC/Petrobras e pelas indústrias que compõe o Polo Petroquímico nas águas dos rios que cortam o município de Duque de Caxias. Estas águas deveriam ser tratadas e distribuídas para o consumo humano e para o uso nos afazeres diários das residências da população.

Outra crítica é a abundância da água distribuída para a REDUC/Petrobras, destinada à produção e refino do petróleo, e a falta de água nas residências da população caxiense, atingindo diretamente os modos e condições de vida de toda a população, mas principalmente das mulheres, que são as que produzem o viver diário das famílias que ali residem.

No próximo item trataremos da Educação Ambiental realizada pelas mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG como forma de demonstrar o que elas percebem sobre este campo de atuação.

4.4.1.1 As mulheres e a Educação Ambiental

Nesta parte iremos explicar as atividades da Educação Ambiental apresentadas pelas mulheres do FAPP-BG e como as mesmas utilizam a Educação Ambiental para enfrentar os danos causados pela REDUC/Petrobras, por exemplo, na contaminação das águas que impactam diretamente a saúde em seus cotidianos; explicar como as mesmas entendem o que é a Educação Ambiental e, por último, dialogar criticamente com esta Educação Ambiental que as mulheres do Gt-Mulheres do FAPP-BG utilizam e a com a Educação Ambiental da Petrobras, no sentido de colocar em confronto as práticas de Educação Ambiental que de fato contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações que residem nos bairros de Campos Elíseos Parque Paulista e Parque Colonial.

No bairro de Campos Elíseos, as mulheres estão inseridas em vários espaços de discussão sobre o enfrentamento das questões ambientais relacionadas aos impactos

causados pela REDUC/Petrobras, que vem atingindo diretamente suas vidas, principalmente no que se trata das contaminações e poluições que afetam a saúde e suas condições de vida. No mês de junho, quando iniciamos a pesquisa de campo neste bairro, a senhora Wanda informou que é coordenadora da Pastoral do Meio Ambiente da Paróquia de Campos Elíseos, a Gabriela Oliveira é secretária e integrante do FAPP-BG e a Edilene do GT-Mulheres do FAPP-BG. Todas já estavam envolvidas em um processo formativo para participarem da pesquisa da UFRJ sobre o acesso à qualidade da água em Campos Elíseos. Além dessa atividade, relatam que:

No mês de junho participamos do Conselho de Saúde, a gente pediu pra que entrasse como pauta o VigiÁgua que é esse sistema de vigilância em água. Porque a gente quer ter acesso a esses dados. Eles não querem. Eles não falam aonde a água tá suja. E eles têm que falar. É obrigação deles. Então a gente tá pressionando eles pra que eles abram esses documentos. Eu tenho um aluno que estudou esse assunto no ano passado e descobriu que Caxias não cumpriu a meta do número de análises. Então a gente pergunta também porque ele não cumpriu a meta. (Fala de Bianca Dieile, julho, 2016).

No mês de julho, já estávamos participando com elas na Reunião mensal do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG; na oficina temática “Mulheres, Educação Ambiental e a Legislação de Recursos Hídricos”; na reunião da pesquisa de acesso à qualidade da água em Campos Elíseos pela UFRJ/IPPUR/PROURB; e na organização no I ECOVIVÊNCIAS: rios da Baixada. Nestas atividades, organizamos ações de formação e informação para o enfrentamento dos impactos causados pela REDUC/Petrobras e pelo Polo Petroquímico. Um exemplo de ação formativa e também de enfrentamento foi a organização da I ECOVIVÊNCIAS: rios da Baixada. Fizemos um giro nas nascentes e nas desembocaduras dos rios contaminados pelo despejo de dejetos e resíduos tóxicos nos rios Iguaçú, Sarapuí e Botas, no qual tivemos a presença de jornalistas e cinegrafistas da França, Itália e Holanda e conseguimos nas entrevistas denunciar os impactos de degradação e poluição das águas da Baixada Fluminense.

No bairro Parque Paulista com o Grupo Tia Angélica (GTA) não é diferente. Várias atividades vêm sendo realizadas com o intuito de denunciar e informar à população que ali reside a respeito das contaminações do lençol freático do Rio Saracuruna e a relação com as doenças que vem aumentando, principalmente, os casos de câncer no intestino, no pâncreas, no fígado e na pele relatados pelas mulheres no período dos 15 dias que ficamos no bairro durante o mês de agosto/2016. Algumas das atividades que foram realizadas em agosto foram: oficina “Mulheres, Educação

Ambiental e a Contaminação dos Mananciais”; reunião de moradores para organizar a atividade da roda de conversa prevista para setembro; visitas nas casas de algumas mulheres acometidas por câncer. No mês de setembro, realizamos também a roda de conversa “O Rio Saracuruna Pede Socorro!”, organizada pelo GT-Mulheres do FAPP-BG e pelas mulheres do Grupo Tia Angélica, com o intuito de discutir a contaminação do rio e também de pensar ações de enfrentamento. Nessa reunião, convidamos a professora da FIOCRUZ Bianca Dieile, que se comprometeu com os moradores em fazer a análise da água do bairro. Tia Angélica e a senhora Aparecida dos Santos iriam fazer a pesquisa no bairro para identificar e registrar as residências que possuem poços perfurados e, a partir desses dados, solicitariam a coleta da água para a análise da FIOCRUZ, através da professora Bianca Dieile.

No bairro Parque Colonial, no Programa de Cidadania do Colonial - PROCIC houve no mês de agosto/2016 um debate com a comunidade sobre as eleições 2016 e sobre a questão da falta de água de rede de abastecimento público: a água é fornecida para a população em apenas sete de cada trinta dias. Houve também um jantar para arrecadação de fundos visando a melhoria do espaço, pois, atualmente, eles têm que alugar o imóvel. No mês de setembro, foi realizada a oficina “Mulheres, Educação Ambiental e o TAC-REDUC”; a participação na reunião mensal do Conselho Municipal do Meio Ambiente e a participação na reunião para organização do Encontro de Saneamento Básico de Duque de Caxias.

Na próxima parte, iremos apresentar as falas das mulheres em relação à Educação Ambiental do GT-Mulheres do FAPP-BG e como as mesmas realizam e entendem por Educação Ambiental.

4.4.1.2 A Educação Ambiental do GT-Mulheres do FAPP-BG

Para Edilene Estevam, moradora do Parque Colonial, desde que se inseriu na militância do FAPP-BG mudou sua maneira de olhar para as questões socioambientais e, atualmente, participando de processos de pesquisa como a do acesso à qualidade da água em Campos Elíseos abriu ainda mais o seu entendimento a respeito dos problemas locais. Ela entende que estes aprendizados contribuirão para a melhoria da qualidade de vida da população da Baixada Fluminense e isso é fazer Educação Ambiental. Em seu relato diz:

Inclusive vim fazer uma pesquisa da água aqui em Campos Elíseos sobre a qualidade da água. O acesso à água. (PROURB/UFRJ). Tem várias pessoas. Inclusive só tem duas que tem poço ainda, mas não usa mais. Eles dizem que a água não serve pra uso e que a água é de péssima qualidade. É como você falou Bianca. A pessoa tem que ter o dinheiro pra comprar, mesmo com essa água que pegam na adutora eles tem sempre que custear a água para o consumo! Porque a água do rio não é boa. (Fala de Edilene, julho, 2016).

Para a professora pesquisadora da ENSP/FIOCRUZ, Bianca Dieile, a oportunidade de troca de saberes entre nós é algo muito enriquecedor e potencializa as lutas, provocando-nos, cada vez mais, a questionar os gestores públicos para cumprirem com suas responsabilidades socioambientais.

A Senhora Wanda moradora de Campos Elíseos também diz que:

É muito importante participar de espaços de formação como o que as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG vem promovendo através de oficinas, pesquisas participantes, intercâmbios, giros nos rios, pois é fundamental aprender para lutar melhor. Saber que somos mulheres, que estamos trabalhando e discutindo essa questão da falta de água para nossa população, o enfrentamento que as mulheres fazem e, exercendo os direitos que elas têm. Essa é uma grande ação. (Fala da senhora Wanda, julho, 2016).

Tia Angélica, moradora do Parque Paulista, afirma que faz Educação Ambiental todo o tempo. Quando alerta os vizinhos e as vizinhas sobre o que está acontecendo no Rio Saracuruna, quando alerta sobre o aumento das doenças no bairro, sobre as contaminações da REDUC/Petrobras, quando socorre a vizinhança levando nas emergências de hospitais ou postos de saúde e exigindo que estas sejam atendidas. Ainda, tem clareza ao afirmar que:

O problema da REDUC atinge nós todos! Essa fumaça o vento traz de lá pra cá, entendeu. E a água também que vem por baixo. Esses óleos vêm por baixo também e atinge nós também, entendeu? Aqui nós estamos quase que a mesma coisa que em Campos Elíseos. Campos Elíseos é praticamente dentro da PETROBRAS. E a gente tá aqui fora, mas eu acho que ainda é pior porque o fumante não sente tanto do que a gente que tá sentindo o cheiro da fumaça. Nós todos somos prejudicados sim. A gente tá aqui do lado. (Fala da Tia Angélica, agosto, 2016).

Na próxima parte apresentaremos de maneira crítica e colocando em confronto a Educação Ambiental da REDUC/Petrobras e a Educação Ambiental que o GT-Mulheres do FAPP-BG utiliza, no sentido de discriminar a Educação Ambiental que, de fato, contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações que residem nos bairros de Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial.

4.4.1.3 Educação Ambiental: O confronto das falas do GT-Mulheres do FAPP-BG com o discurso da REDUC/Petrobras

Conforme já demonstrado no início deste capítulo, no item 4.2.1.1, a empresa Petrobras/REDUC afirma em seu sítio eletrônico que apoia iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano integral, seu preparo para o exercício da cidadania, o respeito ao meio ambiente, a promoção dos direitos humanos e a qualificação para o acesso ao trabalho decente. Segundo o sítio eletrônico, uma das linhas do projeto é a Educação Ambiental e destaca, ainda, que a educação para eles é entendida de forma ampla e inclusiva, como estratégia de enfrentamento às desigualdades, promovendo a articulação entre os diversos atores sociais envolvidos nos processos formativos.

Nas entrevistas com as mulheres dos bairros Parque Paulista e Parque Colonial, uma das questões levantadas foi com relação à participação delas em algum curso ou iniciativa de Educação Ambiental ofertado pela REDUC/Petrobras. As respostas obtidas foram caracterizadoras da controversa existente no discurso da REDUC/Petrobras, apresentadas nos itens anteriores, conforme apresentamos em relatos coletados na etapa das entrevistas pessoais. Tia Angélica, moradora de Parque Paulista, integrante do GT-Mulheres do FAPP-BG e agente desta pesquisa, diz que:

A gente participou de um curso na PETROBRAS. Mas foi de pequenos socorros, entendeu. Que a gente tem o professor era Ariel que passava lá, levava a gente e ensinava pequenos socorros quando a pessoa caía. Todos os primeiros socorros ele ensinou. Incêndio assim quando um botijão tiver pegando fogo, qual é o extintor que a gente usa, qual que não usa, entendeu, mas depois disso eu nunca participei de nada da REDUC. Assim um curso pra eles informar não. (entrevista Tia Angélica, agosto, 2016).

Lilian Salles, moradora de Parque Colonial, afirma:

Eu nunca participei de nenhum curso de Educação Ambiental ofertado pela REDUC. Se existe esse curso que eu nunca ouvi falar. Nunca divulgaram. Se a REDUC oferecesse alguma coisa eles teriam que falar. A gente tá aqui esperando pra receber. Eu acredito que, no fundo, todos nós que nos preocupamos com o ser humano somos capazes de educar ambientalmente porque a gente ensina alguma coisa, aprende alguma coisa todos os dias. A pessoa deve se cuidar, deve cuidar do outro e do ambiente em que ela está. (trecho de entrevista com Lilian Salles, setembro, 2016).

Edilene Estevam, moradora de Parque Colonial, integrante do GT-Mulheres do FAPP-BG e agente desta pesquisa, relata:

Eu não tenho conhecimento de nenhum curso sobre essa parte ambiental oferecida pela REDUC. A única coisa que eu soube é que eles têm um horto, mas não tem divulgação. É fechado. Eles são muito restritos nisso. (trecho de entrevista com Edilene Estevam, Parque Colonial, setembro, 2016).

A senhora Elisa, moradora do Parque Colonial, ao ser entrevistada também desconhece o assunto, “Eu nunca participei de nenhum curso de Educação Ambiental. Eu me considero Educadora Ambiental”. (trecho de entrevista com Elisa, moradora de Parque Colonial).

A professora de Espanhol, moradora do Parque Paulista, Cidra Litlesteinvisch, ao ser questionada sobre sua participação em algum curso de Educação Ambiental ofertado e/ou realizado pela REDUC/Petrobras, relata:

Eu nunca participei não. Curso que a Petrobras ofereceu? Eu confesso que não me lembro disso. Só o GTA que faz e trouxe benefícios principalmente na área de Saúde e Educação Ambiental para o nosso bairro. (Trecho de entrevista de Cidra Litlesteinvisch, agosto, 2016).

Então, poderíamos dizer que o dito acima apresenta aspectos de uma Educação Ambiental em construção, portanto uma proposta de Educação Ambiental do GT-Mulheres do FAPP-BG que foi surgindo a partir de nossas conversas no cotidiano, sobre nossas diversas dificuldades para viver, para criar nossos filhos em Duque de Caxias e tentar compreender ou não se o que fazemos, se o que as mulheres que estão no GT de Mulheres estão fazendo é uma Educação Ambiental e tentar entender qual o sentido do que estamos fazendo. Os problemas ambientais, como a contaminação das águas, são apontados por nós como um dos temas que nos provocou a pensar sobre a Educação Ambiental.

4.4.1.4 Considerações da pesquisa no campo

No município de Duque de Caxias, pode-se dizer que o agente poluidor das contaminações dos mananciais, dos lençóis freáticos, do solo, das poluições do ar, da degradação das matas desde 1961 com sua inauguração é a REDUC/Petrobras, que gerou um Polo Petroquímico.

No bairro Parque Paulista onde Tia Angélica mora e atua como Educadora Ambiental, a situação que é mais crítica. Os moradores são mais atingidos, pois as contaminações estão nos lençóis freáticos, impedindo a utilização dos poços perfurados para o consumo e uso diário, já que não há abastecimento público de água. A situação se

agrava ainda mais com as enchentes no período do verão. Devido a essas situações, existem rumores a partir das constatações diárias entre os moradores sobre aumento de doenças cancerígenas no fígado, pâncreas, pele, intestino entre outras partes do corpo humano, além de meningite meningocócica. O aumento das doenças faz aumentar o trabalho e o cuidado com a família, atividade que recai, mais evidentemente, sobre as mulheres.

No bairro Parque Colonial, onde Edilene Estevam reside, além da contaminação dos poços perfurados, da questão do abastecimento público de água, que é escasso e a liberação da água pela CEDAE acontece apenas durante sete dos trinta dias mensais, há também, os casos das chuvas ácidas e das enchentes no período de verão, acarretando diversos tipos de doenças como tuberculose, pressão arterial alterada, leptospirose, viroses, doenças de peles entre outras.

A pesquisa em Campos Elíseos que Edilene participou representando o GT-Mulheres do FAPP-BG confirma a contaminação dos poços perfurados, a utilização de água bruta/água de reuso pelos moradores, a falta de água da rede de abastecimento público acarretando diversas doenças. Essa pesquisa trouxe, também, novas informações a respeito da abundância de água que a REDUC/Petrobras recebe através da adutora, da violência local com a presença da milícia, do tráfico e da polícia ao entrarem em confronto, das violações dos direitos de ir e vir e da máfia para a venda de água em caminhões-pipa e em galões.

As oficinas temáticas que realizamos contribuíram para o GT-Mulheres do FAPP-BG trazendo maiores esclarecimentos sobre a legislação das águas, sobre como os lençóis freáticos são contaminados e sobre como a empresa REDUC/Petrobras impacta e causa danos em nossas vidas, na saúde, no trabalho, no cotidiano, na produção do viver e, por fim, se isenta das responsabilidades e compromissos assumidos por crimes ambientais ao assinar o Termo de Ajustamento de Conduta com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

No discurso da REDUC/Petrobras visualizamos que a maior importância para esta empresa, tanto no sítio eletrônico, quanto no Relatório de sustentabilidade, é o seu discurso para o desenvolvimento sustentável e a preocupação com os riscos que, de alguma forma, sejam impeditivos para a continuidade de suas atividades de extração, refino e transporte de petróleo e seus derivados.

Com a formação recebida nas oficinas e, também, com as visitas e entrevistas realizadas nos bairros pesquisados ficou evidenciado que a REDUC/Petrobras não se

exime das responsabilidades e admite que suas atividades causem grandes impactos de degradação ao meio ambiente, incluindo as comunidades, demonstrando que se preocupa com isso. Ao assinar o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC-REDUC, reconhece o crime ambiental cometido em decorrência dos vazamentos na atmosfera e nos rios, das explosões, dos incêndios. No entanto, o que indigna o GT-Mulheres do FAPP-BG é que apesar de reconhecer o crime cometido, através da assinatura do TAC-REDUC, a empresa não cumpre com as condicionantes e, ainda, responsabiliza o funcionário individualmente pelo crime através do CPF. A instituição se isenta da medida punitiva e recebe a licença para continuar suas atividades operacionais de produção, conforme relata a professora Raquel Giffoni: [...] “o TAC era justamente pra controlar. [...] um dos termos de ajustamento de conduta era para diminuir a poluição”. Porém, até o presente momento ela não cumpriu.

O TAC-REDUC foi assinado no ano de 2011 e até hoje a REDUC/Petrobras não cumpriu nenhuma das condicionantes referentes aos vazamentos e emissões de poluentes. O Instituto Estadual do Ambiente só enviou a multa no ano de 2014 e, até o momento, a REDUC/Petrobras não efetuou nenhum pagamento.

Com relação à Educação dita pela REDUC/Petrobras, não foram identificadas pela população dos bairros de Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial nenhum tipo de ação, curso, práticas ou incentivo à Educação Ambiental, conforme relatados pelas entrevistadas no item 4.2.2.3 dessa dissertação. Apenas Tia Angélica relatou que participou de um curso de primeiros socorros na REDUC/Petrobras, mas não se lembra em que época.

Conforme relatado no decorrer deste capítulo e também no capítulo III, as mulheres do GT- Mulheres do FAPP-BG foram motivadas a participar, inicialmente, pela injustiça na distribuição de água na região em que a REDUC/Petrobras está instalada. Hoje, ocupamos espaços de resistências dentro do FAPP-BG, nas comunidades, nos Fóruns de Economia Solidária, no Conselho Municipal do Meio Ambiente entre outros espaços, sabendo da importância de apresentarmos os problemas locais, como a falta de água e o impacto negativo que esse dano causa em nossas condições e qualidade de vida.

Nosso maior questionamento é como entender que falta água para as atividades cotidianas das comunidades do entorno da REDUC/Petrobras, mas em nenhum momento falta água para o seu funcionamento.

Esse conflito entre o discurso da REDUC/Petrobras e as falas das mulheres atingidas é o que provoca o GT Mulheres em contribuir para o enfrentamento dos impactos negativos causados pela REDUC/Petrobras, visando discutir, denunciar, formar e informar sobre a escassez e a qualidade da água para o consumo humano na Baixada Fluminense, de apresentar como esse dano coloca nossa saúde e nossas vidas em risco e, também, com o intuito de contribuir para a melhoria da condição de vida da população.

O GT-Mulheres do FAPP-BG participa de diversas atividades que consideram ser de Educação Ambiental, como suas participações nos espaços de enfrentamentos e resistências ao poder público por meio de solicitações de audiências públicas na Câmara Municipal de Duque de Caxias; denúncias ao Ministério Público Federal; expedição de ofícios para a Rede de Abastecimento de Água e Esgoto – CEDAE (Ver anexo). Concomitante a essas ações, o GT-Mulheres do FAPP-BG participa de diversos espaços de formação política como, por exemplo, o curso Mulheres e Economia, os seminários “Olhares Feministas sobre a Economia Política e o Mundo do Trabalho”, os cursos de línguas estrangeiras em inglês, francês e espanhol na FAETEC - Duque de Caxias. Além disso, possui participação e articulação política em locais de intercâmbios regionais, nacionais e internacionais discutindo o modelo de desenvolvimento petrolífero dependente, junto à Rede de Agroecologia Urbana, à Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Oil Watch, ao Fórum de Variações Climáticas, ao Fórum de Economia Solidária e à Campanha “Nem um poço a mais!”, ente outros.

Como exemplo, destaco alguns trechos das falas no decorrer da pesquisa de campo para a constatação e a complementação da caracterização das injustiças e das desigualdades ambientais no município de Duque de Caxias:

É uma questão muito grave. E o que nós constatamos por um grupo de discussões em relação à REDUC, é a diferença do fornecimento de água que no bairro de Campos Elíseos onde está instalada a REDUC e o Polo Petroquímico. Lá tem água que é fornecida para o Polo, mas a população em si, que foi até constatado pela pesquisa da qual eu participei não tem. (Fala de Edilene Estevam na oficina Mulheres, Educação Ambiental e a Legislação dos Recursos Hídricos, Campos Elíseos, julho, 2016);

Agora só acho engraçado que a gente não tem água aqui. Cortaram nossa água aqui. A CEDAE nunca bota água pra gente. Eu já fiz abaixo assinado, já fiz tudo. Já levei pra CEDAE, levei pro Governador, entendeu? E eles nunca bota água pra gente, mas na... na REDUC tem mais de 3 ou 5 mil litros d'água lá pra eles gastar por dia, sabe. Agora por que que na REDUC tem e a gente comunidade num tem? ...Quando é nas campanha os prefeito, vem

todo mundo, os vereador vem tudo pra cá dizer que promete água mas nunca eles bota a água. Agora eu só queria entender isso! Porque na REDUC tem água a vontade: pra jogar fora, pra fazer tudo que é trabalho que eles querem e pra gente comunidade não tem. E somos pertinho da REDUC!!! A gente não mora tão longe assim, entendeu. Parque Paulista... daqui a gente tá vendo a luz da REDUC lá! O fogo que sai lá da REDUC. (Trecho da fala de Tia Angélica em entrevista).

Com isso, apresentamos os riscos das atividades produtivas da cadeia do petróleo, identificando as contradições entre o dito da REDUC/Petrobras com as consequências geradoras dos documentos por ela relatados e assumidos.

Depois, apresentamos o discurso da Petrobras, tanto do sítio, como de outros documentos, e conforme os mesmos afirmam, a empresa se preocupa com a sustentabilidade, com o meio ambiente e com os riscos de suas atividades ao relatarem:

Em relação às comunidades que vivem no entorno dos nossos empreendimentos, desenvolvemos regularmente ações de relacionamento com moradores e lideranças locais para informar e esclarecer sobre a nossa atuação, riscos associados e precauções a serem tomadas, além de levantar demandas e divulgar iniciativas diversas. (Relatório de sustentabilidade, 2015, p.25).

Nossas atividades devem gerar desenvolvimento econômico, mas também ampliar a qualidade de vida de toda a sociedade. Por isso, fazemos investimentos sociais que refletem o compromisso com a história e o futuro dos países onde atuamos. No Brasil, patrocinamos projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos em sinergia com políticas públicas. Buscamos iniciativas que aliem diversidade, consistência, continuidade e ações sustentáveis. [...]. Além da transferência de recursos financeiros, promovemos capacitações e avaliações que colaboram para a estruturação dos projetos, fortalecendo as organizações e o estabelecimento de novas parcerias, com o Programa Petrobras Socioambiental. (PETROBRAS). Acessado em 17/02/2017.

No entanto, já neste momento, se considerarmos o TAC-REDUC, podemos identificar contradições entre o dito acima com as consequências geradoras deste documento. Compreendemos, ainda, que as ações de compensação realizadas pela empresa se deram em lugares ou atividades não diretamente relacionadas aos atingidos pelo dano causado (população e meio ambiente), conforme reza a cláusula quarta do TAC-REDUC sobre as medidas de colaboração para a melhoria da qualidade ambiental do Estado do Rio de Janeiro, a saber, implantação de Estação de Tratamento do Rio Irajá.

Além disso, durante a oficina “Mulheres, Educação Ambiental e o TAC-REDUC” ficou esclarecido para nós, mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, que havia outro interesse para além da reparação dos danos, o qual era a liberação da licença de operação.

Por fim, apresentamos as ações e as atividades de Educação Ambiental por parte das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, a partir das suas próprias falas ao participarem desta pesquisa-ação. Neste caso, o exemplo de Tia Angélica ao relacionar a questão das contaminações das águas com as doenças no bairro:

Eu vi o sofrimento das mulheres: É tuberculose, é câncer. Por quê? A gente não tem uma água, não tem uma comida, num tem nada digno. Então porque de primeiro eu não via falar nessas doenças. Essas doenças eram raras quando se falava. Entendeu? Agora não. É doença de seio, é doença de útero. É doença no intestino, no fígado, na pele. É câncer daqui é câncer dali. É na cabeça que nem duas vizinhas minha morreu de câncer na cabeça, entendeu. E a falta de ar, problema de coração, entendeu? Tem dois cumpadi meu no hospital com problema de coração porque ele trabalha nessas poeiras toda da REDUC- (se referindo as contaminações por poluição atmosférica) -, entendeu? E muitas doenças, Leila que tem aqui na comunidade. Que é bom mesmo que você ande comigo fazendo essa pesquisa pra você me ajudar a descobrir, entendeu. Porque tem muita doença aqui Leila! Muita coisa aparecendo que a gente nunca viu falar na vida da gente entendeu? (Trecho de entrevista de Tia Angélica – Parque Paulista, agosto, 2016).

Diante das informações coletadas, dos diálogos com a comunidade, das falas das mulheres, dos convidados para as oficinas, diante das apresentações do discurso da REDUC/Petrobras em seu sítio eletrônico, diante da apresentação do TAC-REDUC, do ponto de vista das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, grupo que também integramos, reconhece-se que realizam ações de uma Educação Ambiental que busca por justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa em Duque de Caxias junto com as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG foi fundamental para afirmar que este município é marcado por injustiças e desigualdades ambientais, decorrentes dos crimes ambientais, das degradações e das contaminações do solo, da água e da atmosfera cometidos pela REDUC/Petrobras. Esses danos são causados porque a maior parte dos poluentes da empresa é despejada nos rios da região, conforme constatado e descrito através da investigação realizada, e, ainda, confirmado pela própria empresa em documentos apresentados em seu sítio eletrônico. Essas constatações são a representação destas injustiças.

Cabe destacar que a participação das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG tem como foco inicial e principal de suas lutas as atuações contra as injustiças que atingem, como, por exemplo, a distribuição desigual de água na região, em que a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias (REDUC) garante a maior quantidade de água para o seu processo produtivo, enquanto que para as mulheres falta água de abastecimento público por mais de 20 dias dos 30 dias do mês.

Nessa dissertação o objetivo geral foi contribuir com a organização e com a formação política junto às mulheres do GT- Mulheres do Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara – FAPP-BG, a partir da pesquisa realizada. Essa dissertação de mestrado constitui-se como contribuição à organização e à preparação da promoção de debates sobre o enfrentamento político aos impactos negativos gerados pela REDUC/Petrobras, relacionados aos temas de contaminação das águas e da educação ambiental que promovem.

Já as falas das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG, durante as entrevistas, bem como o discurso dos convidados das oficinas apresentam aspectos de uma Educação Ambiental em construção, portanto, uma proposta de Educação Ambiental do GT-Mulheres do FAPP-BG, que foi surgindo a partir de nossas conversas no cotidiano, nossas diversas dificuldades para viver, para criar nossos filhos em Duque de Caxias e também por problematizar se o que as mulheres que estão no GT-Mulheres do FAPP-BG estão fazendo é uma Educação Ambiental ao tentarmos entender qual o sentido do que estamos fazendo.

Através de mídias diversas, conseguimos realizar, em parte, o objetivo de visibilizar a participação política do GT-Mulheres do FAPP-BG com a reportagem da apresentação do projeto de pesquisa, divulgada na rede de televisão alternativa, Maré na TV (www.youtube.com/watch?v=ce7kqTuDRGA) e na página do FAPP-BG (www.fappbg.com.br). Outras divulgações estão em andamento, como uma reportagem para o jornal local denominado Baixada em Foco, em que Eu e Tia Angélica fomos convidadas para explicar a pesquisa em questão. Esta reportagem está prevista para ser publicada em abril de 2017. Há previsão, ainda, de publicação sobre a pesquisa no JornalEco, do Observatório dos Conflitos Urbanos do Extremo Sul. Outras formas de visibilização das participações políticas do GT-Mulheres do FAPP-BG foram os convites para participações em lançamentos de livros relacionados ao tema e a participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente para apresentação da pesquisa no decorrer da pesquisa de campo, no período de junho a outubro de 2016.

Nesta pesquisa com as mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG que atuam e residem nos bairros pesquisados, a principal missão foi contribuir na formação e na organização das mesmas, e, também, da minha como participante deste grupo. Nessa perspectiva, podemos afirmar que há necessidade de darmos continuidade às ações de enfrentamentos às práticas de degradação da REDUC/Petrobras e também da elaboração de um discurso por parte do GT-Mulheres do FAPP-BG, a partir das informações constatadas e provadas nesta investigação. Esta construção do discurso tem o intuito de avançar nos processos de exigências dos nossos direitos a uma vida digna para nós mulheres, para toda a população caxiense e das cercanias da Baía de Guanabara.

Após esta pesquisa, continuaremos atuando junto com a população atingida e lutando para sobreviver a todas as injustiças e conflitos apresentados neste relatório. Daremos prosseguimento através de estudos a respeito das práticas de degradações e impactos ambientais da REDUC/Petrobras, continuaremos articulando com outros movimentos e grupos de mulheres as denúncias e os crimes ambientais junto ao Ministério Público Federal, reivindicando junto ao poder público municipal, estadual e federal o cumprimento das suas obrigações legais como o de fiscalizar e coibir as práticas criminosas da REDUC/Petrobras, para que reconheçam e cumpram os direitos civis e humanos.

Nesse sentido, considero de fundamental importância à continuação dos estudos nos bairros de Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial para dar

prosseguimento a temática da contaminação das águas e do conflito entre a população que ali reside e a REDUC/Petrobras.

Enfim, ao realizar esta pesquisa de campo em conjunto com mulheres do FAPP-BG, compreendi melhor a importância de nos reconhecer como uma parcela da sociedade civil organizada que se manifesta em defesa dos direitos humanos. Aprendemos que os diálogos potencializam as lutas e fortalecem cada um e cada uma dos atingidos/as para continuar resistindo e pressionando o poder público, formando e informando a população atingida. Esta pesquisa contribui, portanto, para fortalecer ainda mais o nosso comprometimento com a construção e continuação das lutas pela melhoria das nossas condições e qualidade de vida.

Esta pesquisa também sugere ao debruçarmos em sua relatoria a continuidade nos processos investigativos relacionados à saúde ambiental da população dos bairros pesquisados, por esboçarem rumores das doenças como câncer de fígado, pâncreas, pele, intestino; doenças ligadas ao aparelho circulatório; doenças ligadas ao sistema nervoso central, entre outras que estão diretamente relacionadas às contaminações das águas consumidas e utilizadas por esta população. Sugere-se também investigações mais aprofundadas relacionadas à cumplicidade dos órgãos públicos com as empresas privadas em atender as demandas unilaterais da empresa REDUC/Petrobras.

A relevância desta pesquisa se dá no sentido de contribuir a partir/com moradores das comunidades investigadas nos processos de uma educação ambiental para a justiça ambiental, em que a ausência de recursos humanos interessados em trabalhar nos bairros pesquisados foi claramente perceptível.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, a.

_____. Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2004 b, p. 23-39.

ACSELRAD, Henri. Apresentação: de bota foras e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004c. p. 12-13.

ACSELRAD, H; MELLO; Cecília; BEZERRA, Gustavo. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Dossiê Teorias Socioambientais**. Estudos avançados. Vol.24 nº68. SCIELO. São Paulo, 2010, p. 110.

ACSELRAD, H. Apresentação. In: Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG). (Orgs). **50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal**. FASE - solidariedade e educação, 1ª edição. Rio de Janeiro, 2013, p. 12.

ALBUQUERQUE, Catarina de. **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. In: Prefácio. Editores: José Esteban Castro, Léo Heller, Maria da Piedade Moraes. – Brasília: Ipea, 2015. 42.

ALMEIDA, Tania Maria Amaro; BRAZ, Antonio Augusto. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.

_____. Duque de Caxias: de distrito a município. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 12. Edição Especial – outubro de 2013.

ARAVECCHIA, Maria Claudia Klein. **A história do Polo Petroquímico do Grande ABC e da Apolo**. Santo André, SP: Clube Editorial, 2011.

BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Best Bolso. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BULLARD, Robert. **Enfrentando o racismo ambiental do século XXI**. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro; Relume Dumará, 2004. P. 42.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? In: **E-cadernos CES (Online)**, v. 17, p. 168, 2012.

COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL, 2013. **Sítio eletrônico**. Disponível em <racismoambiental.net.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

COSTA, Leila Salles da; SILVA, Bianca Dieile da. VII Encontro e Diálogos da Educação Ambiental. In: **Educação Ambiental e as Mulheres na gestão das águas em cenários de conflitos com a cadeia de petróleo**. Publicado nos Anais do VII EDEA. Novembro, 2015.

COSTA, Maria Angélica Maciel; IORIS, Antônio Augusto Rossotto. O Direito a água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica. In: **Até a última Gota: Complexidade Hidrossocial e Ecologia Política da água na Baixada Fluminense (RJ, Brasil)**, págs. 109 a 128. Editores: José Esteban Castro, Léo Heller, Maria da Piedade Moraes. – Brasília: IPEA, 2015.

COSTA, Pierre Alves. **Duque de Caxias (RJ) de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos de 1950 ao início dos anos de 1970**. Tese (Doutorado) ICHF/ UFF, Niterói-RJ. 339 folhas, 2009.

FADEL, Simone; RIBEIRO, Milena; SILVA, Maria Luiza. **50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país**. 1ª ed. Rio de Janeiro. FASE, 2013. p. 231-235.

GARGALLO, Francesca. Una metodología para detectar lo que de hegemónico ha recogido el feminismo académico latinoamericano y caribeño. **INVESTIGACIÓN FEMINISTA: EPISTEMOLOGÍA, METODOLOGÍA Y REPRESENTACIONES SOCIALES.** (Orgs.) Norma Blazquez Graf, Fátima Flores Palacios, Maribel Ríos Everardo. CEIICH/CRIM - Facultad de Psicología Universidad Nacional Autónoma de México- UNAM. Enero de 2010.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa.** Cadernos de Pesquisa, n. 116, pg. 21-39, julho/2002.

GRAF. Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. **INVESTIGACIÓN FEMINISTA: EPISTEMOLOGÍA, METODOLOGÍA Y REPRESENTACIONES SOCIALES.** (Orgs.) Norma Blazquez Graf, Fátima Flores Palacios, Maribel Ríos Everardo. CEIICH/CRIM - Facultad de Psicología Universidad Nacional Autónoma de México- UNAM. Enero de 2010.

HARDING, Sandra. ¿Una filosofía de la ciencia socialmente relevante? Argumentos en torno a la controversia sobre el punto de vista. **INVESTIGACIÓN FEMINISTA: EPISTEMOLOGÍA, METODOLOGÍA Y REPRESENTACIONES SOCIALES.** (Orgs.) Norma Blazquez Graf, Fátima Flores Palacios, Maribel Ríos Everardo. CEIICH/CRIM - Facultad de Psicología Universidad Nacional Autónoma de México- UNAM. Enero de 2010.

HOLZER, Werther; MARADOLA Jr, Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. IPEADATA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dados macroeconômicos. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>, acesso em 23/11/2010.

JORNAL BRASIL DE FATO. **Uma visão popular do Brasil e do mundo:** alta de água é problema antigo na Baixada. Ano 2. Edição 083. Págs.08 e 09. Disponível em <<https://issuu.com/brasildefatorj/docs/web83>>. Acessado em 12 de maio, de 2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica:** perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e Educação:** um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez. 2012.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Hypatia. Estudos Feministas. Florianópolis, setembro-dezembro/2014.

MACHADO, Carlos RS. **O observatório dos conflitos ambientais no extremo sul do brasil e no leste do uruguay**: mapeamento, conflitos e educação ambiental. Artigo apresentado na EGAL, Cuba, abril, 2014.

MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos**: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

MAFFIA, Diana. **Contra las dicotomías: feminismo y epistemología crítica**. Buenos Aires, Mimeo. 2014

MALERBA, Juliana, MARCATTO, C. **Educação Ambiental**: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: Algranti (org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**: textos didáticos. São Paulo, IFCH/Unicamp, 2002, p.32-33.

RAULINO, S. F. **Construções Sociais da Vizinhança: Temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes**. 2009, 366 folhas. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR./UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Viviane Espírito Santo. **50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil**: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país. 1ª ed. Rio de Janeiro. FASE, 2013. p. 207-216.

SANTOS, Caio Floriano dos. **O Porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil): a Educação Ambiental na gestão "empresarial dos riscos sociais" e "social do território"**. 2016, 235 folhas. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2016.

SEVÁ, F., A. Riscos e prejuízos sociais e ambientais da Indústria de Petrolífera – uma introdução sobre o panorama do Brasil até 2011. In: **50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no brasil**: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. (org.). Fórum dos Atingidos pela

indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara-FAPP-BG. 1ª edição. FASE. Rio de Janeiro. 2013.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **Duque de Caxias**: a geografia de um espaço desigual.

TENREIRO, Andre (Org.) (et. al). Nova Iguaçu, RJ. Editora Entorno, 2015, p.24-25.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Entre o Rural e o Urbano-industrial: A Produção de uma Região Moderna e as Disputas Políticas Locais. (Orgs.) ALMEIDA, Tania Maria da Silva de; BEZERRA, Nielson Rosa. Hídra de Igoassú. **Caderno de textos sobre história local e regional da Baixada Fluminense**. Ano 1. Nº 1. Fevereiro de 2012.

TAVARES, Marina E.E. **Análise do refino no Brasil**: Estados e perspectivas – uma análise “cross-section”. 2005, 402 folhas. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

TENREIRO, André. **Duque de Caxias**: a geografia de um espaço desigual. (Org.); PUGGIAN (et al.). Nova Iguaçu, RJ. Editora Entorno, 2015, p.15.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7º edição. Editora São Paulo: Cortez; 1996.

VAZ, Alexssandra Juliane. Percepção de risco nas comunidades do entorno da refinaria de Duque de Caxias. In: **50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil**: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. (org.). Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara-FAPP-BG. 1ª edição. FASE. Rio de Janeiro. 2013.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Desigualdade ambiental e zonas de sacrifício**, 2006. Rio de Janeiro. Livros on-line

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona Editorial Egales, S.L. 2006.98

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

ANEXO 1. Declaração de lançamento do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica das cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG)

Nós, representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense, considerando que:

- A população das cercanias da Baía de Guanabara, especialmente as mais próximas das unidades industriais de petróleo e petroquímica, está exposta a situações de injustiça ambiental e de vulnerabilidade, tais como:

– Habitações precárias, em locais com riscos de enchentes, falta de equipamentos públicos de saúde, de abastecimento regular de água tratada e de outras ações de saneamento;

– Riscos de vazamento de gases e de óleo, lançamento de efluentes industriais nos rios e na Baía de Guanabara, contaminação de solos, transporte de cargas perigosas, armazenamento de combustíveis e outros derivados do petróleo, emissões gasosas e exposição a altos níveis de poluição atmosférica, explosões e incêndios;

– Dificuldade de formação profissionalizante e inserção em postos de trabalho na Refinaria e outras empresas do Polo Petroquímico.

– Degradação e abandono do patrimônio arqueológico e histórico do patrimônio cultural material e imaterial bem como a ausência de políticas de valorização, preservação, transmissão e guarda das memórias e saberes locais tradicionais historicamente construídos.

– Poluição das águas e outras atividades envolvidas com a inviabilização dos modos de subsistência das comunidades tradicionais de pesca.

Os riscos e danos já existentes podem atuar sinergicamente com impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes do desenvolvimento das indústrias do petróleo e petroquímica no Estado do Rio de Janeiro e, em particular, em sua Região Metropolitana (RMRJ), que envolve:

– Início das atividades de exploração do Pré-sal;

– Investimentos em andamento ou já realizados como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ);

– Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS);

– Ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC)

- Arco Metropolitano;
- Polo Siderúrgico de Itaguaí/Sepetiba.

A desigualdade e a injustiça ambiental vivida pelas populações diretamente afetadas pela indústria do petróleo e petroquímica instalada nas cercanias da Baía de Guanabara têm origem em processos complexos de produção de desigualdades envolvendo relações entre trabalhadores, empresas, sociedade e governos. Elas também refletem o quadro de concentração de poder na apropriação dos recursos naturais e na definição do uso desses recursos que caracteriza a história do país. Em diversas regiões do Brasil, são os trabalhadores, os grupos de baixa renda, as populações discriminadas pela sua origem, cor ou etnia que estão mais expostas aos riscos ambientais e que têm menor acesso ao saneamento básico, ao ar puro, à água potável e à segurança fundiária. A elas é também negada a possibilidade de participar efetivamente das decisões sobre o uso do espaço em que vivem e que influem diretamente na qualidade de suas vidas. Considerando, também, que o conjunto de propostas apresentadas no “Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos” visa contribuir para a construção e o fortalecimento de processos decisórios mais participativos, envolvendo o controle social das atividades industriais e a promoção de justiça ambiental, entendida como: conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais estaduais e municipais locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (DECLARAÇÃO FINAL DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO E CIDADANIA, 2001). Resolvemos constituir o Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara com vistas a garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente, relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região. Entre nossas estratégias/ações de superação das situações consideradas de injustiça ambiental nas áreas afetadas pelo Polo Petroquímico de Duque de Caxias ou em estado de vulnerabilidade em decorrência dos grandes projetos de “desenvolvimento” em implantação na RMRJ fazem parte:

- Internalizar as discussões do Fórum junto aos conselhos municipais, especialmente do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade de Duque de

Caxias (CONCIDADE), com vistas a influenciar sua agenda e a discussão das políticas públicas municipais.

- Reivindicar estudos epidemiológicos no entorno do Polo Petroquímico de Duque de Caxias para identificar perfis de adoecimento e morte e possíveis relações com as atividades do Polo, propondo políticas de saúde a partir desses estudos. Atualizar os estudos de riscos oferecidos pelas empresas do Polo, suas possíveis sinergias e cenários de acidentes, bem como assegurar a sua divulgação.

- Reivindicar processos decisórios e de acompanhamento mais participativos na relação Polo/comunidade.

- Atualizar o Processo de Alerta e Prevenção de Emergências em Nível Local (Processo APELL) no entorno do Polo Petroquímico de Duque de Caxias, tornando-o mais crítico e instituir concretamente o sistema de respostas de emergências (P2R2).

- Construir processos de educação ambiental críticos e participativos que levem em conta os saberes tradicionais locais, especialmente na região do Polo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica.

- Realizar discussões em nível nacional e internacional sobre os impactos da indústria do petróleo e petroquímica.

- Discutir o tema petróleo/petroquímica ligado ao debate mais amplo sobre o modelo energético brasileiro e sua relação com as mudanças climáticas.

- Estabelecer parcerias e construir ações solidárias com movimentos sociais, moradores e organizações das áreas de influência da indústria do petróleo e petroquímica.

- Desenvolver ações de formação que relacionem petróleo, gás e injustiças ambientais para movimentos sociais, trabalhadores, professores, moradores de áreas atingidas, entre outros, bem como exigir a inserção destas informações nos currículos escolares.

- Exigir o monitoramento constante e democratização do acesso às informações relativas à qualidade do ar e o controle da poluição atmosférica na região do Polo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica. As organizações e pessoas físicas que concordam com os termos e princípios desta Declaração assinam a seguir: Associação dos Professores Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (APPHClio)/ Associação Guadá Vida/Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara

(AHOMAR)/ Biblioteca Comunitária Solano Trindade/ Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH)/ Decanato de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/ ECOCIDADE/ Federação de Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB)/ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)/ Feira Cultural e Artesanal de Santa Cruz da Serra (Duque de Caxias/RJ)/ Grupo de Educação e Recuperação Ambiental (GERA)/ Instituto Brasileiro de Direito ambiental (IBDA)/ Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)/ Núcleo Interdisciplinar de Estudo do Espaço da Baixada Fluminense (NIESBF/FEBF/UERJ/ Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – Núcleo de Duque de Caxias (SEPE/DC)/ Sindicato dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (SINDPESCA – RJ).

São Bento, Duque de Caxias/RJ, 12 de abril de 2012.

ANEXO 2. Carta síntese do seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos.

Nos dias 16 e 17 de setembro de 2011, representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores, estudantes e representantes de instituições governamentais do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense, estiveram reunidos na cidade de Duque de Caxias (RJ) para discutir os impactos diretos e indiretos das atividades da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e do Polo Petroquímico.

Entre os objetivos do Fórum esteve a proposição de estratégias/ações de superação das situações consideradas de injustiça ambiental nas áreas afetadas pelo Polo ou em estado de vulnerabilidade em decorrência dos grandes projetos de “desenvolvimento” em implantação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

O conjunto de propostas apresentadas visa contribuir para a construção e o fortalecimento de processos decisórios mais participativos, que envolvam o controle social das atividades industriais e a promoção de justiça ambiental, entendida como: “Conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais estaduais e municipais locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas” (DECLARAÇÃO FINAL DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO E CIDADANIA, 2001).

Ao longo do seminário os organizadores/participantes puderam constatar que a população das cercanias da Baía de Guanabara, especialmente a mais próxima das unidades industriais, em Duque de Caxias, está exposta a situações de injustiça ambiental e de vulnerabilidade, tais como: habitações precárias, em locais com riscos de enchentes, falta de equipamentos públicos de saúde, de abastecimento regular de água tratada e de outras ações de saneamento. A essas questões se somam os riscos de vazamento de gases e de óleo (como o de 2000), lançamento de efluentes industriais nos rios e na Baía de Guanabara, contaminação de solos, transporte de cargas perigosas, armazenamento de combustíveis e outros derivados do petróleo, emissões gasosas e exposição a altos níveis de poluição atmosférica, explosões e incêndios (como o

ocorrido em 1972), além da dificuldade de inserção em postos de trabalho na Refinaria e outras empresas do Polo Petroquímico.

O quadro se torna mais complexo no contexto de desenvolvimento das indústrias do petróleo e petroquímica no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo após o início das atividades de exploração do pré-sal e, em particular, na RMRJ, a partir de investimentos em andamento ou já realizados como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), o Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS), a ampliação da própria REDUC, o Arco Metropolitano e o Polo Siderúrgico de Itaguaí/Sepetiba, cujos impactos sobre a economia, o meio ambiente e a sociedade podem atuar sinergicamente com riscos e danos já existentes. Estas situações têm origem em processos complexos de produção de desigualdades envolvendo relações entre trabalhadores, empresas, sociedade e governos. Elas também refletem o quadro e concentração de poder na apropriação dos recursos naturais e na definição do uso desses recursos que caracteriza a história do país. Em diversas regiões do Brasil são os trabalhadores, os grupos de baixa renda, as populações discriminadas pela sua origem, cor ou etnia que estão mais expostas aos riscos ambientais e que tem menor acesso ao saneamento básico, ao ar puro, a água potável e a segurança fundiária. A elas é também negada a possibilidade de participar efetivamente das decisões sobre o uso do espaço em que vivem e que influem diretamente na qualidade de suas vidas. Durante o Seminário ficou evidenciada a desigualdade e a injustiça ambiental vivida pelas populações diretamente afetadas pela indústria do petróleo e petroquímica instalada nas cercanias da Baía de Guanabara que atualmente tem mais de 50% de seu espelho d'água ocupada pela infraestrutura petrolífera.

Com vistas a garantir maior controle social e participação da população e grupos diretamente afetados nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na Baía de Guanabara, os participantes do Seminário apresentaram e se comprometeram com as seguintes propostas:

- 1) Construir esta Carta-síntese que reflete as análises, propostas e reivindicações definidas durante o Seminário, inclusive para ser distribuída no informe sindical do SINDIPETRO-Caxias;

- 2) Elaborar um livro que sistematize as reflexões dos participantes e as propostas do seminário;

- 3) Internalizar as discussões junto aos conselhos municipais, especialmente do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade de Duque de Caxias (CONCIDADE), com vistas a influenciar sua agenda e a discussão das políticas públicas municipais a partir das análises e demandas apontadas durante o Seminário;
- 4) Reivindicar estudos epidemiológicos no entorno do Polo Petroquímico de Duque de Caxias para identificar perfis de morbimortalidade e possíveis relações com as atividades do Polo, propondo políticas de saúde a partir desses estudos;
- 5) Atualizar os estudos de riscos oferecidos pelas empresas do Polo, suas possíveis sinergias e cenários de acidentes, bem como assegurar a sua divulgação;
- 6) Reivindicar processos decisórios e de acompanhamento mais participativos na relação Polo/comunidade;
- 7) Atualizar o Processo de Alerta e Prevenção de Emergências em Nível Local (Processo APELL), tornando-o mais crítico e instituir concretamente o sistema de respostas de emergências (P2R2);
- 8) Criar um Fórum de discussão para implementar as propostas apresentadas e trazer o conjunto de situações debatidas de maneira mais ampla, para todos aqueles nas áreas de influência das atividades da Refinaria e do Polo Petroquímico;
- 9) Reivindicar processos de educação ambiental, especialmente nas comunidades do entorno da REDUC e do Polo Petroquímico;
- 10) Realizar um evento-memória dos 40 anos do acidente de 1972 como estratégia para lembrar a necessidade de processos de segurança participativos e transparentes com a comunidade;
- 11) Realizar discussões a nível nacional sobre os impactos da indústria do petróleo e petroquímica;
- 12) Discutir o tema petróleo/petroquímica ligado ao debate mais amplo sobre o modelo energético brasileiro e sua relação com as mudanças climáticas;
- 13) Fazer a discussão crítica sobre o recente Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pela PETROBRAS e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) em relação a REDUC, cujo conteúdo não foi ainda disponibilizado para a sociedade;
- 14) Estabelecer parcerias e construir ações solidárias com movimentos sociais, moradores e organizações das áreas de influência da indústria do petróleo e petroquímica, como Itaboraí e região, com o COMPERJ;

15) Desenvolver ações de formação sobre petróleo, gás e injustiças ambientais para movimentos sociais, trabalhadores, professores, moradores de áreas atingidas, entre outros;

16) Redigir uma moção de repúdio pela não-participação da PETROBRAS no Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos;

17) Reivindicar um maior e melhor monitoramento/fiscalização da poluição atmosférica na região do Polo;

18) Reivindicar o cumprimento da publicação anual do relatório de qualidade do ar do Rio de Janeiro pelo INEA.

As organizações e pessoas físicas que organizaram, promoveram e/ou participaram do Seminário 50 anos de REDUC: Ganhos, perdas e danos assinam a seguir:

- Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH) Museu Vivo do São Bento
- Laboratório Estudos, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ)
- Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Espaço da Baixada Fluminense (NIESBF/FEBF/UERJ)
- Associação dos Professores Pesquisadores de História da Baixada Fluminense - (APPH-Clio)
- Decanato de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo de Duque de Caxias (SINDIPETRO-CAXIAS)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Montagem Industrial, Mármore e Granitos, Mobiliário e Vime, de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Magé e Guapimirim (SITICOMMM)
- Biblioteca Comunitária Solano Trindade
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
- Grupo de Educação e Recuperação Ambiental (GERA)
- Federação de Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB)
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
- ECOCIDADE
- Associação Guadá Vida
- Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR)

- Sindicato dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (SINDIPESCA – RJ)
- Ordem Espírita Afro Brasileira

ANEXO 3. Deliberação CECA/CLF N° 5.809, de 21/10/2014.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL – CECA

DELIBERAÇÃO CECA/CLF N° 5.812 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

CANCELAR A DELIBERAÇÃO CECA/CLF N° 5.809, DE 21/10/2014, E AVERBAR NA LOR N° IN0019141.

A Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Câmara de Licenciamento e Fiscalização, em reunião de 11/11/2014, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n° 1.356, de 07/10/1988, pelo Decreto n° 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual n° 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual n° 41.628, de 12/01/2009, pelo Decreto Estadual n° 44.820, de 02/06/2014,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo n° E-07/500.255/2010, referente à Licença de Operação e Recuperação – LOR n° IN019141, da empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, com relação à REFINARIA DUQUE DE CAXIAS, localizada na Rodovia Washington Luiz km 113,7, Campos Elíseos, Município de Duque de Caxias,

- o Parecer Técnico de Averbação da Licença de Operação e Recuperação – LOR n° 121/2014, da GELIN/DILAM/INEA,

DELIBERA:

Art. 1º – Cancelar os termos da Deliberação CECA/CLF n° 5.809, de 21/10/2014, publicada no Diário Oficial de 23/10/2014.

Art. 2º – Averbar na Licença de Operação e Recuperação – LOR n° IN019141, da empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, com relação à REFINARIA DUQUE DE CAXIAS – REDUC, a alteração do seu anexo, para aumento de carga média diária da Unidade U-1250 – Craqueamento Catalítico Fluido (FCC) de 7.500 m³/dia para 8.000 m³/dia, correspondente à elevação da capacidade máxima mensal licenciada de 232.500 m³/mês para 248.000 m³/mês, localizada na Rodovia Washington Luiz km 113,7, Campos Elíseos, Município de Duque de Caxias.

Art. 3º – Incluir a seguinte condicionante:

94- Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da averbação da LOR, medidas de compensação para redução das emissões totais de SOx e Material Particulado, em função do incremento relativo ao aumento de carga da U-1250, além de medida para redução das emissões de hidrocarbonetos (compostos orgânicos voláteis), no Parque industrial da REDUC, a ser aprovado pelo INEA.

Art. 4º – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2014

ANTÔNIO CARLOS FREITAS DE GUSMÃO
Presidente

Publicada no Diário Oficial de 18/11/2014.

ANEXO 4

LICENÇA DE OPERAÇÃO E RECUPERAÇÃO

LOR Nº IND19141

A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.5º, § 1º, I, da Lei nº 6.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo art. 5º I, do Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, concede a presente Licença de Operação e Recuperação a

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS

CNPJ/CPF:33.000.167/0088-82

Código : UNC23122/20.11.10

Endereço: RODOVIA WASHINGTON LUIZ (BR-040), 3/N, KM 113,7- CAMPOS ELÍSEOS - DUQUE DE CAXIAS - RJ

para operar a atividade de petróleo a gás e avaliação de passivo ambiental existentes nas instalações da Refinaria Duque de Caxias- REDUC e sua remediação, de acordo com o estabelecido no Termo de Ajuste de Conduta - TAC, Nº 006/2011, celebrado entre SEV/CECA/INEA e a REDUC-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RODOVIA WASHINGTON LUIZ (BR-040), KM 113,7 - CAMPOS ELÍSEOS, município DUQUE DE CAXIAS

Condições de Validade Gerais

1- Comprovar a publicação de comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal diário de grande circulação no Estado antes da sua retirada no INEA, conforme determinado pela Resolução INEA n. 37, de 21.07.11, publicada no D.O.E.R.J. de 25.07.11;

2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais exigíveis por lei;

3- Cumprir as obrigações estabelecidas na Cláusula Quarta do TAC INEA Nº006/11;

Esta Licença é válida até 16 de Março de 2015, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/500255/2010 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2012

ANTONIO CARLOS FREITAS DE GUSMÃO
PRESIDENTE DA CECA

ANEXO 5

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

TAQ COMUM DO SEMINAR Nº/2011

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAQ) QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA E O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E DE OUTRO, A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, REFINARIA DUQUE DE CARIAS - REDUC, NA FORMA ABAIXO.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE doravante SEA, com sede na Av. Venezuela nº 110, 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro - RJ, representada por seu Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Vitor Baumfeld, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 02061459-3, expedida pelo IFR, inscrito no CPF/MF sob o nº 654.815.527-34, da COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL doravante CECA, com sede na Av. Venezuela, nº 110, - 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro - RJ, representada por sua Presidente Antonio Carlos Freitas Gusmão, brasileiro, casado, técnico, portador da carteira de identidade nº 2411566, expedida pelo IFR, inscrito no CPF/MF sob o nº 265.628.487-36 e do INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE doravante INEA, autarquia estadual de regime especializada pela Lei nº 5.101 de 4 de outubro de 2007, vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, CNPJ nº 10.698.937/0001-39, com sede na Avenida Venezuela nº 110, Saúde, Rio de Janeiro - RJ e filiação em todo o Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado por sua Presidente Marlano de Oliveira Romão Moraes dos Santos, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº 12067641, expedida pelo IFR, inscrita no CPF/MF sob o nº 742.393.357-72, e pela sua Vice-Presidente, Genise Marçal Rambaldi, brasileira, solteira, engenheira florestal, portadora da carteira de identidade nº 12315608, expedida pelo IFR/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 012.029.078-09, residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, em conjunto designados COMPROMITENTES e a PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, sociedade de economia mista com sede na Av. República do Chile nº 65, Rio de Janeiro,

24

Handwritten signatures and a circular official stamp of the Secretaria de Estado do Ambiente.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

9.1.2 - A COMPROMISSADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da notificação para manifestação, justificativa e indicação de prazo para a sua adequação.

9.1.3 - Os COMPROMITENTES deverão se manifestar no prazo de 30 dias sobre a justificativa apresentada pela COMPROMISSADA. Caso não haja manifestação, neste prazo, será considerada aceita a mencionada justificativa.

9.1.4 - Os COMPROMITENTES deverão fixar prazo para a regularização da obrigação pela COMPROMISSADA, considerando o prazo indicado no subitem 9.1.3 supra.

9.1.5 - Não haverá cobrança contra a COMPROMISSADA eventual atrasos ou omissões atribuídos unicamente aos COMPROMITENTES e/ou terceiros.

9.1.6 - Não constituirá descumprimento do presente TERMO, a eventual inobservância pela COMPROMISSADA de qualquer dos prazos estabelecidos, desde que resultante de caso fortuito e força maior, na forma definida no artigo 363 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas no Plano de Ação do presente Termo de Ajustamento de Conduta, para cada semestre no qual for verificado o inadimplemento, observada a disposição da Cláusula 9.3, sujeitará a COMPROMISSADA ao pagamento de multa moratória de 0,05% sobre o valor estimado na cláusula sétima.

10.2 - As penalidades previstas neste Termo poderão ser objeto de recurso na forma da legislação estadual vigente.

10.3 - A notificação das multas devidas será remetida ao endereço da COMPROMISSADA constante neste TAC e será considerada válida pelo seu simples entrega no referido endereço.

10.4 - Depois do recebimento ou comunicação prevista no item anterior, a COMPROMISSADA terá 10 (dez) dias úteis para o recolhimento da multa ao FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - FECAAM.

